

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO**

Vera Chamie Alves de Souza

ESPAÇO RELACIONAL:

características espaciais que propiciam interações interpessoais de reciprocidade

Recife
2015

Vera Chamie Alves de Souza

ESPAÇO RELACIONAL:

características espaciais que propiciam interações interpessoais de reciprocidade.

Dissertação apresentada pela Aluna Vera Chamie Alves de Souza ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Urbano.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Maria de Jesus de Britto Leite

Co-orientação: Prof. Dr. Alfredo de Oliveira Moraes

Área de concentração: Projeto do Edifício e da Cidade.

Recife

2015

Catálogo na fonte
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

S729e Souza, Vera Chamie Alves de
Espaço relacional: características espaciais que propiciam interações interpessoais de reciprocidade / Vera Chamie Alves de Souza. – Recife, 2015.
99 f.: il., fig.

Orientadora: Maria de Jesus de Britto Leite.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Desenvolvimento Urbano, 2017.

Inclui referências.

1. Espaço da arquitetura. 2. Relações interpessoais de reciprocidade. 3. Princípios de desenho do espaço. I. Leite, Maria de Jesus de Britto Leite (Orientadora). II. Título.

711.4 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2017-11)

AGRADECIMENTOS

À Professora orientadora Dra. Maria de Jesus Britto Leite, que com o respeito às minhas ideias e com seu apoio tornou possível a realização deste trabalho.

Ao Professor Dr. Alfredo de Oliveira Moraes pelas contribuições especialmente durante as fases iniciais fundamentais na estruturação desta dissertação.

Aos professores Gilson Miranda Gonçalves, Luigino Bruni, Antonio Maria Baggio e Luis de la Mora que com prontidão e generosidade contribuíram com sugestões e orientações através de conversas e entrevistas durante os dois anos de investigação, tão importante para o desdobramento desta dissertação.

Às professoras Dra. Maria Ângela de Almeida Souza e Dra. Julieta M. Vasconcelos Leite durante a banca de defesa do projeto de pesquisa.

Ao professor Dr. Marconi Aurélio e Silva, e professora Dra. Kelen Christina Leite pelas contribuições durante a banca de avaliação da ascensão da pesquisa do mestrado para o doutorado junto ao MDU da UFPE.

Aos colegas arquitetos Flávio Cavalcanti, Maria Emília Lopes Freire e Livia Melo por compartilharem suas ideias e incitar questionamentos com generosidade, o que inestimavelmente ajudou na realização e conclusão desta dissertação.

Agradeço aos parentes e amigos que me apoiaram incondicionalmente durante os dois anos de pesquisa.

E finalmente, agradeço ao CNPQ pelo apoio financeiro durante a execução deste trabalho.

RESUMO

Esta dissertação é uma investigação teórica exploratória que propõe identificar propriedades do espaço da arquitetura que propiciem o engajamento de seus usuários em Relações Interpessoais de Reciprocidade (*RIR*) e que sejam instrumentais na estruturação de princípios de desenho e de análise do espaço; esta investigação foca em espaços livres inseridos na escala urbana. O estudo foi motivado por relatórios da ONU e OCDE e pela literatura recente sobre o decrescente índice de bem-estar e de desenvolvimento, que se reportam à influência exercida por tendências de desenvolvimento contemporâneas inibidoras de práticas de sociabilidade e do capital social nos centros urbanos. Adotaram-se como pressuposto investigativo as conclusões de estudos teóricos e empíricos dos economistas Luigino Bruni, Luca Stanca e Vittoria Peligra que identificam variáveis componentes de práticas de sociabilidade, que o presente trabalho propôs denominar *RIRs*, relevantes para a dinâmica das cidades contemporâneas. Assim, a investigação propôs-se identificar correlações entre dois fenômenos relacionais que ocorrem no espaço da cidade, a saber: interação de pessoas com o espaço e interação entre pessoas no e mediadas pelo espaço, a fim de identificar o fenômeno pessoa-espaço-pessoa, caracterizando o que se propõe aqui denominar como *Espaço Relacional*. Para tanto, adotou-se como conceito central e ponto de partida investigativo a "experiência existencial no espaço", uma das cinco dimensões do espaço da arquitetura segundo a compreensão do arquiteto norueguês Christian Norberg-Schulz. A partir disso e convergindo para a questão que se coloca, correlacionaram-se as abordagens de vários autores em 3 áreas de compreensão da experiência humana, destacando-se James Gibson, Kurt Lewin e Wolfgang Schmidbauer na psicologia; de Edward Hall na antropologia, e Georg Simmel e Richard Sennett na sociologia. Nestes campos disciplinares destacou-se estudos que focam nas necessidades e tendências perceptivas e comportamentais humanas favoráveis às *RIRs* em espaços livres da inseridos na escala urbana. Adotou-se assim o método dialógico a fim de construir com estas disciplinas um corpo conceitual que identificou um grupo de variáveis correlacionadas que expressam propriedades e canais de comunicação do espaço da arquitetura qual fenômeno potencialmente comunicativo; propõe-se que estas correlações possibilitem a identificação de princípios de desenho do espaço, objetivo da tese.

Palavras-chave: Espaço da arquitetura. Relações interpessoais de reciprocidade. Princípios de desenho do espaço.

ABSTRACT

This exploratory theoretical research proposes to identify characteristic properties of architecture space that facilitate the engagement of its users in Interpersonal Relations of Reciprocity (*IRR*). The study was motivated by The UN and OECD reports and the recent literature on the well-being and development index. This literature reports to the inhibiting influence exerted by contemporary trends of development on practice of sociability and on social capital in urban centers. This research adopted the findings of theoretical and empirical studies of economists Luigino Bruni, Luca Stanca and Vittorio Pelligra, as the referential to identify the components of interpersonal relationships of reciprocity relevant to the dynamics of contemporary cities, identified in this investigation as *RIRs*. On this basis, correlations were identified between two relational phenomena that occur in the city, namely, interaction of people with space, and interaction between people in and through the space, in order to identify the interpersonal phenomenon mediated by the space: person-space-person, featuring what is proposed here to be identified as *Relational Space*. The study adopted as starting point the understanding of architectural space by Norwegian architect Christian Norberg-Schulz, who considers “existential space” one of space’s five dimensions, expressed through architectural space. Convergent approaches to the comprehension of the *Relational Space*, was found in three areas of knowledge of the human experience, especially the contribution of the following authors: Psychology, through James Gibson, Kurt Lewin and Wolfgang Schmidbauer’s; Anthropology, through Edward Hall; and in Sociology, through Georg Simmel and Richard Sennett, among other authors. The investigation focused on their contribution to the comprehension of human perceptual needs and behavioral tendencies favorable to *RIRs* that may occur in open architectural spaces of contemporary cities. Thus, the theoretical body of knowledge was built through the dialogical method, and identified a theoretical group of correlated variables explained in terms of space properties and communication channels inherent to the space of architecture as a potentially communicative space. The research aims, with these findings, to contribute to the identification of design principles for architectural space.

Key- Words: Architectural space. Interpersonal relations of reciprocity. Space design principles.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1-ESQUEMATIZAÇÃO DO PROBLEMA E OBJETO INVESTIGADO	17
FIGURA 2 -CONSTRUÇÃO DIALÓGICA DA COMPREENSÃO DOS FENÔMENOS INVESTIGADOS	19
FIGURA 3 -CONSTRUÇÃO DIALÓGICA DA DISSERTAÇÃO	20
FIGURA 4 -ELEMENTOS BÁSICOS DO ESPAÇO DA ARQUITETURA	37
FIGURA 5 - TEORIA DE CAMPO DE LEWIN E O ESPAÇO RELACIONAL.....	39
FIGURA 6 - A INFLUÊNCIA DA CAPACIDADE LIMINAR NA CONSTRUÇÃO DA SENSAÇÃO DE CONFIANÇA	43
FIGURA 7 -PROCESSO PERCEPTIVO NA CONSTRUÇÃO DA CONFIANÇA ENTRE PESSOAS	44
FIGURA 8 -ELEMENTOS DO ESPAÇO PRESENTES NA COMUNICAÇÃO NÃO VERBAL	49
FIGURA 9 - MEIOS NÃO VERBAIS DE COMUNICAÇÃO, COMPONENTES DO AMBIENTE E DA ATMOSFERA SOCIAL	53
FIGURA 10 -ESQUEMA DO PROCESSO DE COMUNICAÇÃO COM E NO MEIO AMBIENTE.....	55
FIGURA 11 -PROCESSO PERCEPTIVO DO ESPAÇO.....	55
FIGURA 12 -PROCESSO COMUNICATIVO INFLUENCIADO POR CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS.....	56
FIGURA 13 -EXEMPLO DE CENTRALIDADES	69
FIGURA 14 -ELEMENTOS DE CONTINUIDADE	71
FIGURA 15 -EXEMPLO DE ÁREAS EM ESPAÇO DA ARQUITETURA	72
FIGURA 16 - PROPRIEDADES E CARACTERÍSTICAS DO ESPAÇO DA ARQUITETURA RELEVANTES PARA AS RIRS	78
FIGURA 17 -MATRIZ DE VARIÁVEIS COMPOSITIVAS GEOMÉTRICAS DO ESPAÇO.....	82
FIGURA 18 -MATRIZ DE VARIÁVEIS FUNCIONAIS DO ESPAÇO.....	82
FIGURA 19 - MATRIZ DE VARIÁVEIS COMUNICANTES DO ESPAÇO – REFERE-SE AO PROCESSO DE COMUNICAÇÃO ..	83
FIGURA 20 -MATRIZ DE VARIÁVEIS COMUNICATIVAS.....	83

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	O enfraquecimento das práticas de sociabilidade	12
1.2	Conhecendo o espaço relacional no percurso dialógico	17
2	COMPREENDENDO RELAÇÕES INTERPESSOAIS DE RECIPROCIDADE	21
2.1	Compreendendo as <i>RIRs</i> e a confiança – contribuição da economia	21
2.1.1	Relações interpessoais de reciprocidade	22
2.1.2	Intencionalidade	23
2.1.3	Atividade relacional e bem-estar	24
2.1.4	Bem relacional	26
2.1.5	Intenções, confiança, percepção, tomada de decisões	27
2.1.6	Intenção, cooperação e empatia	28
2.1.7	Confiança	29
2.2	A experiência sensível das <i>RIRs</i> na ótica da psicologia	31
2.2.1	Affordance	40
2.2.2	Confiança	41
2.2.3	Territorialidade	45
2.2.4	Efeitos da densidade da ocupação do espaço	47
2.2.5	Influência do espaço na comunicação não verbal	47
2.3	O espaço pessoal na dimensão antropológica	50
2.4	Contribuição da sociologia para a compreensão das <i>RIRs</i>	56
3	COMPREENDENDO A DIMENSÃO EXISTENCIAL DO ESPAÇO	64
3.1	A estrutura do espaço da arquitetura	67
4	COMPREENDENDO O ESPAÇO RELACIONAL	79
4.1	Correlações entre o espaço da arquitetura e as <i>RIRs</i>	80
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
	REFERÊNCIAS	86
	GLOSSÁRIO	90

1 INTRODUÇÃO

Após residir em lugares onde o contato com a paisagem e o meio ambiente natural deu-se de forma frequente e ensopado numa atmosfera de constante convite a conhecer o outro e suas expressões culturais de forma geralmente atraente e sem o peso do receio pela própria segurança, uma pessoa pode experimentar o peso da desconfiança, da dificuldade física, do incômodo de experimentar o outro e a paisagem, de observar, explorar e deixar-me influenciar por suas expressões culturais ao residir em Recife. O receio de encontrar o outro e apreender seu receio de encontrar a mim e outros através de seu olhar e movimentos ao passear a cidade, tem sido para a autora desta investigação uma experiência, na maioria das vezes, menos que prazerosa. Esta experiência sensível inspirou a construção dialógica de uma resposta através desta dissertação ao declínio de práticas de sociabilidade positiva.

A presente investigação visa contribuir teoricamente para o debate sobre a influência do espaço da arquitetura para o revigoramento de práticas de sociabilidade em espaços abertos de uso comum nas cidades contemporâneas. A presente abordagem aprofunda a compreensão de características do espaço da arquitetura que facilitam a ocorrência de relações interpessoais de reciprocidade (*RIR*) entre usuários que compartilham o uso de espaços de uso irrestrito e comum a todos os usuários da cidade. O estudo focou em identificar elementos estruturantes e comunicantes do espaço da arquitetura, segundo a abordagem teórica do arquiteto norueguês Christian Norberg-Schulz, que o possibilite facilitar interações interpessoais de reciprocidade, caracterizando o que se propõe aqui denominar *Espaço Relacional*. Para tanto a investigação procurou identificar as necessidades e capacidades ontológicas¹ humanas de comunicação vinculadas ao fenômeno relacional em foco, compreender características espaciais que significativamente venham ao encontro das necessidades identificadas, e identificar correlações a nível conceitual relevantes para a ocorrência do fenômeno pessoa-espaço-pessoa no espaço que vem aqui denominado espaço relacional.

Este primeiro capítulo introduz o leitor à problemática de enfraquecimento e redução das práticas de sociabilidade em espaços abertos em centros urbanos contemporâneos com efeitos nocivos no capital social e no índice de felicidade² dos cidadãos; introduz assim o

¹ A capacidade ontológica refere-se às propriedades mais gerais do ser, independentemente de suas determinações particulares culturais, sociais, econômicas e demográficas (DICIONÁRIO HOUAISS, 2010).

² A pesquisa adota a compreensão de felicidade segundo a abordagem do economista italiano Luigino Bruni (BRUNI, 2010).

contexto no qual o espaço da arquitetura desempenha papel fundamental e apresenta o objeto de estudo e os objetivos a alcançar com esta dissertação. O capítulo apresenta ainda os pressupostos da investigação que indicaram o caminho conceitual e metodológico percorrido, e as áreas de conhecimento que possibilitaram construir o aporte teórico desta pesquisa.

O segundo capítulo apresenta a contribuição teórica da Economia, Psicologia, Antropologia e Sociologia que possibilitou identificar e compreender conceitualmente as relações interpessoais de reciprocidade no espaço da arquitetura, revelando necessidades e capacidades sensoriais humanas - na dimensão pessoal e coletiva. Destaca-se a contribuição dos economistas Luigino Bruni, Vittorio Pelligra e Luca Stanca na identificação dos relacionamentos interpessoais de reciprocidade (*RIRs*) e do *bem relacional* resultante destes relacionamentos, de sua relevância para o índice de bem-estar e de felicidade eudemônica³, e da *confiança*, como fator chave facilitador e componente das *RIRs* e de seu valor relacional. O aporte de autores da psicologia possibilitou identificar que necessidades e capacidades humanas comunicativas são fundamentais ao fenômeno relacional em foco, possibilitada por Gifford, em particular, na contribuição dos trabalhos de Lewin e Gibson, para a compreensão da hodologia e teoria de campo, e das affordances e espaço hodológico, respectivamente. Schmidbauer apresenta o processo psicológico de defesa e superação de medo causado pelos riscos provocados pelas *RIRs*; a compreensão de tais abordagens foi aprofundada por Berthoz e Maturana e Varela na neurociência, e por Hall, Hogan e Knapp. E finalmente as abordagens de Simmel e Sennett contribuíram para a compreensão da relevância de elementos humanos e espaciais do processo comunicativo das *RIRs* na dinâmica coletiva e dialógica (de empatia, reconhecimento e cooperação) construtora da cultura urbana.

O terceiro capítulo identifica propriedades e elementos estruturantes do espaço da arquitetura, decorrentes e norteadores da experiência humana, que se concretiza no espaço segundo a compreensão teórica do arquiteto norueguês Christian Norberg-Schulz, e que o revela ser um espaço potencialmente comunicativo.

³ O economista Bruni faz uma ampla, e ainda assim sintética, narrativa da evolução histórica do conceito de felicidade e bem-estar percorrendo as correntes de pensamento teórico e empírico na economia sem omitir o posicionamento das abordagens sociológicas, filosóficas e da psicologia destes conceitos ao longo do percurso epistemológico. Uma das correntes desenvolvidas em Economia reconsidera a tradição Aristotélica na abordagem eudemônica da felicidade, que é adotada por Bruni e utilizada nesta pesquisa como pressuposto teórico para compreensão das relações interpessoais de reciprocidade (*RIRs*). Estas, qual práticas de sociabilidade, são uma componente da felicidade que, fim último da política e da cidade, encontra-se enfraquecida por correntes desenvolvimentistas de mercado. Para saber mais, ver: (BRUNI, 2010, 2012) e (BRUNI; STANCA, 2008).

O quarto capítulo apresenta as correlações conceituais encontradas entre interação interpessoal e interação humana com o espaço da arquitetura; tais correlações explicam características fundamentais do fenômeno relacional no espaço da arquitetura. Este capítulo comenta as implicações dos resultados encontrados para o desenvolvimento da tese, evidencia lacunas encontradas e sugere futuras trilhas de pesquisa que permitam aprofundar a compreensão da dinâmica investigada: relação pessoa-espaço-pessoa em áreas abertas de uso irrestrito e compartilhado nos centros urbanos contemporâneos.

A presente dissertação de mestrado consiste no produto da pesquisa *Espaço urbano relacional: características espaciais que propiciam relações interpessoais de reciprocidade*, desenvolvida junto ao Mestrado no Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

Iniciada na experiência de mestrado, a abordagem e o avanço alcançado durante a investigação sugeriu a possibilidade de continuação da trajetória investigativa através do programa de Doutorado do MDU da UFPE. Sendo assim, e conforme os devidos trâmites definidos no regimento da UFPE, a ascensão da pesquisa do mestrado para o doutorado foi aprovada e suas considerações serão devidamente incorporadas na tese atualmente em andamento.

A presente dissertação responde à última etapa do rito processual de progressão e aos comentários da banca examinadora, e visa identificar, em uma matriz de variáveis, as correlações entre as *RIRs* e características de espaços da arquitetura, abertos de uso irrestrito. Este documento objetiva colocar à apreciação do leitor o progresso desenvolvido até o momento, especificando a motivação, o escopo, a metodologia adotada, as teorias exploradas na construção do corpo teórico, as correlações conceituais encontradas entre os fenômenos investigados, algumas considerações necessárias para a continuidade da investigação e por fim as referências consultadas.

Trata-se do primeiro produto da tese, cujo objetivo é identificar princípios de desenho e de análise do espaço da arquitetura enquanto facilitador de interações interpessoais de reciprocidade.

1.1 O ENFRAQUECIMENTO DAS PRÁTICAS DE SOCIABILIDADE EM ESPAÇOS ABERTOS

Observa-se que o fenômeno relacional no espaço da arquitetura que aqui se pretende compreender ocorre num contexto atualmente fragilizado. As práticas de sociabilidade entre

desconhecidos que compartilham concomitantemente e presencialmente o uso de espaços abertos de uso comum em centros urbanos contemporâneos sofrem riscos impostos pela dimensão físico-espacial da cidade quando sob influência desregrada de tendências e padrões de crescimento da economia de mercado contemporânea. Identificados ao longo dos séculos XX e XXI à luz de alguns trabalhos de Castells (1999), Boisier (1999) e Putnam (1995, 2001), de relatórios da ONU-Habitat (2014), do World Economic Forum (2015) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2013), os riscos revelam uma correlação entre a dimensão físico-espacial da cidade e o capital social⁴, e indicam a necessidade de políticas públicas que guiem o processo de construção e desenvolvimento físico-espacial da cidade como instrumento que contribua para o fortalecimento de dinâmicas urbanas éticas, democráticas e fraternas que fortaleçam o capital social.

Entre 28 fatores de risco para a sociedade (WORLD ECONOMIC FORUM, 2015) encontram-se o falimento do planejamento urbano e grave instabilidade social, incluindo tensões de conflito e desconfiança que o mundo enfrenta e enfrentará a longo prazo a partir de 2015.

Uma breve consideração sobre o capital social facilitará a compreensão da relevante importância das interações interpessoais para dinâmicas urbanas atuais. O enfraquecimento da confiança entre cidadãos impacta os relacionamentos sociais que desempenham um papel fundamental para o bem-estar (OCDE, 2013) e instrumental na formação do capital social (BOISIER, 1999; CASTELLS, 1999; OCDE, 2007, 2013, 2014; PUTNAM, 1995, 2001). Resultante de interações recorrentes através de conexões de confiança e cooperação recíproca entre membros de um grupo e entre grupos na sociedade (PUTNAM, 1995, 2001), o capital social fortalece a coesão social e os vínculos sociais de engajamento civil⁵. As redes e comunidades que caracterizam esta forma de capital compartilham identidade e valores (como a família, círculo de amigos, clubes das bairros, e de defesa dos direitos urbanos) onde é forte a dimensão coletiva de “nós” e o bem comum precede aquele dos membros individualmente.

⁴ O conceito *Capital social* ainda está em construção no campo científico; alega-se que foi utilizado pela primeira vez pela socióloga norte-americana Lyda Hanifan em 1916. Alguns autores pesquisados citam o também sociólogo americano, James Coleman (1926-1995) como o primeiro a utilizá-lo, e embora sua definição não seja ainda definitiva e unânime entre os especialistas, é consenso, entre sociólogos e cientistas políticos estudiosos no assunto, que o capital social é ligado ao valor das redes de relacionamentos e às normas de confiança e reciprocidade. Compartilhar e conectar acomuna a natureza de suas várias formas (OECD, 2007; Putnam, 2001).

⁵ Considerem-se, por exemplo, as associações que fortalecem o senso de identidade “nós” ainda antes do desenvolvimento pessoal independente do relacionamento entre seus membros.

Enquanto forma rarefeita e transitória de vínculo de sociabilidade na cidade, as *relações interpessoais de reciprocidade (RIRs)* também dependem da confiança.

Putnam (2001) explica largamente como estas formas de capital ocorrem na esfera pública ou privada; em dimensões menores - como a família – ou de alcance mais amplo a nível social; através de vínculos formais (como associações cívicas com associados e presidente) ou informais (como um grupo de dominó que se encontra regularmente numa praça ou “bar da esquina”); existem em formas consistentes e densas (como instituições a longo tempo estabelecidas e com regras de reciprocidade bem definidas), e naquelas cuja rede e normas de reciprocidade são rarefeitas e transitórias (como as resultantes de um aceno que damos a quem encontramos ao fazer uma caminhada, ou na fila do supermercado) mas cuja cooperação e confiança não convêm subestimar, pois podem ser mais fortes do que as experimentadas nas redes de relacionamentos mais consistentes.

Como todos os instrumentos, as várias formas de capital social podem ser causa e/ou efeito de inúmeros outros fatores e variáveis, podem ser utilizadas para benefício pessoal ou coletivo e de forma construtiva ou destrutiva - como facções de grupos violentos, ou alguns tipos de bairros “fechados” às pessoas de poder aquisitivo diverso da do grupo iniciando um processo de gentrificação e segregação, ou ainda como grupos que rejeitam outros num processo de marginalização. Desta forma justifica-se a ênfase dada nesta investigação às interações interpessoais de reciprocidade positiva.

O autor aborda as formas de capital social como um indicador de conexões de engajamento social caracterizado por práticas de reciprocidade que implicam a necessidade de certo nível de confiança⁶ entre os envolvidos, frequência da participação dos cidadãos representando a comunidade em reuniões públicas, frequência e tempo usufruído com amigos e vizinhos, e frequência com que se envolvem em atividades de voluntariado e de engajamento cívico em geral, e evidencia uma forte correlação, não necessariamente de direta causalidade, encontrada entre o capital social e indicadores sociais e econômicos relacionados com o processo de desenvolvimento urbano, tais como os índices bem-estar, criminalidade, tolerância, observância das leis, equidade cívica (PUTNAM, 1995, 2001), possibilitando inferir uma relação inclusive com o índice de felicidade⁷.

⁶ O nível de confiança das pessoas na sociedade e no governo é considerado pelo mundo científico, um indicador do desenvolvimento e é regularmente publicado pelo World Bank como componente dos índices de governança, voz e prestação de contas. (The World Bank, 2014).

⁷ Para saber mais sobre felicidade consultar <https://agenda.weforum.org/2013/01/how-do-you-measure-happiness/>

Mas porque o espaço da arquitetura - enquanto espaço relacional- é um problema relevante neste contexto? Por causa do papel social que a dimensão física da cidade desempenha. De um modo geral, documentos revelam que um dos fatores de risco da qualidade de vida de cidades contemporâneas, do enfraquecimento da imagem e da dimensão coletiva, da coesão social e do engajamento na esfera civil e política (BOISIER, 1999; CASTELLS, 1999; HARVEY, 2014; OECD, 2013; UN-HABITAT, 2014) decorre da fragilização do papel social desempenhado pela dimensão físico-espacial da cidade. Estes estudos indicam que a partir da segunda metade do século passado o nível de engajamento e coesão social tem-se enfraquecido no mundo, (BOISIER, 1999; KAUFMANN e KRAAY, 2008; OECD, 2013, 2014; PUTNAM, 1995) e que cidades que experimentaram um crescente e constante avanço tecnológico e do PIB, viram um considerável e constante declínio de várias dimensões de coesão e capital sociais, revelam também uma correlação com o estabelecimento de padrões desequilibrados de desenvolvimento territorial vinculados ao impacto negativo da praxis de mercado imobiliário atrelada à globalização (CASTELLS, 1999; KAUFMANN e KRAAY, 2008; PUTNAM, 2003).

Relatórios anuais (de organismos internacionais - CEPAL, ONU, OECD⁸) também mencionam os danos recorrentemente infligidos pela crise desenvolvimentista no bem-estar da sociedade – estes documentos, que consideram inclusive o contexto da crise econômica e financeira mundial a partir de 2007, e alertam os governantes das nações para a relevância da inclusão de indicadores de bem-estar social nas políticas de desenvolvimento, orientando as esferas governamentais para a necessidade de identificar, medir e divulgar estes indicadores, além dos indicadores materiais já retratados pelo PIB (OECD, 2013).

Observa-se que um dos aspectos observáveis desta fragilização físico-espacial da cidade ilustra-se com a diminuição (em quantidade e área) da oferta de espaços físicos abertos disponíveis para a convivência pública de pedestres próximos de áreas residenciais da cidade, ou inseridos em áreas onde predominam atividades múltiplas e mistas, terciárias e de serviço. A prática de investimentos que, apropriando-se de lotes a baixo custo, não retornam uma parcela mínima do ganho obtido em forma de investimentos na comunidade local também testemunham este fenômeno e contribuem para o definhamento de dinâmicas da vida e identidade urbana que no passado geraram o valor e imagem sobre os quais investe-se no presente. Não poucas vezes, gestores públicos e investidores ignoram as necessidades - da população local a nível social, material e imaterial - que uma vez satisfeitas possibilitariam a permanência física da comunidade original nas proximidades de novos

⁸ Em documentos dirigidos em particular a países-membros da OECD e do G-20.

focos de investimento urbano. Considerem-se os exemplos em Recife de arranha-céus residenciais construídos ou aprovados para construção em áreas de preservação histórica no bairro de São José, na região central da cidade; a construção de *Shopping centers* em áreas cuja utilização deu-se através da relocação dos habitantes - do espaço e seu entorno - para espaços menos privilegiados na cidade; ou a construção de “bairros” residenciais planejados, como o *Paiva*, separados do entorno por sólidas barreiras visuais e de acesso, e cujas áreas de convivência comum de legítimo domínio e uso público são seletivas de usuários e indiretamente reservadas apenas aos novos residentes; ou ainda a erradicação temporária dos cidadãos que constituem as *Cracolândias*, para garantir o retorno do investimento de capital estrangeiro através da indústria de serviços e de turismo durante períodos como o de jogos da Copa Mundial da FIFA em 2014.

Pode-se afirmar que estes exemplos de investimentos que fragilizam a imagem, o valor, a própria dimensão de lugar e as relações sociais que o originaram, ilustram uma tendência, não há pouco observada, que se reflete na diminuição de espaços físicos onde a população se dê conta de sua diversidade, se reconheça, de forma empática relacione-se com o outro diverso de si, e celebre esta diversidade. Tal tendência a produzir lugares socialmente desconectados da realidade e inibidores da dinâmica urbana relacional - ao invés de propiciar e fortalecer a experiência social, a cultura específica do lugar e o capital social - reforça padrões de perpetuação do medo de superar os riscos inerentes ao relacionar-se com o outro diverso de si, e do medo decorrente da crescente falta de segurança nos centros urbanos contemporâneos (CASTELLS, 1990; HALL, 1990; PUTNAM, 2001; SENNETT, 2012).

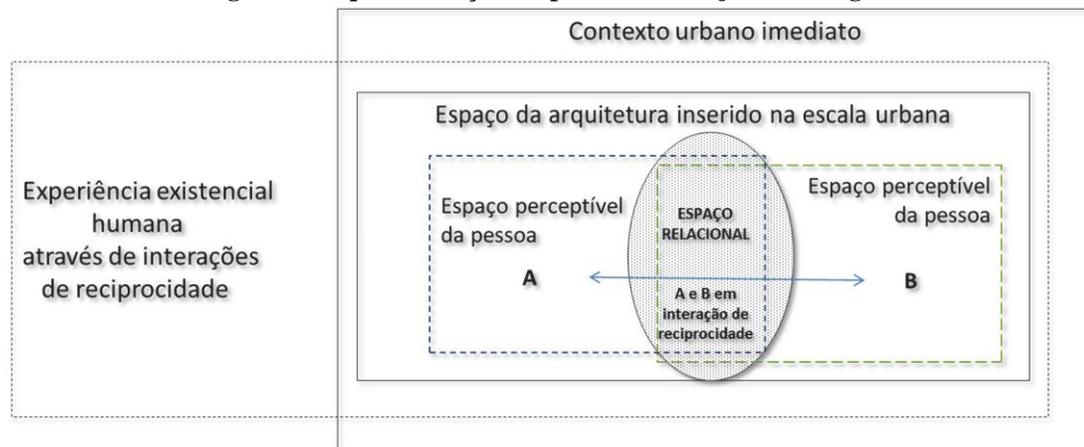
As experiências relacionais construídas entre pessoas, grupos e comunidades ao longo do tempo no e com o espaço da cidade, conferem valor à identidade da polis, às suas qualidades físicas e simbólicas, cujos significados conferem aos espaços sua dimensão de lugares distintos e únicos (GIFFORD, 2002; NORBERG-SCHULZ, 1971; PUTNAM, 2001). Desta experiência existencial também se ‘nutre’ a confiança e a associatividade (PUTNAM, 1995, 2003; SCHMIDBAUER, 2008; SENNETT, 2008, 2012, 2015).

Desempenhando seu papel relacional, largos, praças e parques são espaços abertos de acesso irrestrito nos centros urbanos - sejam destinos ou espaços de transição entre conjuntos de edifícios e vias, entre atividades e fluxos de pedestres – que possibilitam múltiplas formas de encontros, interação e socialização não instrumental, onde a interação pode resultar do próprio interesse e decisão de relacionar-se com o outro.

1.2 CONHECENDO O ESPAÇO RELACIONAL NO PERCURSO DIALÓGICO

Muito embora existam exemplos bem-sucedidos de lugares de convivência e interação, ainda predomina uma lacuna quanto ao conhecimento de princípios norteadores de desenho e de análise do espaço fundamentado em correlações encontradas entre suas propriedades e as *RIRs*. Diante da atual necessidade de objetivar a contribuição do desenho de espaços que favoreçam a vitalidade, sustentabilidade, segurança, valorização e beleza da convivência em espaços públicos faz-se necessário considerar as necessidades perceptivas e emocionais do usuário do espaço. A compreensão destas necessidades e capacidades para pessoas envolvidas em interações é ainda muito vaga⁹, assim como a compreensão de como as propriedades e canais de comunicação do espaço possam ser instrumentais para propiciá-las, por isto procurou-se compreender a experiência liminar humana favorável ao engajamento das pessoas em *RIRs* e optou-se por aprofundar a compreensão do espaço segundo a visão teórica do espaço do arquiteto norueguês Christian Norberg-Schulz, porque ele explica o espaço como uma totalidade de elementos em relação estruturada e organizada que concretiza a experiência humana. A **Figura 1** reproduz sinteticamente o problema e o objeto de estudo apenas expostos.

Figura 1-Esquemática do problema e objeto investigado



Fonte: A autora

Adotou-se, portanto, a compreensão das *RIRs* fornecida pelo aporte teórico da economia, que indicou a relevância da confiança como uma das condições necessárias para que as *RIRs* ocorram, e a partir desta compreensão identificaram-se necessidades sensoriais

⁹ Os estudos de arquitetos como Jan Gehl, Kevin Lynch, e Christopher Alexander, dentre outros, focam na relação do espaço com os usuários independente destes estarem engajados em interação, e podem fornecer subsídios para a presente investigação.

humanas¹⁰ correlacionadas com confiança e relevantes para o engajamento em *RIRs*, na abordagem de várias disciplinas e investigou-se variáveis do espaço que possam responder a estas necessidades. Assim, encontrou-se correlações entre as *RIRs* e o espaço presentes no fenômeno pessoa-espaço-pessoa, caracterizando o que se propõe aqui denominar como *Espaço Relacional*, ou seja, o espaço mediador de interação entre pessoas, procedendo como resumido a seguir:

- a) Identificar conceitos e variáveis intrínsecos das relações interpessoais de reciprocidade;
- b) Identificar variáveis espaciais constituintes de espaços da arquitetura que possam favorecer o nível de confiança e o comportamento dos usuários para o desenvolvimento de *RIRs*;
- c) Identificar correlações entre as duas esferas da experiência humana.

Embora as expressões e manifestações dos fenômenos investigados assumem valores que variam com o contexto social, demográfico, econômico, temporal e circunstancial, os conceitos basilares do espaço -na arquitetura- e uma compreensão preliminar das *RIRs* fornecida pela economia apontaram a necessidade de aprofundar a compreensão da dimensão ontológica dos fenômenos investigados a fim de identificar e focar em variáveis recorrentemente presentes no espaço relacional; e tal foi feito mediante o aporte de outras áreas do conhecimento (psicologia, sociologia e antropologia) cujos conceitos ajudaram a identificar correlações teóricas que permitiram progredir na identificação do *espaço relacional*, a medida em que foram incorporados ao pensamento central desta pesquisa, como ilustrado na **Figura 2**.

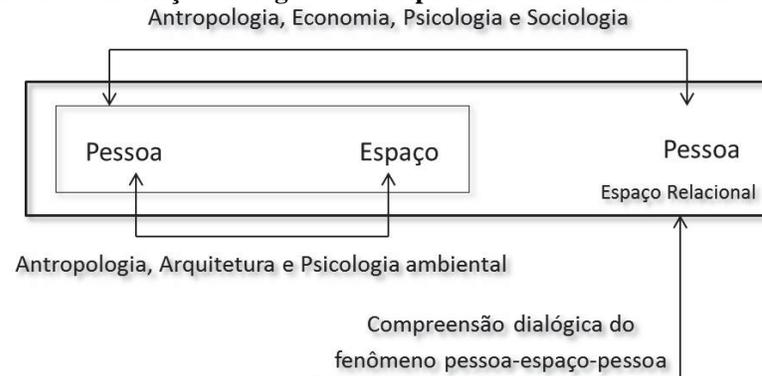
A sequência abaixo ilustra três momentos de construção da investigação interdisciplinar:

- a) Identificou-se conceitos com os quais cada disciplina aborda os fenômenos em questão;
- b) Avaliou-se ocorrência de paralelismo, divergência, concordância, ou complementariedade entre os conceitos;

¹⁰ A revista *International Review of Economics* dedicou o número de abril de 2008 à uma conferência internacional dedicada ao tema “Reciprocidade, teorias e fatos”. Este número traz artigos com várias abordagens de reciprocidade do ponto de vista da economia, ciência política, antropologia, neurociência e psicologia. Em sua introdução, a revista aborda a necessidade de iniciar-se um diálogo que confronte estas abordagens, que chama complementares, para a compreensão das motivações e efeitos do comportamento de reciprocidade interpessoal no contexto social. O diálogo multi e transdisciplinar tem se mostrado necessário para aprofundar a compreensão do fenômeno relacional.

- c) Procurou-se aprofundar a compreensão, nas demais disciplinas, daqueles conceitos explicitados como relevantes em uma disciplina, a fim de averiguar a possibilidade de diálogo na construção da compreensão teórica do espaço relacional;
- d) Identificou-se correlações significativas para a compreensão do espaço relacional.

Figura 2 - Construção dialógica da compreensão dos fenômenos investigados



Fonte: A autora

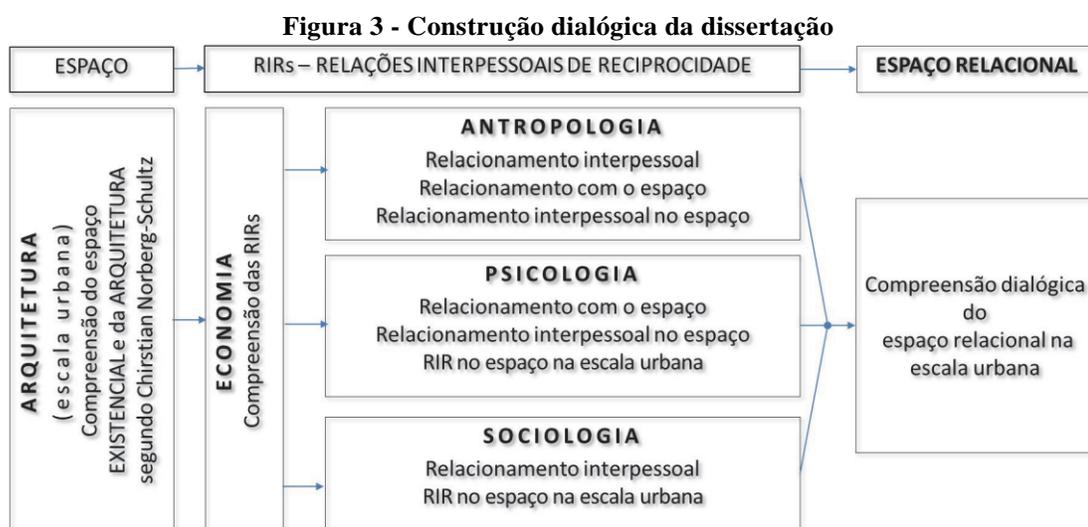
As correlações conceituais encontradas através desta dinâmica dialógica, à medida que os conceitos vinham sendo apreendidos, indicaram em que direção aprofundar o caminho investigativo percorrido em cada disciplina, conforme descrito a seguir:

- a) Estudos da economia evidenciaram teórica e empiricamente a relevância das RIRs e do conceito confiança para o fenômeno relacional;
- b) Os estudos em psicologia e psicologia ambiental confirmaram a relevância da variável confiança para as RIR e apontaram para variáveis do comportamento humano fundamentais para a compreensão do fenômeno pessoa-espaco e pessoa-espaco-pessoa;
- c) Os estudos da vivência humana no espaco pela antropologia que abordam o comportamento, o ambiente e suas mensagens simbólicas e conceituais revelaram os conceitos de territorialidade, de controle do espaco e as tipologias de respostas comportamentais típicas a alguns estímulos do ambiente; estas foram consideradas categorias da experiência relacional; os estudos revelaram a recorrência destas variáveis nas experiências humanas relacionais (HALL, 1990), embora estas se expressem em intensidade e formas específicas a cada contexto experiencial, existencial e cultural;
- d) Estudos de sociologia explicaram o fenômeno pessoa-espaco-pessoa na dimensão coletiva e no contexto urbano contemporâneo;
- e) A investigação teórica do espaco da arquitetura apontou estruturas e características espaciais que agrupadas em categorias, serviram para identificar as propriedades do

espaço da arquitetura que se mostraram relevantes para o fenômeno comunicativo das RIRs.

- f) Por fim o percurso dialógico possibilitou identificar variáveis que possibilitaram a primeira construção de possíveis correlações relevantes para o fenômeno relacional.

Conforme ilustrado na **Figura 3**, o diálogo interdisciplinar possibilitou que as áreas de conhecimento investigadas fornecessem conceitos de base para a compreensão das relações relevantes para o fenômeno pessoa-espaço-pessoa, e conseqüentemente para a compreensão do espaço relacional, objeto deste estudo.



Fonte: A autora

2 COMPREENDENDO RELAÇÕES INTERPESSOAIS DE RECIPROCIDADE

Nos campos disciplinares investigados para dialogar com a arquitetura, destacou-se estudos que focam na compreensão das *RIRs*, das necessidades e tendências perceptivas e comportamentais relacionadas com a sensação de confiança dos sujeitos envolvidos em *RIRs*. Destacaram-se os seguintes autores: Luigino Bruni, Vittorio Pelligra e Luca Stanca, na Economia; Robert Gifford e Wolfgang Schmidbauer, na Psicologia; Edward Hall, na Antropologia; Georg Simmel e Richard Sennett, na Sociologia.

O método dialógico possibilitou construir um corpo conceitual estruturado nas noções mais relevantes para o aprofundamento da compreensão do fenômeno das *RIRs* e do fenômeno pessoa-espaco-pessoa segundo os elementos sensíveis que estruturam os espaços da arquitetura segundo a visão de Norberg-Schulz. Constatou-se que existem correlações entre estes os dois fenômenos no espaço da arquitetura, que foram elencadas ao longo do desenvolvimento da argumentação em cada disciplina neste capítulo e rerepresentadas de forma sumária no capítulo 4.

2.1 COMPREENDENDO AS *RIRs* E A CONFIANÇA: A CONTRIBUIÇÃO DA ECONOMIA

A compreensão dos relacionamentos de reciprocidade como componentes do desenvolvimento e do bem-estar foi postulada por um número considerável de economistas, seguindo a visão eudemônica¹¹, já no sec. XVIII e no sec. XIX e retomada a partir do final do século XX em estudos contemporâneos desenvolvidos por filósofos, cientistas políticos e economistas, como Amartya Sen, Martha Nussbaum, Joseph Stiglitz, Seligman, Luigino Bruni, Benedetto Gui e Luca Stanca, entre outros (BRUNI, 2012; BRUNI; GILLI; PELLIGRA, 2008). Nesta abordagem compreende-se a realização humana enquanto intrinsecamente vinculada às relações de alteridade e de interação com o “outro” onde conhecer, reconhecer e desenvolver a si próprio está estreitamente dependente do conhecer e reconhecer a individualidade do outro, diversa da própria (BRUNI, 2012; SENNETT, 2012; MAGARI; CAVALIERI, 2008).

¹¹ “Esta tradição teve seu auge no século XVIII em Nápoles, no pensamento de Antonio Genovesi, Gaetano Filangieri, Giacinto Dragonetti, e Francesco Mario Pagano; e estava também presente, embora com ênfase filosófica diversa, no pensamento de Pietro Verri e Cesare Beccaria em Milão, e mais tarde Gian Domenico Romagnosi e Carlo Cattaneo. No séc. XIX, floresceu nem tanto na economia política quanto na práxis civil e cooperativa” (BRUNI, 2012, p. 36, tradução nossa).

Neste sentido, o exercício da alteridade na dimensão pública, é aprofundado pelo economista e professor da LUMSA University, Luigino Bruni, muito ligado às noções de relacionamentos e de bem relacional e trata de uma das contribuições mais aprofundadas por ele no campo da economia referente a este tema. Bruni reporta o conceito de Eudemonia como algo “sempre desejável em si mesma e nunca para alcançar algo a mais...” (BRUNI, 2012, p. 5) “... é a coisa melhor, mais nobre e mais prazerosa no mundo” (BRUNI, 2012, p. 87).

O estudo da compreensão do fenômeno relacional interpessoal segundo Bruni (2008, 2010, 2012) evidenciou alguns conceitos chave que foram explorados nesta investigação visto que possibilitaram a compreensão do espaço relacional na arquitetura e apresentaram-se recorrentes também nas demais disciplinas investigadas. Tais conceitos, que se esclarecem a seguir, são: *interações interpessoais de reciprocidade, intencionalidade, confiança*¹², *bem relacional, tomada de decisões, cooperação e empatia*.

A fim de facilitar a apreensão dos conceitos que estruturaram a compreensão do objeto de estudo através da contribuição nas várias disciplinas investigadas, optou-se por destaca-los identificando-se como subseções.

2.1.1 Relações interpessoais de reciprocidade

O espaço da arquitetura em suas várias escalas e dimensões pode favorecer o início da comunicação entre estranhos. Porém, as interações interpessoais consideradas uma contribuição positiva para o desenvolvimento da pessoa e do capital social, necessitam que haja uma correspondente resposta do outro, ou seja, que haja *reciprocidade de intensões relacionais*, e um mínimo grau de cooperação na intenção de desenvolver a interação ou ao menos a atividade que envolve a interação (BRUNI, 2012). É a ginástica da superação do “próprio eu” que caracteriza o fenômeno de construir-se pessoa e encontrar a própria identidade ao relacionar-se e encontrar-se no outro através de aspectos vários, não só culturais, mas ao menos deste.

Em economia pode-se descrever-se o comportamento cooperativo humano de reciprocidade¹³ através da palavra latim *retro-procus* que designa movimento em dois sentidos - dar e receber - que se faz necessário para que haja qualquer troca; a reciprocidade designa

¹² Enquanto uma característica condicionante destes relacionamentos de reciprocidade (Putnam, 2001. Bruni, 2012).

¹³ A teoria aborda reciprocidade positiva e negativa. Esta investigação explora aspectos da reciprocidade positiva, cujo comportamento caracteriza-se, de forma geral, por uma pessoa que responde com gentileza a uma gentileza recebida.

uma relação mútua onde dois ou mais sujeitos dão e recebem simultânea ou sequencialmente (BRUNI; GILLI; PELLIGRA, 2008); porém, o termo implica a existência de uma *intenção primeira de dar* cuja motivação oposta seria a de obter – buscar - uma satisfação sem intenção de dar nada em retorno, que porém, quando não regulado, pode originar um narcisismo patológico. Quanto à busca de satisfação sem qualquer obrigação de nada em retorno, Bruni diz:

A psicologia interpreta este comportamento incondicional como o objeto primitivo que caracteriza as crianças nos apegos precoces, os quais, se não governados podem levar ao narcisismo patológico. Adultos, por outro lado, substituem reciprocidade a este desejo for apego incondicional. Desta forma, do ponto de vista psicológico, reciprocidade é o comportamento padrão que deveria caracterizar a interação social de adultos normais (BRUNI; GILLI; e PELLIGRA, 2008, p.20, tradução nossa)¹⁴.

2.1.2 Intencionalidade

Para demonstrar a importância da intencionalidade, Bruni utiliza-se de estudos empíricos na economia comportamental (Behavioral Economics) à luz da “teoria de jogos” que apontam que a reciprocidade vai além dos padrões de racionalidade fundada no interesse por um benefício egoístico, e mostra a relevante importância de intencionalidade (quer seja esta a intenção própria do sujeito, quer seja a percebida do outro com quem se interage), da percepção da intenção do outro com quem se interage no momento da interação para o desenvolvimento da atividade interativa; e destaca os estudos em economia da “Escola de Zurique” que apontam a reciprocidade como uma espécie de regra na promoção de relações cooperativas, que por sua vez, resultam no aumento do bem estar coletivo, especialmente nos contextos em que não se encaixam restrições contratuais (BRUNI; GILLI; PELLIGRA, 2008).

Seja para Bruni (2008), que para Baggio (2008) e Sennett (2012), é necessário considerar-se o papel da motivação, pois para que haja a reciprocidade as pessoas precisam observar o fato, fazer dele um juízo de valor para si, isto é, avaliar “Que benefício me traz?” e

¹⁴ Caso o leitor queira conferir, reporta-se aqui o original do referido texto: “The opposite concept is that of unconditional behavior, the search for satisfaction without being under any obligation to give anything in return. Psychology sees this unconditional behavior... as the primitive object relation that characterizes children in their early attachments and that if left ungoverned may later lead to pathologic narcissism. Adults meanwhile substitute reciprocity to this desire for unconditional attachment. Therefore, from a psychological point of view, reciprocity is the standard of behavior that should characterize the social interaction of normal adults.” (BRUNI; GILLI; PELIGRA, 2008, p.20).

tomar a decisão de agir em retorno, em atitude de cooperação. Nesta dissertação, a psicologia revelou que o processo de decisão intrínseco no juízo de valor é significativamente influenciado por condições ambientais, que podem favorecer, ou não, a capacidade humana de tomar decisões de forma clara. Este aspecto vem explorado no subcapítulo 3.2 dedicado à psicologia. E referenciando correntes de conhecimento na economia contemporânea, o autor alerta para o dano causado à existência através de “armadilhas” de baixa-socialização, isto é, quando se indisponibiliza estes bens relacionais em sociedades que valorizam ou funcionam com poucos instrumentos de socialização (BRUNI; GILLI; PELLIGRA, 2008).

De quanto apenas exposto, deduz-se a relevância da influência do ambiente (através do espaço da arquitetura) no estado de espírito; isto é relevante pois pode influenciar pelo menos duas dimensões do processo de engajamento em *RIRs*, quais sejam: a capacidade de tomadas de decisão de forma clara, e intenções cooperativas que motivem a interação interpessoal. Daí identifica-se a influência que o ambiente pode exercer na motivação e no processo de decisão vinculado às *RIR*. Por exemplo, espaços com pouca visibilidade acrescidos de ruídos e fluxos de pessoas e veículos extremos, podem compor um ambiente que:

- a) Propicie nas pessoas a tendência a proteger-se maior que a de expor-se;
- b) Favoreça um estado de espírito confuso;
- c) Favoreça desconfiança, e conseqüentemente um juízo equivocado do valor e intencionalidades do outro;
- d) Iniba a atenção ao outro e a motivação necessária para perceber e reciprocamente a intenção observada no outro.

2.1.3 Atividade relacional e bem-estar

O conceito atividade relacional foi identificado nos artigos de Simmel (2000), de (Bruni, 2008), Benedetto Gui (1987), Seligman (2004) e Stanca (2008) que referem-se também a estudos dos filósofos Martha Nussbaum e Carol Uhlaner e do economista Amartya Sen (BRUNI, 2012). Em todos estes trabalhos as atividades relacionais caracterizam-se por: a) estarem em constante evolução, b) dependerem de mais de uma pessoa para acontecer; c) serem exercidas e experimentadas reciprocamente em um dado momento em um preciso lugar; e d) terem seu valor tanto maior quanto maior for a intencionalidade e confiança alocada por cada uma das pessoas envolvidas na relação.

Atividades esportivas e culturais com orientação à sociabilidade são exemplos de atividades relacionais. Como suporte empírico, para caracterizar atividades relacionais consideradas relevantes para o fenômeno relacional em questão e que possam ser desenvolvidas em espaços abertos de uso comum, esta investigação utilizou como referencial os resultados de duas pesquisas empíricas: uma conduzida pelo economista Luca Stanca (2009) sobre a aferição empírica da qualidade da vida relacional, publicada no *Journal of Socio-Economics*, e outra por um grupo multidisciplinar conduzida por Blessi (BLESSI *et al.*, 2014) sobre atividades mais relacionadas com interações interpessoais em áreas públicas.

Stanca (2009) construiu sua pesquisa com dados coletados em 94 países em todos os continentes por 30 anos pela *World Values Survey* e fornecidos por respondentes cobrindo 90 por cento da população mundial. O autor contextualiza as atividades relacionais como uma das estruturantes de um dos indicadores determinantes do índice de bem-estar subjetivo, paralelamente a indicadores socioeconômicos e demográficos – os resultados foram consistentes na pesquisa longitudinal e transversal. A pesquisa identificou três grupos de variáveis significativas para o bem-estar subjetivo, uma das quais resulta do “valor relacional” que emerge das atividades desenvolvidas durante relações interpessoais; destas, reporta-se aqui as classificadas em três grandes esferas de interações que e podem ocorrer em espaços abertos urbanos, vinculadas a relacionamentos: a) pessoais resultantes do status civil e vinculados à membros da família imediata (cônjuge e filhos); b) com familiares e amigos; c) vinculados a várias formas associativas da dinâmica social urbana. Encontrar características espaciais da arquitetura favoráveis à estas esferas de relacionamentos em espaços abertos é o foco desta investigação.

A segunda pesquisa empírica (BLESSI *et al.*, 2014) evidencia que a participação de pessoas em eventos culturais geralmente está relacionada à escolha pessoal de satisfazer necessidades e vontades de reconhecimento, amizade, senso de pertencimento e vontade de conectar-se com outras pessoas; e que a participação nestes eventos favorece o engajamento das pessoas em relações interpessoais não-instrumentais, onde o ganho obtido é a própria interação (condição necessária na conceituação econômica de bem relacional dos economistas adotados nesta dissertação); e favorece o fortalecimento do capital social (BOOTH, 2009 apud BLESSI *et al.*, 2014). Os testes foram conduzidos através duas bases de evidência: um questionário dirigido à população focando na relação entre cultura e bem-estar; e outro dirigido online a especialistas que avaliaram e hierarquizaram 14 atividades culturais mais indicadas no

primeiro questionário em termos de orientação para a sociabilidade. A pesquisa revelou a significância dos seguintes tipos de atividades: Concertos, atividades sociais, prática de esportes, observar a prática de esportes e apresentações teatrais.

Estes dois estudos mais recentes evidenciam estatisticamente a contribuição de áreas urbanas dedicadas a atividades de socialização para os índices de bem-estar da população urbana e do capital social, também argumentado por Putnam (PUTNAM, 1995).

2.1.4 Bemrelacional

Os benefícios ou prazer resultante do relacionar-se com o outro quando o relacionamento não é um meio ou instrumento para alcançar-se um objetivo ulterior, são conceituados por algumas correntes na economia e psicologia contemporânea como *bem relacional*. Embora economistas contemporâneos explorem este conceito em abordagens distintas, esta investigação fundamenta-se na compreensão da vertente do economista Bruni (2012) para quem os relacionamentos interpessoais de reciprocidade são aqueles genuínos e não-instrumentais; estes constituem um bem de valor conforme e decorrente da motivação e interação com o outro; é fundamental que o encontro tenha motivação não instrumental (BRUNI, 2012), e que seja presencial de duas ou mais pessoas. O valor relacional resulta do encontro de duas ou mais pessoas que interagem em um lugar preciso.

Resumindo, *bem relacional* considerado nesta pesquisa se caracteriza por: a) estar em constante evolução; b) depender de mais de uma pessoa para acontecer; c) ser exercido e experimentado reciprocamente em um dado momento em um preciso lugar; e d) seu valor é tanto maior quanto maior for a intencionalidade e *confiança* alocada por cada uma das pessoas envolvidas na relação; desta visão compartilham também os economistas Benedetto Gui e Luca Stanca (GUI e STANCA, 2010).

Em Blessi *et al.* (2014), os autores referem-se a vários trabalhos nos quais economistas contemporâneos correlacionam o bem relacional e afeto e comunicação decorrentes de situações sociais e particularmente aquelas relacionadas a contextos cuja natureza das interações que os caracterizam sejam atividades culturais e esportivas, devido ao caráter não instrumental das motivações que levam pessoas a envolverem-se nestas categorias de socialização. Referindo-se à uma pesquisa desenvolvida pelo German Socioeconomic Panel entre 1984 e 2004, os autores apontam que a participação em eventos sociais, esportivos, religiosos e especialmente os culturais associados à sociabilidade propiciam aumento de bem-

estar. Os autores ainda se referem ao economista Hirschman (HIRSCHMAN, 1996 apud BLESSI *et al.*, 2014) que evidencia outra característica do bem relacional: propicia conforto e estimulação ao mesmo tempo - Bruni (2010) também evidencia o prolongado benefício do conforto e estímulo de interações de reciprocidade para o valor do bem relacional. Por fim, reportam pesquisas que identificam que atividades culturais com orientação à sociabilidade estimulam a recorrente participação de pessoas nestes tipos de atividades (BLESSI *et al.*, 2014), caracterizando uma dinâmica positiva de construção do capital social.

2.1.5 Intenções, confiança, percepção, tomada de decisões

Em *Intentions, Trust and Frames: A note on Sociality and the Theory of Games* (2011), o economista italiano Vittorio Pelligra¹⁵ analisa a influência da sensação de confiança nas interações interpessoais observando o processo de tomadas de decisão e estratégias de comportamento. Através da teoria psicológica dos jogos (PGT - Psychological Game Theory), o autor verificou que, no processo de decisão sobre como agir em relação ao outro, a confiança no outro relaciona emoções e sentimentos de um lado, e estratégias de comportamento que dependem da percepção das intenções próprias ou percebidas. Foram considerados sentimentos como ressentimento, orgulho, vergonha e gratidão que, embora o autor não mencione, são frequentemente presentes na interação entre grupos na dinâmica urbana (PELLIGRA, 2011).

Segundo Pelligra, os testes de comportamento, mediante a PGT, revelam que a experiência e sensações resultantes de interações pelo contato presencial entre pessoas influenciam significativamente na construção da intencionalidade e conseqüentemente, nas tomadas de decisão dos envolvidos em interação. Estes instrumentos de análise do comportamento revelam uma relação causal entre a percepção de si e do outro (suas intenções, crenças e emoções) e intencionalidade (própria e percebida no outro) (PELLIGRA, 2011). Tal, indica a necessidade de considerar-se e compreender com maior profundidade o papel do processo de percepção na construção da intencionalidade presente no exercício da sociabilidade.

De fato, Pelligra (2011) fundamenta suas argumentações sobre o pressuposto que o comportamento de sociabilidade é influenciado pela percepção que as pessoas têm do comportamento dos outros, confirmando hoje conclusões recorrentemente presentes já na

¹⁵ Professor Associado de Economia Política. Departamento de Economics and Business da Universidade de Cagliari. Itália. Coordenador do grupo de pesquisa em Economia Comportamental *BERG*.

transição entre os séculos XIX e XX em estudos de sociologia sobre a influência do padrão de desenvolvimento urbano - por exemplo: ritmo, velocidade e volume de estímulos imagéticos e sonoros - na capacidade perceptiva das pessoas e na sociabilidade urbana (SIMMEL, 2000). Simmel já percebe e alerta sobre a importância desta influência nas práticas de sociabilidade no final do século XIX, uma vez que o contato pessoal - que possibilita a percepção do tom de voz e expressões faciais que expressam não só a personalidade mas também o estado mental e de espírito atual do outro com quem a pessoa se relaciona - é altamente relevante para a construção da confiança e da interação entre as pessoas (SIMMEL, 2000). Percebe-se, lê-se e julga-se mutuamente e instantaneamente o outro - emoções e intenções - mediante a observação de suas reações imediatamente anterior e posterior à intenção ou gesto construído em cada momento presente (SIMMEL, 2000; PELLIGRA, 2011). Por exemplo: uma colisão física entre duas pessoas pode ser lida como um insulto e levar a um conflito, ou ser lida como não intencional e levar a uma nova amizade.

2.1.6 Intenção, cooperação e empatia

Pelligra, referindo-se ao neurocientista McCabe (McCABE, 2000 apud PELLIGRA, 2011), permite compreender que percepção, intenção e cooperação são conceitos correlatos que - através da 'leitura mental' das emoções, palavras e ações do outro - influenciam a tomada de decisões das pessoas em interação, na medida em que esta leitura permite a inferência de pensamentos e intenções a partir de movimentos das pessoas envolvidas em interação. Esta leitura influencia a resposta das pessoas, e quando ocorre de forma recíproca e positiva pode favorecer o desencadeamento de atitudes cooperativas, cujas chances são menores num relacionamento onde falta informação ou onde a leitura do outro é limitada.

As considerações de Pelligra apoiando-se nos estudos dos neurocientistas Gallese e Goldman¹⁶ (através da Teoria das Simulações (ST) - utilizada pela PGT) permitem compreender o papel relevante da percepção ao revelar o conceito de cognição social e seu papel facilitador de interações interpessoais. Trata-se de processos de leitura de estados mentais do outro e de discernimento mental experiencial (propiciado pela experiência vivida no tempo

¹⁶ Os estudos de Vittorio Gallese e Alvin Goldman são reconhecidos pela contribuição à compreensão dos neurônios espelhos e a teoria simulativa da leitura da mente. Para saber mais ver GALLESE, V., & GOLDMAN, A.. Mirror neurons and the simulation theory of mindreading. *Trends in Cognitive Sciences*, 12, p. 493-501. 1998).

e espaço) que possibilitam a mimetização mental, isto é, colocar-se nos ‘sapatos do outro’, ou ‘anexar’ intenções ao agir do outro, possibilitando inferir seu comportamento como se fosse experienciado em primeira pessoa (2011).

Ou seja, a cognição social é uma capacidade exercida pelos chamados ‘neurônios espelhos’ que recriam no observador as mesmas atividades mentais observadas no outro (MAGARI e CAVALLERI, 2008; PELLIGRA, 2011). Segundo os psicólogos Magari e Cavaliere (2008), estes neurônios são utilizados no processo de empatia que experimentamos com os outros - resultante da leitura mental acima referida - necessário para o desenvolvimento dos relacionamentos de reciprocidade positiva. Estes mesmos neurônios são mencionados nos estudos da psicologia ambiental realizados em espaços urbanos por Colin Ellard, psicólogo e professor canadense da Universidade de Waterloo, e publicados em *Places of the Heart*, 2015. No livro, Ellard explorou artifícios digitais e observou o comportamento de pessoas em resposta a estimulação por outras pessoas, obtendo resultados que confirmam a influência do ambiente construído no comportamento de sociabilidade humana, porém seus estudos focam em meios e tipos de estímulos irrelevantes para o foco da presente dissertação.

2.1.7 Confiança

No dicionário Houaiss (2010), confiança significa crença que alguma coisa sucederá bem; confiar significa pôr (-se) sob os cuidados de; entregar (-se). Em algumas vertentes da economia confiança tem um papel muito significativo. Basta mencionar que o “jogo confiança” é um dos tipos de experimentos econômicos para prever o comportamento humano. A evidência experimental sobre tomada de decisões de cooperação entre duas pessoas através deste “jogo” mostra que a maioria das pessoas decide confiar nas outras, até mesmo quando numa primeira oportunidade este sentimento não tenha sido correspondido. Experimentos mostram ainda que a pessoa que recebeu um voto de confiança na maioria das vezes retribui o gesto de confiança de forma positiva influenciada pela percepção da boa intenção de quem o beneficiou (BRUNI, 2010).

Também Pelligra (2011) vincula o conceito de *reciprocidade* à *confiança*, enquanto construto necessário às interações em questão; o autor conceitua a reciprocidade positiva como o ato de conferir a alguém o benefício por este recebido; assim, uma resposta de *confiança* significa corresponder às expectativas do outro de ser beneficiado, isto é - muito embora haja quem confie pronto a todo tipo de resposta do outro - geralmente reciprocidade é

beneficiar quem possui expectativa de ser beneficiado, e um ato explícito de confiança pode induzir uma pessoa a confiar em quem o confiou por primeiro, ou seja, confiança invoca confiabilidade. Pelligra, utilizando-se da PGT, explica que a motivação da confiança é psicológica e moral, intrínseca da interação interpessoal; enquanto que a da reciprocidade pode ser material e psicológica. O benefício - ou bem - que se procura obter ao depositar confiança é algo intrínseco, endógeno, ao próprio relacionamento; isto é, “o próprio ato de engajar-se em um relacionamento, já afeta as preferências pessoais” (PELLIGRA, 2011). É muito informativo saber que, segundo a PGT, as pessoas geralmente preferem o benefício resultante de corresponder à confiança do outro, a um benefício oportunista maior por ter traído a confiança do outro, porque neste último caso experimenta-se também a sensação de culpa por ter traído a confiança do outro. O impacto negativo da culpa é maior que o impacto positivo de um ganho menor ao confiar. Conclui-se que, psicologicamente, as pessoas preferem corresponder a um sentimento de confiança percebido no outro que esquivar-se. Quanto posto neste capítulo permite considerar confiança um fator condicionante das *RIRs*. E descobrir que características espaciais podem favorecer esta sensação é um dos objetivos desta dissertação.

Conclui-se daí o benefício psicológico decorrente da confiança experimentada entre pessoas, e o benefício social ao incentivar, ou propiciar, a confiança entre pessoas. Estudos realizados através da PGT também simulam a influência do contexto espacial circunstancial na interação interpessoal; o modo como uma situação se apresenta, as normas, hábitos e expectativas vinculadas ao fenômeno relacional é denominado “*frame*”, e pode facilitar ou dificultar a leitura do meio ambiente e da situação (PELLIGRA, 2011). Por exemplo: duas pessoas dificilmente tomarão a iniciativa de fazer contato visual com outra, no seguinte “*frame*”: cada uma estiver atravessando a mesma rua em sentidos contrários, fora da faixa de pedestre, sob chuva torrencial e sem guarda-chuvas, cruzando o fluxo de veículos intenso e rápido.

Resumindo, adota-se aqui o pressuposto que as pessoas normalmente são mais propensas a confiar, ou seja, encontram mais benefícios em corresponder à confiança do outro que em desconfiar. A confiança recíproca depende da iniciativa (em intenções e gestos) de confiança expressa pelo outro, da percepção que se tem de como o outro nos vê, de como as pessoas interpretam a própria percepção do outro, e de como interpretam suas ações e intenções. Esta interpretação, por sua vez, bem como a ação de cada pessoa, é fortemente influenciada pelo contexto físico, cultural e pela circunstância na qual o fenômeno relacional acontece. Donde compreende-se a relevante influência dos contatos reais presenciais na intencionalidade

geradora dos relacionamentos e, por conseguinte, a relevância do espaço da arquitetura -através da influência de suas características espaciais- na capacidade sensorial-perceptiva e no comportamento das pessoas envolvidas em interações interpessoais.

2.2 A EXPERIÊNCIA SENSÍVEL DAS RIRS NA ÓTICA DA PSICOLOGIA

Que contexto ambiental pode favorecer a cognição social e a confiança? A investigação pôs esta pergunta à psicologia e à psicologia ambiental¹⁷, cujas conclusões reportam-se a nesta seção.

Na abordagem do psicólogo e psicanalista alemão Wolfgang Schmidbauer (2008), a confiança é o oposto ou a solução para a desconfiança presente no medo que impede as pessoas de relacionar-se com outras. A sociedade moderna e contemporânea facilmente e frequentemente favorece a tendência humana a evitar o medo ao invés de enfrentá-lo, através da oferta instrumentos de fuga que perpetuam a tendência a não enfrentar um problema decorrente do medo; a fuga perpetua a atual condição de medo da pessoa e conseqüentemente sua necessidade de consumo, contribuindo na garantia da estabilidade de uma fatia do mercado de consumo na sociedade moderna.

Em sua obra, *Sensação de medo*, Schmidbauer evidencia que manifestações narcisistas, doentias da experiência de medo encorajadas pelas práticas sociais vinculadas a tendências consumistas de fácil acesso a mimos opcionais proporcionados na sociedade, contribuem significativamente para exigências de afirmação narcisista em resposta ao medo de perdê-las; afirmações narcisistas estimulam a reclusão do diverso e inibem a interação interpessoal com o outro “diverso” de si próprio (SCHMIDBAUER, 2008).

Uma das formas psicologicamente não saudáveis de lidar com o medo - caracterizada no mimo ao qual a sociedade contemporânea tem dado espaço – dá-se através da atenção aumentada à causa do medo; tal tende a justificar a situação de medo em quem o sente, propiciando a falsa impressão de isenção da responsabilidade de superá-lo e resolvê-lo. O estímulo mimoso em resposta ao lamento, retrata uma postura psicologicamente associada ao desejo que uma autoridade resolva o problema e mude o problema, o que reforça o baixo nível

¹⁷ Segundo psicólogo Gifford (2002), Egon Brunswik foi provavelmente a primeira pessoa a mencionar o termo Psicologia Ambiental em trabalho impresso em 1943, intitulado *Organismic achievement and environmental probability*. no periódico *Psychological Review*, 50, 1943, 255-272.

de autoconfiança diante da incapacidade de dominar a realidade exterior e bloca a iniciativa pessoal para encontrar uma saída com o próprio esforço (SCHMIDBAUER, 2008).

Os efeitos produzidos pelo uso inapropriado de alguns tipos de produtos de uso cotidiano vendidos na sociedade contemporânea, como informações, imagens e ilusões de lazer e realidades virtuais, desestimulam a maioria dos consumidores a entender o que causa de problemas, desde os mais fúteis, como um eventual mau funcionamento da maioria dos produtos de consumo contemporâneos. Isto reduz a capacidade intelectual do consumidor entender o problema (ou como funciona o produto), impedindo-o de vencer o medo (ou encontrar uma solução). Esta mesma atitude cultural, aqui ilustrada nas relações com os objetos é também criada na esfera dos ambientes e relações na sociedade contemporânea. Esta incapacidade, também mencionada por Sennett (2012) como *tendência de incapacitação*, imposta às pessoas pelos modelos contemporâneos de desenvolvimento da tecnologia da informação e de produção¹⁸ e pela cultura excessivamente materialista predominante no ocidente contemporâneo, tem influenciado a economia do armazenamento e da maximização de lucros na construção de cidades, trazendo desvantagens e lados sombrios da crescente ocorrência de traumas psíquicos e predisposição ao medo (SCHMIDBAUER, 2008).

O autor propõe a prática continuada dos rituais construtivos contra o medo que podem surtir o efeito de sanar, e a alternativa substituição dos espaços de retirada, caracterizados pela solidão e pela atitude defensiva devido ao medo da proximidade, por espaços de tolerância e de bom humor onde aceitar e enfrentar a situação de medo. Porém, uma vez que a retirada é um comportamento importante na natureza, em suas várias esferas de vida – animal e humana – faz-se necessário criar espaços que possibilitem a retirada e a retomada, pois sabe-se que a perda da possibilidade de retirada provoca ataques agressivos onde o impulso de medo não devidamente respondido tornar-se disposição de luta (HALL, 1990; SCHMIDBAUER, 2008).

Quanto exposto justifica a necessidade de investigação por métodos e princípios de desenho do espaço que propicie o exercício de tolerância, de “retirada” e “retomada” na superação de medo social, que permita a construção do exercício de confiança; o quadro ilustrado por Schmidbauer retrata o comportamento social também ilustrado por Simmel já no início do século XX (SIMMEL, 2000), por Sennett nos dias atuais (SENNETT, 2012), e encontrado nas cidades brasileiras contemporâneas, onde ruas e bairros planejados ou reurbanizados são isolados do contexto construído ao redor para

¹⁸ Os modelos atuais dos equipamentos de uso cotidiano requerem menos qualificação técnica dos usuários para seu manuseio corriqueiro, a máquina só necessita de quem a operacionalize, e quem a opera desconhece como ela o faz.

lidar com o medo e sensação de incapacidade de superar suas causas, onde nota-se uma crescente expressão de agressividade das formas sociais de insatisfação diante da exclusão por grupos da população que compartilhem espaços limítrofes mas possuem padrões economicamente distintos.

Embora possa parecer contraditório, relacionamentos de alteridade com aqueles “diversos de nós” possibilitam modos de *bater em retirada* das pressões externas culturais que causam o medo e a ansiedade presentes na insegurança narcisista. Na retirada de algumas situações - as pessoas têm a oportunidade de entrar em contato com sua realidade interior e avaliar sua postura ou sua estratégia que possibilite enfrentar e superar os medos.

Schmidbauer aponta quatro formas fundamentais de medo decorrentes de tendências narcisistas (SCHMIDBAUER, 2008) que todo ser humano é constantemente chamado a superar no processo de desenvolvimento, e superar a tendência a tentar banir os sentimentos de fraqueza que, de forma exagerada, tem gerado formas megalomânicas de defesa da sociedade contemporânea (SCHMIDBAUER, 2008). O autor evidencia quatro formas de medo que resume nos conceitos *rotação, translação, gravidade e força centrífuga*.

O conceito rotação descreve a distorção do medo de que para tornar-se um indivíduo único se arrisque diferenciar-se demais dos outros, ameaçando-se de solidão; se arrisque perder o ego e a personalidade ao “entregar-se” ao outro que se aproxima (rotação); ou se arrisque depender dos outros para adquirir sua identidade. O ser humano necessita abrir-se para o mundo, orbitar em torno aos outros, realizando trocas com o *não eu*, com estranhos a uma distância segura; a distorção deste tipo de interação pode causar na pessoa o medo de afastar-se dos outros, no receio que isto cause seu isolamento e o coloque em situação de vulnerabilidade (translação). Outro, é o receio da incapacidade de superar a dor da mudança que decorre ao afastar-se da convivência daqueles com os quais se interage, da quebra da continuidade, estabilidade e persistência; a dor ao sair da força de gravidade exercida pelo outro. O quarto medo é o oposto do anterior, isto é, medo que a estabilidade dos relacionamentos cerceie a liberdade, e se expressa na necessidade por uma contínua modificação e adaptação, por constantemente deixar o familiar, tradicional, estabelecido; sua forma exacerbada resulta num histerismo.

Quanto exposto embasa o objetivo deste estudo, que entende relevante a necessidade de encontrar correlações entre o espaço da arquitetura e o comportamento humano a fim de possibilitar melhorias no ambiente construído, ou por construir, que favoreçam – juntamente à práxis em muitos outros campos de conhecimento - oportunidades de reconhecer o medo real de encontrar o outro, não reprimi-lo e não render-se a ele, mas tentar superá-lo, consciente que

ao mesmo tempo em que este compõe a dinâmica necessária da vida cotidiana, a sua correta avaliação e superação aumenta a qualidade da própria vida.

Não se trata de tarefa simples, ou rápida, pois na sociedade são várias as pessoas com as quais cada um normalmente precisa negociar, ou barganhar concomitantemente os próprios medos – por vezes opostos - para manter relacionamentos harmoniosos (SCHMIDBAUER, 2008). Porém, é necessário encarar e reconhecer os medos reais e ignorar os demais, o que depende de uma atitude ativa de descobrir sua causa e pertinência para poder tomar uma ação corretiva, e para tanto, é necessária uma presença de espírito que permita confiança em si e no outro, e muito pode contribuir a atmosfera do espaço vivenciado.

A psicologia ambiental foca na influência do meio ambiente no comportamento e experiências humanas com o objetivo de melhorar a qualidade do espaço e conseqüentemente do bem estar humano, portanto o diálogo com esta disciplina foi incorporado a este estudo na tentativa de entender critérios e referenciais de desenho que possam ser utilizados na construção do espaço onde os mecanismos de percepção, resposta e adaptação das pessoas aos estímulos recebidos possam favorecer o bem-estar, favorecendo condições espaciais favoráveis para interação entre as pessoas, indispensável segundo a compreensão de Norberg-Schulz sobre o espaço existencial e das demais disciplinas investigadas.

A percepção e experiência de cada pessoa no meio ambiente são únicas, no entanto, existem comunalidades ontológicas entre experiências de cada pessoa. A psicologia ambiental estuda as conexões e influências do meio ambiente natural e construído no ser humano através de estímulos com o fim de compreender a interação do homem com seu ambiente real e contribuir para a solução de uma variedade de problemas.

A seleção de trabalhos de Gifford (2002) consultadas nesta investigação, alguns destes publicados em *Environmental Psychology* onde o autor resume as abordagens teóricas, pesquisas e estudos empíricos da psicologia ambiental foram relevantes na construção do conhecimento da relação homem-ambiente, revelando pistas de como variáveis das *RIRs* parecem estar significativamente correlacionadas com as do espaço da arquitetura.

Parece oportuno salientar que porque muitos fatores influenciam a percepção humana do espaço, de forma que um dado espaço físico pode ser percebido diferentemente, inclusive pela mesma pessoa, diante de circunstâncias diversas, as influências situacionais e pessoais na capacidade perceptiva humana justificam aprofundar o conhecimento destas características ou propriedades espaciais favoráveis ao desenvolvimento de interações interpessoais,

considerando situações que comumente ocorrem na dinâmica de espaços abertos, livres, nas cidades contemporâneas.

Gifford destaca três dimensões de influências da experiência humana na percepção do ambiente: influência pessoal – as características e capacidades de cada pessoa; influência cultural – o modo como as pessoas crescem envolvendo processos psicológicos e experiências sociais; e influência físico-espacial – como os materiais e objetos empregados na composição ou construção do espaço, a organização e a complexidade visual do espaço construído. As evidências permitiram concluir a necessidade desta investigação considerar o leque de habilidades sensoriais em jogo na experiência liminar no espaço, além da visão, visto que muitas características físicas resultam condições espaciais - como temperatura, som, cheiro, receio de crimes- relevantes ao fenômeno relacional embora imperceptíveis através da visão.

Constatou-se que uma maioria das correntes da psicologia ambiental considera que todo espaço possui um potencial de possibilidades de ação automaticamente perceptível pelas pessoas – note-se o conceito de *Schemata* de Norberg-Schulz - e que definem o senso de normalidade e de anormalidade; este potencial é denominado com o termo *affordances*¹⁹ (GIFFORD, 2002). Quando um espaço não é legível (LYNCH, 1960) suas *affordances* não são facilmente ou universalmente perceptíveis, trata-se de um espaço confuso (NORBERG-SCHULZ, 1971) que dificulta a experiência existencial.

Dois processos que constroem a experiência no espaço relevantes para percepção das *affordances* - segundo teorias da psicologia ambiental - constituem também dimensões do espaço existencial concretizadas no espaço da arquitetura segundo Norberg-Schulz (1971), quais sejam a percepção e a cognição ambiental. Considerou-se nesta investigação a abordagem da psicologia e neurociência que entende a percepção ambiental, ao contrário da percepção das coisas, como a captação de informações ou estímulos do ambiente – compreendendo os objetos em sua disposição e organização no espaço como um todo, e incluindo o observador - pelos sentidos e localização do observador em cada momento, isto é, a percepção possibilitada e/ou condicionada por sua experiência espacial-temporal (contextual) e circunstancial (vinculada à uma finalidade: utilitária ou estética (BERTHOZ, 1997; BERTHOZ; VIAUD-DELMON, 1999; GIFFORD, 2002; MATURANA; VARELA, 2011; NORBERG-SCHULZ, 1971). O nível de percepção que uma pessoa tem do espaço é influenciado por sua experiência de vida por aquela imediata que varia segundo o foco da atenção ao engajar-se na experiência do espaço, segundo

¹⁹ Termo cunhado pelo psicólogo James Gibson (GIFFORD, 2002).

os filtros sensoriais que conscientemente ou inconscientemente mantem-se alerta ou “dormentes”²⁰ e conforme o foco experiencial, (GIFFORD, 2002; NORBERG-SCHULZ, 1971).

Cognição ambiental, por sua vez, é leitura²¹, memória e lembrança das informações e das experiências, não somente físicas e não somente espaciais de um ambiente e vem enriquecida pela experiência, como lembrar-se de um assalto, ou do carnaval, ou das vicissitudes causadas pela “seca”. Assim como a percepção, a cognição mental difere entre pessoas, mas possui sua porção invariável à espécie humana (GIFFORD, 2002). Um dos processos mentais que compõe a cognição ambiental envolvendo o espaço físico, é cognição espacial, da qual a memória é uma componente fundamental, cujas suas funções ajudam a pessoa a situar-se no ambiente, estimar distâncias e a localizar elementos do espaço, lendo imagens fotográficas e semânticas das relações espaciais. Mapa mental é uma expressão de cognição espacial.

A percepção e disposição dos elementos de cada espaço (como distância, tamanho, comprimento) são articulados de maneira única pois este expressa particularidades locais²², contextuais e circunstanciais de cada lugar, e são percebidos de maneira também única através das especificidades individuais (gênero, idade, expectativas, padrões estéticos), psicológicas, experienciais e culturais de cada pessoa e de cada contexto e ambiente físico, pois qualidades espaciais indiretamente percebidas em um determinado espaço influenciam a percepção de outras características do meu espaço e conseqüentemente o comportamento no ambiente. Por exemplo, o campo perceptivo visual dos pedestres diminui com o aumento de rumores de tráfego (GIFFORD, 2002).

Legibilidade é outra forma de cognição espacial que possibilita a capacidade de arrumar e reconhecer um espaço por meio de seu arranjo espacial específico. Para o arquiteto americano Kevin Lynch, cinco elementos básicos e fundamentais componentes na definição do espaço são importantes para sua legibilidade: Nós, caminhos, distrito, bordas e pontos de referência. A **Figura 4** resume a equivalência de conceitos utilizados por Norberg-Schulz na dimensão existencial (E) e arquitetônica (A) a partir da abordagem de Kevin Lynch.

²⁰ Gifford denomina habituação ou dormência, o fato de não se dar conta das coisas ao redor, quando se está habituados à elas.

²¹ Nesta investigação, entende-se como leitura o modo como processamos a informação que apreendemos do espaço.

²² Um exemplo bem caracterizador das peculiaridades locais culturais ilustrado por Gifford (2002, p.33), é o *Carpentered-world Hypothesis* que exemplifica as diferenças perceptivas às discrepâncias ambientais entre culturas diversas.

Figura 4 - Elementos básicos do espaço da arquitetura

Norberg-Schulz	Kevin Lynch
Centro (E), nós (A)	Nós (A)
Direção (E), caminho (A)	Caminhos (A)
Área (E), Distrito (A)	Distrito (A)
Aberturas (A)	Bordas (A)
Capacidade de centralização dos objetos (E,A)	Pontos de referência (elementos facilmente visíveis).

Fonte: a autora

Norberg-Schulz acrescenta a importância de aberturas sem as quais não existe comunicação do espaço com o seu entorno e sem o qual o espaço perde a razão de ser. Para Lynch as bordas são elementos espaciais fundamentais nessa comunicação, caracterizando mudanças características entre espaços em regiões que podem promover, limitar ou até impossibilitar a comunicação entre espaços. O urbanista Richard Sennett caracteriza estas distinções conforme a permeabilidade nas bordas entre espaços com os termos membranas (quando permeável) e barreiras (se impermeáveis) e destaca sua importância em espaços na escala urbana para a vitalidade da dinâmica das cidades (SENNETT; 2012, 2015). As membranas permitem os fluxos de comunicação entre o espaço e seu entorno. Discute-se este elemento do espaço com mais profundidade através da contribuição da sociologia na seção 3.4.

Os processos de comunicação e trocas possível entre espaços através aberturas e vias são um dos focos não só da arquitetura, mas também da hodologia²³ que emprega conceitos como *meta, rota ou caminho e obstáculo* que revelam características espaciais do espaço vivido “B” segundo a hodologia (TIBERGHEIN, 2012), e que através os conceitos de *centro, caminho e membrana* permite diálogo com a abordagem do espaço utilizada por Norberg-Schulz e Kevin Lynch.

O conceito das “lentes”, um modelo elaborado por psicólogo Brunswick, tenta representar as conexões entre qualidade real e a percebida de um ambiente através dos elementos que compõem um espaço. Brunswick a utilizou para avaliar quanto próxima da realidade era a imagem do espaço percebida pelo usuário, o que não é a intenção desta investigação, porém, seu esquema é útil para ilustrar um aspecto da leitura das características e

²³ O conceito Hodologia foi criado por Lewin entre 1920-30, dentro da psicologia topológica.

elementos componentes de um espaço, ou seja, que as características percebidas dos elementos do espaço são *pistas* que definem a qualidade percebida pelo observador (GIFFORD, 2002).

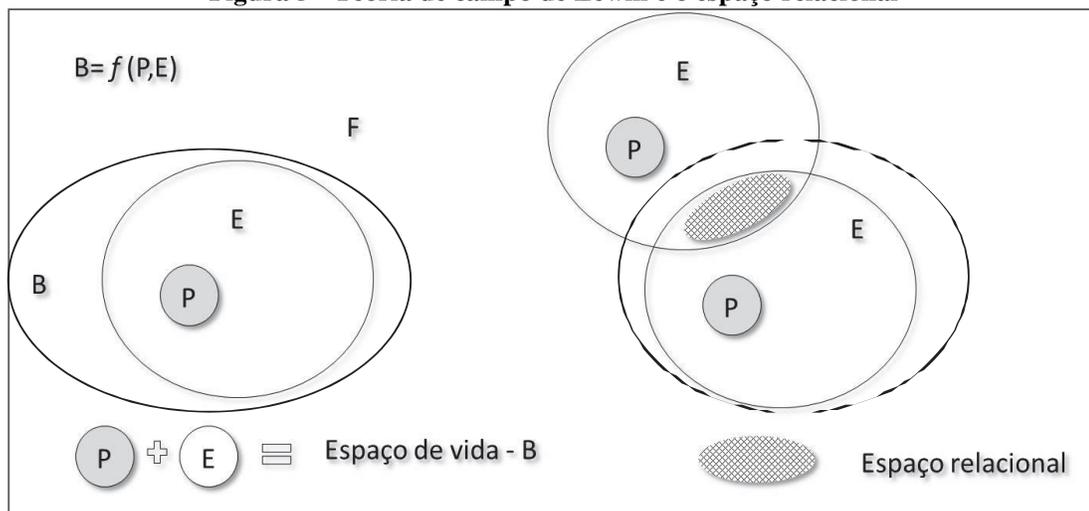
A imagem do espaço a partir do conjunto (elementos que se relacionam em um arranjo específico) dá o sentido que cada pessoa necessita para nele se posicionar e construir sua experiência (GIFFORD, 2002; NORBERG-SCHULZ, 1971). A leitura confusa, imprecisa ou distorcida dos elementos pode resultar numa imagem “imprecisa”. O conceito das “lentes” foi útil nesta investigação ao ajudar a compreender objetivamente que algumas pistas ajudam ou prejudicam a percepção de outras qualidades espaciais, revelando que uma investigação no campo da semiótica pode trazer grande contributo na compreensão do objeto de estudo desta dissertação. Segundo a *Teoria de campo* do psicólogo Kurt Lewin, também citada por Norberg-Schulz (1971), usuários que se familiarizam com o espaço sabem como melhor tirar proveito de suas características/pistas (GIFFORD, 2002).

Na *teoria de campo*, o ambiente psicológico de toda pessoa possui uma **dimensão física pessoal (P)** e **experiential (E)**, que compreendem seu *espaço de vida (B)*, ou espaço vital; no espaço (F) fora de B estão as coisas “não incorporadas na vida”, isto é, das quais não se é consciente e não se percebe. O espaço vital (B) é uma função da pessoa (P) e daquilo que ela percebe e experiência (E), como ilustra a **Figura 5**. Trata-se da totalidade perceptível e experienciada sobre a qual as pessoas fazem suas escolhas e definem suas intenções que cumulam no seu comportamento.

Quanto exposto sobre esta dimensão de totalidade do espaço pessoal utilizada na psicologia ambiental desde meados de 1960 contribui para a compreensão do espaço da influência recíproca quando pessoas estão em interação de reciprocidade que este estudo pretende entender e denomina espaço relacional. Esta compreensão da permeabilidade bidirecional de espaços pessoais confirma que, quando em interação de reciprocidade, elementos e pessoas de **F** são incorporados em **B**²⁴, isto é, tornam-se parte da experiência recíproca e, conseqüentemente, do espaço experiential de cada pessoa, influenciando e estendendo mutualmente o universo - espaço vital (B) - percebido por pessoas em interação de reciprocidade.

²⁴ Alguns psicólogos sociais interpretam (E) como sendo a representação cognitiva pessoal do mundo físico e social, enquanto psicólogos ambientais o interpretam como sendo o mundo real/objetivo. Em ambos os casos permanece invariável a postulação da permeabilidade recíproca entre meio e pessoa. (Gifford, 2012).

Figura 5 - Teoria de campo de Lewin e o espaço relacional



Fonte: A autora

Esta compreensão ajuda a explicar a influência de pessoas e grupos no comportamento do outro -construído sobre hábitos e tendências sociais, inclusive o de evitar o encontro com o outro diverso de si próprio. O estudo do espaço da arquitetura como um espaço físico-psicológico que possui parâmetros afetivos e métricos ajuda a compreender esta influência de forma objetiva. As abordagens da psicologia e neurociência de Brunswick (GIFFORD, 200) e Berthoz (1999), explicam dois fatores desta influência: **Figura** e elementos de **fundo**. A mensagem e o significado entendido pela disposição e ordem dos elementos de *fundo* varia dependendo do foco de atenção do observador -seja um objeto, pessoa, ou ação e intenção.

A abordagem do espaço de Norberg-Schulz e de Lewin - discípulo de Kohler, um dos criadores da Gestalt – evidencia o papel que aquilo que se percebe imediatamente e no entorno do espaço (elementos de fundo) exercem na experiência existencial no espaço da arquitetura. O processo de observação do usuário revela as influências distintas da figura (objetos do espaço foco da atenção) e do pano de fundo (elementos percebidos de forma secundária) na percepção do espaço e sua mensagem. Se o observador está à procura de um objeto, este é a figura (central) e os demais elementos do espaço constituem o fundo; porém este mesmo objeto pode tornar-se fundo na medida da intenção do usuário que o percebe o espaço.

2.2.1 Affordance

Pode-se dizer que o lugar é o *locus* da experiência do momento presente (B) onde o indivíduo percebe os potenciais de cada momento à medida que estes se sucedem, e que estas possibilidades potenciais correspondem às *affordances*, utilizadas por Gibson (GIFFORD, 2000), na teoria das affordances para explicar que as propriedades físico-psicológicas, mais do que as propriedades euclidianas, definem o significado das distâncias e dimensões a serem percorridas no espaço, caracterizado como *espaço hodológico*. Pode-se dizer que trata-se de uma compreensão ecológica da experiência espacial porque considera a troca pessoa-ambiente inerente o fenômeno relacional com o espaço.

Desta forma, hodologia pressupõe e reconhece o papel das intenções e capacidades perceptivas sensoriais²⁵ do usuário na definição de um cenário de dificuldades ou facilidades ao percorrer um espaço – espaço de fundo - na busca do alvo de sua atenção – isto é, o objeto da atenção principal do observador no espaço. Hodologia explica o espaço mediante seu valor significativo, abrangente, inclusive, elementos não construídos como eventos presentes como elementos de fundo (F) – tais como acidentes imprevisíveis do espaço, vento forte, a exposição desprotegida a um sol escaldante, ou um rumor insuportável, cheiro desagradável - bem como estados emocionais circunstanciais (que podem “alongar” ou “encurtar” a distancias) como veículos de características hodológicas diversas do espaço, que influenciam o observador de forma positiva ou negativa; desta forma, por exemplo, um usuário pode definir como curto um dado caminho “X”, embora este seja geometricamente mais longo, se ele percebe a experiência de percorrê-lo mais gratificante que a vivida no curto “Y”. Portanto, espaço hodológico é definido pela percepção do espaço apreendida através da experiência.

Compreende-se que tal percepção das possibilidades ou probabilidades potenciais de ação no espaço se adiciona às significações coletivas universalmente objetivas e claras percebidas em espaços na escala urbana, comunicadas através de seus elementos – como, por exemplo, a faixa de pedestres, o semáforo, um banco, um bebedouro.

A explicação do processo de leitura, cognição e comportamento no espaço através da teoria de affordances de Gibson oferece uma base para a compreensão e previsão de probabilidades de ação do usuário influenciadas por sensações como segurança, confiança e

²⁵ Psicólogos nesta vertente incluem a dimensão temporal à tridimensional do espaço, à semelhança de Norberg-Schulz, que o denomina espaço quadimensional (NORBERG-SCHULZ, 1971).

orientação que incluem as capacidades perceptivas ontológicas e a bagagem experiencial pessoal e cultural do usuário do espaço.

Pode-se intuir, assim, a força que a flexibilidade formal pode conferir a espaços enquanto facilitadores de interações interpessoais de reciprocidade na medida em que o imbui da capacidade de adequar-se às demandas postas pelas experiências e dinâmicas urbanas em alta velocidade mutacional nas cidades contemporâneas, hoje mais que antes. Conclui-se assim que quanto mais adaptável às necessidades experienciais do usuário for um espaço, mais forte, ou rico é seu potencial relacional.

Seguindo a construção dialógica da compreensão do espaço relacional a que este estudo se propõe, pode-se dizer que ele englobe a interseção de ao menos dois “**B**”, onde **B** compreende o espaço existencial segundo Norberg-Schulz e a dimensão do espaço e territorialidade pessoal na teoria de campo de Lewin. Esta compreensão pode ser instrumental na identificação das correlações dos dois fenômenos estudados -interação interpessoal de reciprocidade e relacional com o espaço – que compõem o fenômeno pessoa-espaço-pessoa - que caracteriza o espaço relacional.

Se se considerar, então, que *affordance* do espaço relacional seja um leque perceptível de possibilidades situacionais favoráveis às interações de reciprocidade entre seus usuários, que podem ser a eles comunicadas através da *estrutura, composição, e organização* espacial; conclui-se que estas categorias de análise do espaço podem definir características espaciais que esta investigação procura identificar. Assim, procurou-se sensações que estas categorias de características espaciais possam facilitar que influenciem positivamente as probabilidades e oportunidades de os usuários se envolverem em interações de reciprocidade. Para tanto observou-se o conceito *confiança* e demais conceitos-chave relevantes para a confiança favorável às interações de reciprocidade evidenciados segundo as disciplinas investigadas.

2.2.2 Confiança

Porque abordar confiança? Confirmando a argumentação econômica sobre o papel relevante e condicionante das *RIR*, no artigo intitulado *Exame da confiança interpessoal baseada no afeto*, Terres e dos Santos (2011) descrevem os achados sobre confiança que enriqueceram a argumentação inicialmente posta pela dimensão econômica, do ponto de vista da psicologia. O artigo considera um leque extenso de estudos realizados em diferentes áreas do conhecimento que indicam a relevância significativa ou mesmo a indispensabilidade de

considerar o papel da confiança para a ocorrência de interações de reciprocidade. Dois dos estudos consultados pelos autores se destacaram porque evidenciam riscos que influenciam a ocorrência de interações porque relevantes na construção da confiança (TERRES e DOS SANTOS, 2011).

O risco é um fator posto aos participantes de interações interpessoais (um tipo de *affordance* imposto pelo outro, no conceito de Lewin) que são construídas sobre o intercâmbio de algo predominantemente imaterial e intrínseco de valor (BRUNI, 2012; PELLIGRA, 2011; SCHIMDBAUER, 2008; STANCA, 2009). A avaliação do valor e do risco envolvidos é predominantemente pessoal, construída sobre fatores subjetivos pessoais e externos, e influenciada pelo processo social que constitui a interação com o outro (TERRES e DOS SANTOS, 2011); como a bagagem das experiências prévias e a experiência construída no momento presente influenciada pelas condições atuais e circunstanciais do espaço²⁶.

A avaliação que um faz do risco ao qual se expõe é um fator determinante no momento que imediatamente antecede a decisão de estabelecer interações interpessoais; risco tanto maior diante de estranhos. Em espaços públicos, este vem ainda mais agravado pela ausência de controle ou filtro que selecione as pessoas candidatas a engajar em interação, e desconfiança é um fator tanto maior quanto mais assimétrica for a relação, ou seja, quanto maior for a percepção de algum tipo de disparidade entre os envolvidos que seja relevante para a situação que se apresenta (TERRES e DOS SANTOS, 2011). Considerando que o outro é também um elemento do espaço (Lewin, Norberg-Schulz, Gibson) e adotando as considerações dos trabalhos investigados por Terres e dos Santos (2011)²⁷, deduz-se que, especialmente entre estranhos, a percepção imediata primeira do outro contribui na construção da experiência perceptiva no momento e no espaço do encontro, desempenhando um papel significativamente relevante na decisão de confiar e relacionar-se ou não.

Considerou-se o conceito de confiança como a) expectativa de cumprimento de promessas (PELLIGRA, 2011; PUTNAM, 2001; TERRES e DOS SANTOS, 2011) e b) crença no acontecimento de atitudes favoráveis, altamente relacionada ao risco posto pelas possibilidades de ação e intenção (*affordances*) do outro. Os autores referenciados na pesquisa

²⁶ Considera-se também quanto já exposto sobre a *Teoria de Affordances* de Gibson e a *Teoria de Campo* de Lewin (Gifford, 2002).

²⁷ Destaca-se aqui a importância dada pelas autoras (2010) à contribuição teórica de Johnson-George e Swap ao explorar aspectos e dimensões da confiança interpessoal. Para saber mais ver: **Measurement of Specific Interpersonal Trust: Construction and validation of a scale to assess trust in a specific other**. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 43, n. 6, p. 1306-1317, 1982. Disponibilizado em <http://dx.doi.org/10.1037/0022-3514.43.6.1306>. Acesso em: 20 jun 2015.

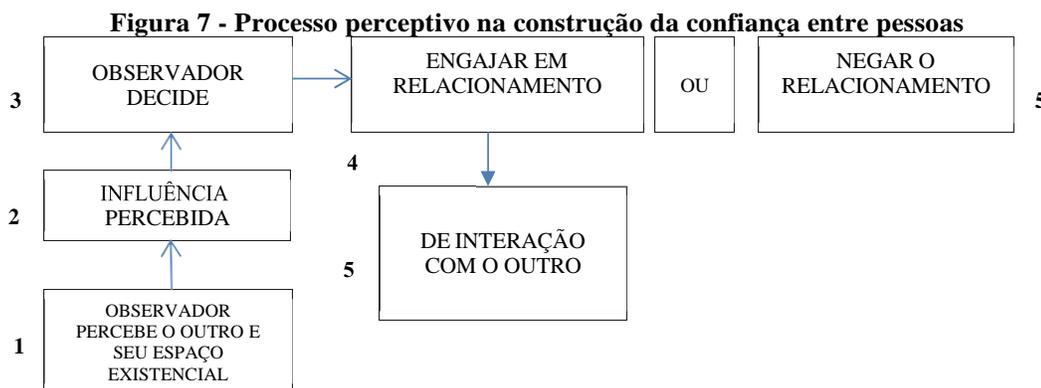
de Terres e dos Santos (2011) destacam ainda a *Benevolência*, definida como intenção própria de agir favoravelmente ao bem-estar do outro, enquanto atitude necessária para os *RIRs*, conclusão que está também inferida nas abordagens de Pelligra (2011), Sennett (2012), Gifford (2002), Putnam (2001), Magari e Cavalieri (2008) investigados neste estudo, visto que o ato de confiar, num relacionamento de reciprocidade positiva, pressupõe primeiramente uma iniciativa pessoal positiva em relação ao outro. Entendida desta forma, e conforme a Teoria Cognitiva Experimental de Epstein, e estudos de Lazarus e Tsal (TERRES e DOS SANTOS, 2011) confiança é um constructo baseado em aspectos cognitivos e afetivos que tendem a operar em paralelo ou mediar-se reciprocamente afetando o comportamento. A **Figura 6** sintetiza a influência da experiência e da capacidade sensorial na percepção da confiança, e a **Figura 7** tentativamente sintetiza o processo perceptivo na construção desta sensação.

Figura 6 - A influência da capacidade liminar na construção da sensação de confiança

Componentes comportamentais da confiança	Veiculado por:	Reflete-se na experiência como:
Cognição	Capacidade perceptiva humana de estímulos veiculados por propriedades comunicantes e comunicativas do espaço	Conhecimento do objeto, seja este o ambiente ou outra pessoa.
Afeto e emoção		Sentimentos e preferências
Comportamento próprio e do outro		Intenções e comportamentos percebidos e expressos

Fonte: Dados resultantes da própria pesquisa

No contexto investigado, a vulnerabilidade sobre a qual confiança é construída, é -entre outras coisas, primariamente decorrente da percepção ou inferência de possíveis interesses próprios do outro, a quem se desconhece, e para construí-la é necessário que a pessoa antes de tudo aceite e supere sua condição de vulnerabilidade. Como se tratam de relacionamentos não instrumentais, com fim em si mesmo, o valor da confiança interpessoal afetiva é tanto maior quanto maior for o risco pessoal envolvido.



Fonte: a autora

Embora este processo dependa do exercício da liberdade de decisão das pessoas de vencer o medo dos riscos inerentes à alteridade, arriscando confiar no outro, e dependa da resposta do outro à confiança nele depositada pelos envolvidos na interação, estudos em marketing, economia - através da Teoria dos Jogos e Teoria Psicológica dos Jogos - e psicologia indicaram que o voto de confiança recebido diminui o valor do risco percebido e normalmente suscita no outro uma resposta recíproca de confiança (BRUNI, 2012; MAGARI e CAVALIERI, 2008; PELLIGRA, 2011; SCHMIDBAUER, 2008; TERRES e DOS SANTOS, 2011).

Ainda segundo a conclusão dos autores investigados, pode-se concluir que a confiança é fundamental para que haja fidelidade - que por sua vez alimenta a confiança - inclusive nas interações interpessoais furtivas como as estabelecidas num parque, boulevard, ou calçadão de praia, o que pode significar a recorrência do fato e até mesmo estabelecimento de um hábito. Tal recorrência, sendo um componente da cultura (MATURANA; VARELA, 2011; SIMMEL, 2000), gera o que se pode denominar a “cultura do encontro” fundamental para o fortalecimento do capital social (BLESSI *et al.*, 2014; PUTNAM, 2014), para a saúde e bem-estar público, o que por si só seria uma forma bastante positiva de retorno do capital investido em áreas urbanas comuns e de uso coletivo.

Os estudos médicos utilizados na investigação de Terres e Dos Santos (2011) identificaram uma clara correlação entre carga afetiva, confiança e distância física nos relacionamentos interpessoais, revelando que mesmo tratando-se de interações não duradouras, quanto mais fortes forem a carga afetiva e a confiança, menor é a distância observada entre as pessoas envolvidas; e quanto maior for a proximidade física, maior será a importância da confiança interpessoal baseada no afeto. Disto, pode-se inferir a importância crucial de se

manter uma distância mínima entre estranhos a fim de garantir as chances de interações se se assume que afeto é uma variável frágil e normalmente possui baixo valor entre estranhos.

A observação das distâncias normalmente aceitas nos relacionamentos mais íntimos, e em situações específicas, como nas festas de carnaval de rua, exemplificam a influência do significado da mensagem não verbal comunicada pela situação e pelo contexto do espaço experiencial dos envolvidos nas interações; ao adicionar-se à massa de foliões, se aceita o convite subentendido a não se desesperar por sentir seu espaço íntimo invadido no contato físico com os demais envolvidos.

2.2.3 Territorialidade

Uma forma de controle sobre um espaço, objeto, ou ideia é expressa no comportamento de ocupação, marcação ou defesa do espaço por pessoas ou grupos em relação ao espaço íntimo, a territorialidade.

Gifford (2002) destaca dois sistemas de controle reconhecidos e utilizados em psicologia que variam segundo o grau de importância que um território há para a pessoa, ou segundo quem exerce a territorialidade. O primeiro é o sistema de Altman, baseado no grau de privacidade que a pessoas podem experienciar; e o de Lyman e Scott centrado em quem exerce a territorialidade sobre um dado espaço ou coisa, se por um grupo ou uma pessoa. O sistema de

Altman identifica três níveis de territorialidade: o primário, secundário e público, sendo o último aquele no qual as pessoas não têm controle expresso sobre quem possa utilizar o espaço, ou nele exercer níveis específicos de territorialidade. A *defesa* e a *infração* são dois fenômenos que acompanham a territorialidade de interesse para esta pesquisa porque revelam comportamento de pessoas envolvidas em interações interpessoais e tornou possível identificar como a territorialidade pode ser influenciada pelas características de espaços na escala urbana.

Citando Knapp, Gifford (2002) classifica três tipos de *comportamento de defesa* da territorialidade exercido por pessoas ou grupos: a *preventiva*, a *reativa*, e um terceiro tipo de comportamento que envolve a *defesa das fronteiras de um território de socialização*. Em contraste, *Infração* caracteriza um comportamento de violação, invasão e contaminação de uma pessoa no território da outra sem prévia permissão, a violação é uma infração mais temporária que a invasão; a contaminação implica em deixar algo que marca a adulteração do território invadido.

Segundo o autor, pessoas engajadas em atividades exercem a territorialidade em espaços mais fortemente do que aquelas que não estão engajadas em nenhuma atividade em particular, e cita a contribuição da teoria do ‘*Espaço defensível*’ ou “*Defensible Space*” da psicóloga ambiental Barbara Brown na identificação e compreensão de como o espaço físico pode influenciar o sentimento de territorialidade e o comportamento de defesa e invasão das pessoas envolvidas em interações de sociabilidade num dado território desde escalas urbanas pequenas como a de quarteirão (GIFFORD, 2002).

Os estudos indicam que, em situações idênticas, a intensidade com a qual grupos de pessoas exercem defesa ou invasão do espaço ocupado por outros grupos é tanto maior quanto maior for o sentimento de territorialidade destes no espaço e reflete-se no comportamento dos usuários durante interações de sociabilidade. Assim, muito embora o engajamento em *RIR* também dependa de outros aspectos envolvidos no fenômeno: pessoais, sociais e culturais, pessoas que sentem a territorialidade do espaço de forma semelhante a outros usuários, denominada territorialidade simétrica, estão em condições simétricas de desenvolver interações interpessoais de reciprocidade no espaço (as *RIR* são simétricas por definição), (GIFFORD, 2002; NORBERG-SCHULZ, 1971; SENNETT, 2012; SIMMEL, 2000; SUNERSSON, 2014).

A avaliação de estudos feitos no âmbito da psicologia ambiental revelou alguns dos efeitos de territorialidade (GIFFORD, 2002) no significado semiótico percebido pelos usuários de espaços públicos, demonstrando o papel fundamental da compreensão deste fenômeno na avaliação e desenho do ambiente construído na esfera urbana e pública:

- e) Facilitar o senso de confiança e o de ‘sentir-se em casa’;
- f) Ajudar os usuários a exercer controle sobre um espaço na normalidade, na medida em que estes naturalmente ordenam o espaço, o sentem legitimamente seu (Legitimizar) e definem atividades e comportamentos aceitáveis como ‘normais’ para o contexto situacional no momento da experiência do espaço (por exemplo, a experiência de normalidade num espaço difere entre dias úteis de trabalho e dias de feriado de carnaval);
- g) Reduzir comportamentos agressivos;
- h) Influenciar o senso de identidade e o controle sobre o uso do espaço para promover segurança e conforto psicossocial aos usuários.

O exemplo a seguir auxilia compreender o significado semiótico de territorialidade: Considere-se o bloqueio do trânsito de automóveis em uma rua residencial, nota-se que isto pode aumentar a sensação de controle (de quem entra e sai, da velocidade e frequência com a

qual este fluxo acontece), de segurança (diminui os riscos de acidentes envolvendo crianças e idosos, e as chances de assaltos) de identidade (aumenta a atmosfera social local comum) por seus usuários. Porque algumas categorias espaciais podem ser instrumentais facilitadores e comunicadores do exercício de territorialidade, e porque os interesses a serem ponderados no exercício da territorialidade podem ser muitos e diversos, o papel que o planejador desempenha como balizador para encontrar uma solução de desenho que ajude a examinar, pesar e/ou conciliar os interesses envolvidos e fundamentar o custo-benefício das decisões é muito significativo, e para isso precisa usar critérios objetivos.

2.2.4 Efeitos da densidade da ocupação do espaço

As sensações de odor, temperatura, som e ruídos emitidos em espaços cujas densidades de ocupação diferem, são percebidas de formas diversas. O efeito da densidade e da lotação dos espaços é considerado no planejamento de ambientes pela psicologia ambiental (GIFFORD, 2002). Dependendo das expectativas experimentadas como normais (semiótica) ou das atividades desenvolvidas no espaço, a densidade de ocupação pode ter efeito positivo ou negativo. Enquanto unir-se a uma multidão na rua com amigos pode ser uma forma de aliviar tensão durante o carnaval, porém atravessar a mesma multidão na rua num dia útil levando o filho para a escola maternal pode resultar num efeito de stress imediato. Além da mensagem comunicada por uma aglomeração densa de usuários de um espaço, a mensagem vai também variar com a **natureza da situação contextual e da situação pessoal vivenciada pelo usuário no momento em que usa o espaço**, e embora atividades diversas admitam níveis de densidade diversos para manter um mesmo nível de confiança e conforto, estudos diversos concordam que as interpretações dos efeitos de multidão possuem três chaves de leitura importantes expressas pelos conceitos de **anonimato, efeito em cadeia**, que pode ser desencadeado na multidão, e **imprevisibilidade**. Invariavelmente, estes conceitos diminuem o nível de confiança dos usuários ao vivenciar espaços ocupados por multidão (GIFFORD, 2002; HALL, 1990).

2.2.5 Influência do espaço na comunicação não verbal

Muito relevante para a avaliação da influência do espaço nas *RIR*, é a verificação por estudos empíricos já desenvolvidos sobre modos nos quais situações podem influir negativamente na percepção, leitura e interpretação de um comportamento não verbal. No

capítulo *Non-verbal behavior as communication: approaches, issues and research* do livro de Owen *The handbook of communication skills*, Gordon, Duckman, Rozelle e Baxter (2006) explicam que a comunicação não verbal necessita ser contextualizada no espaço-ambiente²⁸ onde acontece para poder ser compreendida, pois está diretamente influenciada pelo espaço, uma vez que o processo de interação interpessoal dá-se ou pode ser iniciado pelo comportamento expresso e percebido. Tal conclusão apoia quanto definido por outros autores investigados nesta dissertação seja no campo da psicologia que sociologia e arquitetura (GIFFORD, 2009; KNAPP; HALL; HOGAN, 2014; NORBERG-SCHULZ, 1971; SIMMEL, 2000), e reforça a necessidade de identificar dimensões do espaço da arquitetura que se correlacionem com a comunicação não verbal.

Compreender as dimensões e elementos chaves desta forma de comunicação bem como suas características, auxiliou na compreensão de como os elementos e características do espaço arquitetônico possam nela influir. Kanpp, Hall e Hogan (2014) e Gifford (2002) tecem algumas considerações resultantes de pesquisas e estudos relevantes para a compreensão de correlações entre as *RIRs* e o espaço da arquitetura.

Estas dimensões podem ser consideradas entre as variáveis perceptíveis do espaço da arquitetura, e constam na **Figura 8** que sintetiza elementos do espaço e sua contribuição para a compreensão de suas *affordances* pelo usuário no processo de comunicação não verbal. Os dados foram apreendidos através dos estudos de Schimdbauer, Gibson, Lewin, Gifford, Simmel, Knapp, Hall e Hogan, referem-se ao processo de comunicação não verbal presente nos tipos de interações possíveis em áreas livres, considerando cinco funções primordiais da comunicação não verbal.

Os referidos estudos destacam, em linhas gerais, cinco funções primordiais da comunicação não verbal, que expressam elementos pertinentes as *RIRs* já mencionados pelos demais autores já citados, como Lewin, Gifford, Berthoz, Schmidbauer entre outros: *Expressar emoções, comunicar atitudes, apoiar a comunicação verbal, apresentar si próprio ao outro e expressar rituais* (GIFFORD, 2002; ; KNAPP; HALL; HOGAN, 2014) que, como os expressos através de um aperto de mão, ajudam na construção de relacionamentos interpessoais.

²⁸ O espaço-ambiente inclui o espaço, seus usuários e seu contexto material e imaterial.

Figura 8 - Elementos do espaço presentes na comunicação não verbal

Elementos do espaço relacional	Funções desempenhadas por estes elementos
Características espaciais e seu contexto são Veículos comunicativos do espaço.	1- Revelar e Expressar um usuário ao outro, a aparência física do espaço, objetos e usuários, do território e do espaço pessoal; 2- Possibilitar e comunicar sensorialmente emoções, contato visual, a linguagem corporal e vocal, expressão facial, atitudes, gestos e postura, o toque, pistas vocais, cronêmicas e cinestésicas. 3- Revelar agentes comunicantes de significado.
Percepções primordiais do usuário são Canais por onde circula informação.	4- Colher emoções e atitudes, o outro, e rituais; 5- Apoiar a comunicação verbal.
Objetos móveis e imóveis.	1- Emitir estímulos, provocar sensações, e dar pistas de possibilidades do espaço.
Elementos do espaço relacional	Funções desempenhadas por estes elementos
Odor, níveis de temperatura, ruído, iluminação e de poluição, microclima, visibilidade e topografia, movimento, densidade, qualidade social, segurança, crime, atividades, contexto urbano, são Agentes comunicantes.	8- Comunicar significado e pistas de possibilidades do espaço (affordances).
Parâmetros de leitura que revelam critérios culturalmente estabelecidos de normalidade.	9- Revelar natureza da situação contextual e da situação pessoal vivenciada pelo usuário no momento em que usa o espaço
Sensações dependentes do exercício da territorialidade.	10- Influenciar a sensação de confiança pessoal e no outro- por exemplo, controle, segurança e identidade favorecem a confiança enquanto anonimato, efeito em cadeia e imprevisibilidade presentes em multidões a desfavorecem.

Fonte: A autora

Os estudos agrupam em dez as dimensões de comunicação não verbal, a saber: aparência física, território e espaço pessoal, contato visual, a linguagem corporal e vocal, expressão facial, gestos e postura, o toque, contato visual, pistas vocais, e cronêmica (modo como um concebe e usa o tempo, perceptível através do ritmo e velocidade dos fatos que ocorrem num dado espaço, ou pelo comportamento das pessoas durante interações), que contribuem para a construção, leitura e compreensão de affordances do espaço pelos usuários.

2.3 O ESPAÇO PESSOAL NA DIMENSÃO ANTROPOLÓGICA

O antropólogo Edward Hall enriquece a compreensão das RIRs ao explicar o papel da percepção das distâncias e sua influência no comportamento dos envolvidos em interações interpessoais. Uma de suas contribuições na antropologia, a proxêmica explica como a distância entre pessoas num dado espaço afeta como um percebe o espaço, como se comporta nele e diante de pessoas, e varia com normas culturais locais, tipos de relacionamentos, de *atividades desenvolvidas por pessoas* em interação em um dado momento e lugar, varia também com aspectos infraculturais, *elementos fixos e móveis do espaço*, e ainda com *condicionantes específicos de cada lugar* (HALL, 1990).

Guiado por estudos empíricos, Hall classificou as escalas de espaço perceptível em quatro categorias: *espaço íntimo, pessoal, social e público*. Se se considera que este sistema de escalas permite extrair orientações para o uso e desenho de espaços arquitetônicos, deve-se considerar também relevante a influência da organização dos elementos do espaço na percepção e comportamento humano, e a constante necessidade de adaptação das intervenções no ambiente construído em resposta às mudanças na estrutura, organização e dinâmica dos relacionamentos nos centros urbanos. A importância dada por Hall à distância entre as pessoas, às atividades desenvolvidas, elementos fixos e móveis do espaço e seus condicionantes, confirma as contribuições da psicologia ambiental colhidas nesta dissertação, e conduzem a inferir que existe alguma correlação entre estes conceitos no espaço relacional e na construção de políticas urbanas que salvaguardem o equo acesso às comodidades urbanas e o exercício da sociabilidade.

Especificidades culturais influenciam o impacto do ambiente construído na pessoa, que, como filtros, orientam a interpretação, apreensão e significado do que se experiencia com os sentidos (MATURANA; VARELA, 1999; NORBERG-SCHULZ, 1991; RAPOPORT, 1977). Enquanto variável independente e como os fatores subjetivos, a cultura orienta o comportamento humano no meio ambiente em resposta à presença e ao comportamento interativo do outro. Porém, Rapoport (1977), Hall (1990) e Norberg-Schulz (1971) concordam que embora a percepção de um ambiente varie de acordo com as especificidades culturais subjetivas e coletivas, esta é sobre um lastro de mecanismos, tendências, predisposições e processos gerais ontológicos e invariáveis - que conectam o ser humano ao ambiente e vice-versa - que transcendem as especificidades de grupos, tempo e contexto e que possibilitam identificar características do meio ambiente que podem afetar os usuários, de maneira geral.

Focou-se então em identificar e compreender estes conceitos invariáveis, visto que se correlacionam e interagem com variáveis perceptíveis do espaço – algumas das quais presentes na Erro! Fonte de referência não encontrada. - como filtros de leitura que influenciam a aceitação de um espaço pela preferência, cognição e percepção dos usuários (RAPOPORT, 1977).

Não obstante considere-se o espaço e seus elementos uma extensão da pessoa (HALL, 1990; MATURANA; VARELA, 2011; NORBERG-SCHULZ, 1990;), cada cultura entende como normal um padrão específico dos encontros que caracterizam os fenômenos relacionais interpessoais, e lhes confere valores específicos em consonância com seus padrões de normalidade apreendidos pelas capacidades perceptivas, que conferem chaves ou filtros de leitura-significados de percepção, apreensão e interpretação daquilo que se apreende e é comunicado, inclusive por características do ambiente (HALL, 1990; NORBERG-SCHULZ, 1990). Assim, considerando que a necessidade da sensação de confiança seja uma condição, e variável constante em todas as culturas, para que relações de reciprocidade positiva ocorram, é importante considerar o caráter multissensorial da percepção humana: olfativa, visual, tátil, auditiva e cinestésica²⁹ sobre a qual o filtro cultural exerce influência. (HALL, 1990; GIFFORD, 2002). Por este motivo aprofundou-se aqui a compreensão do espaço perceptível e territorialidade, segundo Hall.

O espaço perceptível é aquele entorno a si próprio, e território, segundo Hall, é uma área de privacidade entorno a si mantida sob controle podendo incorporar o espaço ocupado por uma outra pessoa ou objeto, como uma cadeira, ou um lugar, como por exemplo, um escritório; se indevidamente ocupado o território pode ser percebido como infringido. *Territorialidade* e espaço pessoal (uma das quatro escalas do espaço perceptível) são subjetivos e influenciados por cultura. Hall (1990), junto ao psicólogo Robert Sommer, definiu em 1966 quatro níveis de distâncias do espaço perceptível relevantes para a interação mediante relacionamentos face-a-face. As dimensões destas distâncias variam segundo cada cultura (as enumeradas abaixo se adequam à cultura norte-americana e norte da Europa) e são até hoje internacionalmente consideradas como referenciais no campo da proxêmica, da psicologia ambiental e disciplinas vinculadas ao estudo do comportamento humano.

As dimensões, ou raios, do espaço perceptível e interações interpessoais segundo Hall, são: a) espaço íntimo = entre 15 e 45 cm. – predominantemente caracterizado por interações de contato físico, a invasão deste espaço pode suscitar reações adversas de ansiedade, fuga e

²⁹ A Cinestesia humana engloba todos os tipos de sensações, inclusive os táteis, viscerais e emocionais (Houaiss, 2010)

inquietação; b) espaço pessoal= de 45 cm. à 1,2 m. – é aquele em que as pessoas se sentem confortáveis para os relacionamentos próximos; permite um tom de voz baixo na comunicação verbal, e não requer necessariamente o contato físico, apenas o visual; c) espaço social= 1,2 m. a 2 m. – geralmente caracteriza interações profissionais, a distância não permite captar os sinais não verbais das relações de reciprocidade que podem ocorrer entre estranhos em locais públicos; d) espaço público= 3,6 m. a 6 m. – ocorre em interações relacionadas a discursos e palestras onde não se faz necessário perceber ou formular uma opinião formada em resposta a estímulos recebidos; é inadequado para conversações pois não permite captar os sinais não verbais. Esta investigação considerou apenas os espaços pessoal e social adequados para as *RIRs*.

Os estudos em antropologia considerados nesta dissertação (HALL, 1999; KNAPP; HALL; HOGAN, 2014) também confirmaram que as *RIRs* podem ser significativamente influenciadas por características do espaço e do entorno no qual se inserem; destes estudos compreende-se a importância de identificar e explorar as que podem influenciar as impressões perceptíveis através de atitudes, palavras e ações das pessoas ao interagirem. Denominadas meio ambiente da comunicação, estas características compreendem: elementos, dimensão, estrutura e organização do espaço, seus materiais, cor, forma, textura e superfície; estilo arquitetônico, bem como condições ambientais de temperatura, ruídos, odores, som e iluminação. Também compõem o ambiente da comunicação, os denominados “rastros de ação”³⁰ e a percepção do decorrer e do ritmo do tempo (cronêmica). Níveis de stress, formalidade, competitividade e cooperação que caracterizam a atmosfera social também influenciam o comportamento no espaço (KNAPP; HALL; HOGAN, 2014)³¹. Todos esses aspectos são considerados componentes do espaço existencial, segundo Schulz (1971). A **Figura 9** exemplifica e explica os meios de comunicação não verbal que o espaço pode facilitar ou dificultar através de seus elementos denominados como ambiente da comunicação, por Knapp, Hall e Hogan (2014) e pela atmosfera social.

³⁰ Os rastros de ação são vestígios ou sinais que um deixa daquilo que faz enquanto interage ou daquilo que observou-se ter sido feito imediatamente antes do relacionamento, por exemplo, como um dispôs do lixo que produziu.

³¹ A elaboração destas conclusões deu-se com o auxílio do relatório, sem menção de data ou autor, intitulado *Non-verbal communication*, elaborado pelo ora extinto *Communication for Governance & Accountability Program* da ONU, embasa-se numa bibliografia abundante nos campos da percepção e da comunicação não verbal. Documento Disponibilizado em: <http://siteresources.worldbank.org/EXTGOVACC/Resources/NonverbalCommweb.pdf>. Acesso em: 15 nov 2015.

O modo como as pessoas utilizam, percebem e respondem às relações do espaço com o espaço social e pessoal também influencia as interações interpessoais de reciprocidade formais e informais, e vem sendo investigado por um campo da proxêmica denominado ecologia de pequenos grupos. Este campo lida com territorialidade e com a relação entre as disposições espaciais e multidões; disposição de cadeiras, por exemplo, e a hierarquia entre os envolvidos nem interação; distância espacial e conversação, e a variação destas segundo características pessoais, sociais e culturais específicas (KNAPP; HALL; HOGAN, 2014). Embora reforcem a abordagem desta investigação, os estudos neste campo não serão aprofundados neste estudo devido às limitações desta dissertação, porém podem vir a ser considerados na elaboração da Tese.

Figura 9 - Meios não verbais de comunicação, componentes do ambiente e da atmosfera social

Meios de comunicação não verbal utilizados por pessoas ao interagir e cuja percepção é influenciada pelo ambiente da comunicação	Reforçam a comunicação verbal na medida em que expressam alguma (s) de sua (s) dimensões	Impressão transmitida
Expressão facial	Atitudes e emoções.	Nível de domínio desejado na interação (ex.: Liderança, ou seu oposto)
Gestos e posturas (cinestesia) linguagem corporal (1)	Processos do pensamento pessoal. Ajudam na comunicação de mensagens subjetivas como autoconfiança e entusiasmo.	Credibilidade, simpatia, atração interpessoal, ou impressão oposta.
Vocalizações que acompanham a fala (<i>paralanguage</i>) (2)	Emoções e atitudes.	Simpatia e domínio interpessoal.
Contato físico na forma de toque (3)	Vínculos interpessoais e reações positivas ou negativas.	Domínio ou atração interpessoal.
(Proxêmica) espaço interpessoal e normas de territorialidade (4)	Exercício de controle, domínio e privacidade.	Exercício de controle, domínio e privacidade.
Contato com o olhar (5)	Indiferença ou desejo de acolher ou evitar (com o não olhar) uma presença, situação, ou estados emocionais.	Credibilidade, intimidade (ex.: evitar contato visual assegura distância psicológica) ou impressão oposta.
Uso e percepção do tempo (cronêmica)	A disposição pessoal de responder a um estímulo anterior.	Informação sobre si mesmo diante de uma pessoa ou situação.
Características das pessoas	Significado apreendido da imagem percebida.	Significado apreendido da imagem percebida.

Fonte: A autora

Aspectos como expressão facial, toque físico, postura e gestos, ou o modo como pessoas comunicam-se através da voz e do olhar (para onde olham, por quanto tempo, como e quando) - apontados também por Simmel (2000) como formas de comunicação não verbal significativas nas interações interpessoais na esfera social – também são influenciados por condições espaciais, tais como distância e condições de visibilidade.

Segundo classificações de significados por Knapp, Hall e Hogan (2014) e Sonesson (2013), o ambiente pode influenciar a percepção de *affordances* e do significado dado a eventos e coisas mediante percepção que se tem destes num primeiro momento. Podem ser influenciados, por exemplo, a *Iminência*, isto é, a percepção de ritmo e dinamicidade através da *capacidade de resposta* dos envolvidos em interação; o *Status* (*como forte ou fraco, dominante ou subordinado*) que uma pessoa transmite e um observador pode sentir. Características espaciais podem transmitir, por exemplo, *calor psicológico, privacidade, familiaridade, restrição e distância* diretamente influenciam o comportamento, a influência de uma pessoa sobre a outra, e a própria influência exercida pelo ambiente da comunicação (arquitetura, sons, iluminação, estrutura e organização do espaço).

Calor Psicológico: são propiciados por combinação dos elementos do espaço como cor, textura e tipo arquitetônico que propiciam calor psicológico; encorajam perambular no espaço, relaxar e sentir-se confortável. Por outro lado, ambientes frios propiciam uma maior taxa de reciclagem dos usuários.

Privacidade: layout mais fechado ou que dificulta q outras pessoas escutem uma conversa, mesmo em áreas abertas, sugere privacidade. Quanto maior a sensação de privacidade menor a distância estabelecida entre pessoas que interagem em conversação e maior a probabilidade de engajamento em conversas pessoais

Familiaridade: no cenário novo ou desconhecido tende-se a comportar-se com cautela e com racionalidade e seguindo normas de conduta convencional. Move-se com hesitação e cautela até que se estabeleça conexão com outros espaços familiares. A familiaridade aumenta chances de previsibilidade que possibilita independência de estranhos para desenvolver atividades no ambiente.

Restrição –O meio ambiente pode restringir o comportamento dependendo de quanto “pesa” a uma pessoa sua permanência em um lugar, e esta sensação depende do tamanho do lugar e do senso de privacidade possibilitada durante a permanência no lugar.

Distância – o comportamento é influenciado pela percepção de distância entre si e o outro com quem se quer interagir ou evitar interação; estudos demonstram que entre estranhos

sente-se a necessidade de uma maior distância física devido à necessidade de manter maior proteção psicológica de estranhos que de pessoas mais próximas. Distância necessária no espaço pode ser real (euclidiana), psicológica (através de algo que iniba sensações de ameaça à intimidade, como evitar contato visual, evitar conversação pessoal incentivando interações envolvendo grandes grupos), ou funcional (separando áreas dedicadas ao desenvolvimento de atividades).

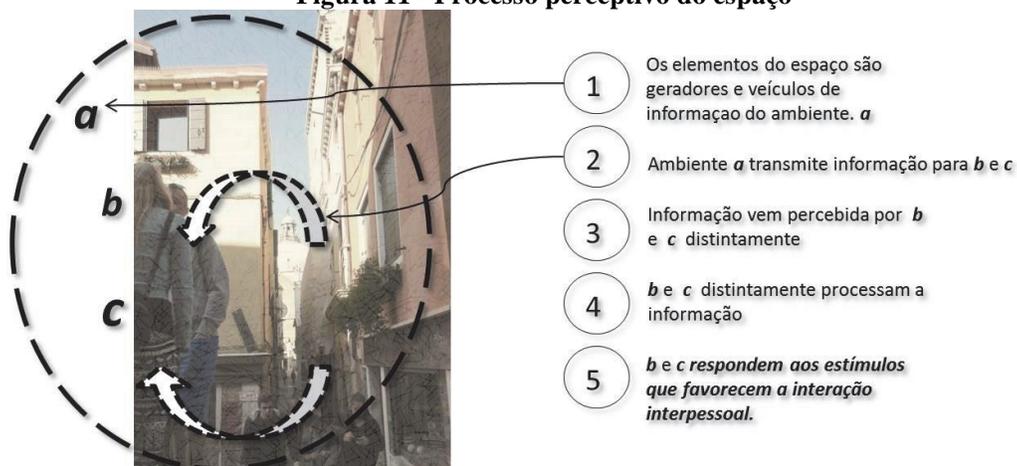
As **Figura 10** e **Figura 11** resumem e explicam o processo de percepção envolvido na comunicação não verbal durante a interação entre duas pessoas, na abordagem explorada até o momento.

Figura 10 - Esquema do processo de comunicação com e no meio ambiente

Espaço (1)	Usuário traz sua bagagem quando (2)	Usuário recebe bagagem (3)	Usuário já diferente (4)	Usuários interagem (5)
Estrutura, organização e elementos	Percebe o espaço e o outro	É afetado pelo que percebe	Processa	Respondem

Fonte: Dados resultantes da própria pesquisa

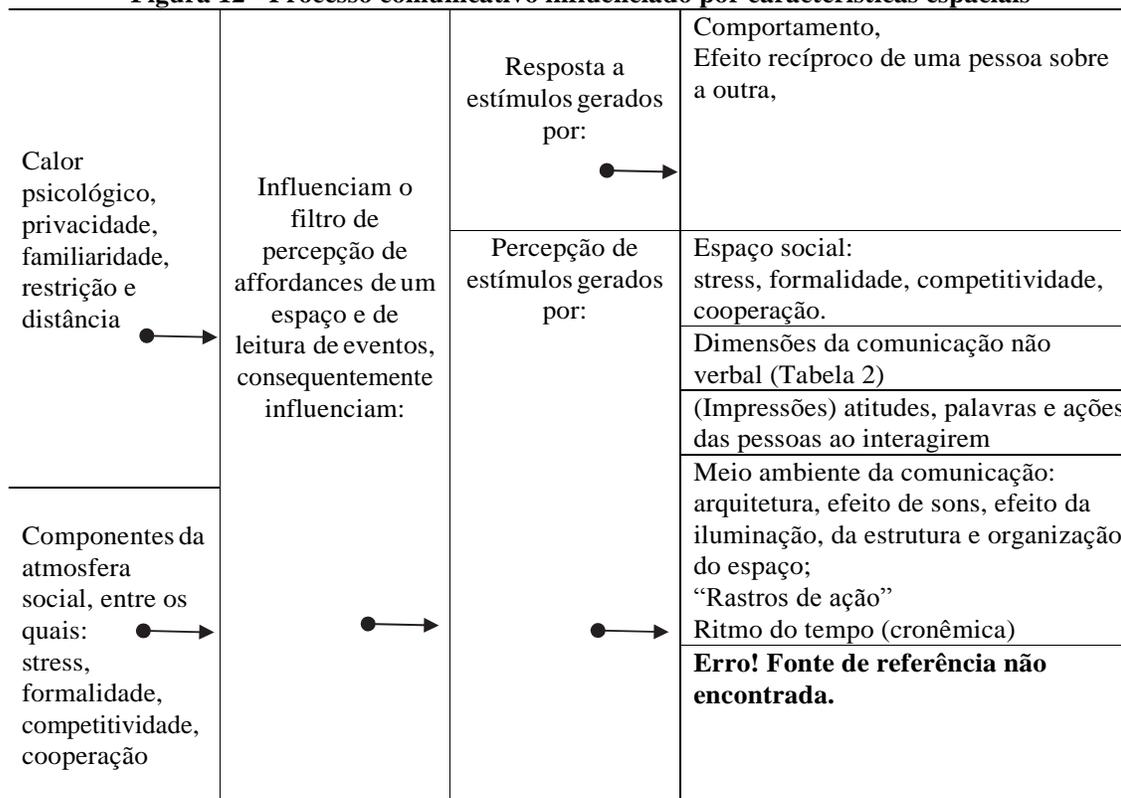
Figura 11 - Processo perceptivo do espaço



Fonte: A autora

Assim, identificou-se entre variáveis dependentes de características espaciais relevantes para o fenômeno relacional, *calor psicológico, privacidade, familiaridade, restrição e distância*; junto a componentes da atmosfera social, como resumido na **Figura 12**, abaixo.

Figura 12 - Processo comunicativo influenciado por características espaciais



Fonte: a autora

2.4 CONTRIBUIÇÃO DA SOCIOLOGIA PARA A COMPREENSÃO DAS RIRS

Simmel desenvolve considerações enfatizando que é em sociedade que a cultura se desenvolve em forma de criatividade e originalidade de expressão e comunicação de cada membro e do grupo; que é respeitando-se e reconhecendo-se que os indivíduos integrantes de um sistema social se desenvolvem em graus máximos e mínimos diversos. Quando explica que sociabilidade é a sociedade em ato, pura interação de seus participantes, Simmel explica cultura como uma potencialização ou aperfeiçoamento do que é já naturalmente presente nos elementos de uma sociedade resultante de intervenções conscientes que manifestam as interações sociais e o modo como a sociedade as experiencia (SIMMEL, 2000). Maturana e Varela, ecoam esta percepção ao constatar através da neurociência que a cultura é construída na dinâmica

comunicativa das interações sociais que são mantidas de forma estável e em contínua seleção, através de gerações (MATURANA; VARELA, 2011).

Se se considera que os espaços da cidade, mais do que serem um território definido onde a vida acontece, são as interações, que “preenchem” e compõem os espaços, que dão mais força e unidade a um grupo social de uma localidade na medida em que a força política que os une é sua cultura, pode-se concluir que a dimensão social do espaço emerge das interações sociais que nele se manifestam (SIMMEL, 2000).

A cidade então não é que, como diz Simmel, uma entidade sociológica, que se forma espacialmente, e pode-se defender a necessidade de garantir à cidade a possibilidade do exercício contínuo destas interações com a flexibilidade que seus componentes demandam do espaço da arquitetura. Para garantir esta vida, faz-se necessário que o ambiente construído permita à sociedade - como pessoas e grupos - superar a tendência natural de fuga expressa na segregação e preferência por convivência entre semelhantes, e reconhecer-se e respeitar-se nas diferenças sociais, econômicas e demográficas (SCHMIDBAUER, 2008; SENNETT, 2012; SIMMEL, 2000). Tal dinâmica demanda do espaço urbano a possibilidade desempenhar esta função de forma flexível.

Em *A Dialética da alteridade*, Moraes entende e explica que a experiência de se reconhecer diverso do outro contribui para o crescimento dos indivíduos em sua totalidade humana e para o crescimento dos cidadãos na cidade (MORAES, 2012). Esta experiência necessária possibilita garantia da vida e força de uma cultura da qual dependem as cidades. Experimentar a alteridade dos concidadãos no contato relacional cotidiano, em encontros e convivências sociais diversos daqueles dos ambientes familiares e de trabalho contribui também para a ampliação do bem-estar individual e coletivo (BRUNI, 2008; STANCA, 2009).

Visto que impulsionar as pessoas à cooperação e facilitar sua capacidade comunicativa é vocação da sociedade - a nível pessoal e coletivo, torna-se fundamental à comunidade o exercício de atitudes e práticas interativas que permitam às pessoas envolver-se em cooperação recíproca onde conhecer, explorar e apreciar a alteridade do outro, diverso de si próprio vencendo preconceitos, tendências negativas arraigadas e a sensação de medo - desfrutando “prazeres que a comunidade promete” (SENNETT, 2012). Porque as pessoas não se desenvolvem como indivíduos no isolamento, e o desenvolvimento do comportamento cooperativo desenvolve-se na pessoa desde a idade infantil, antes ainda da capacidade de autocrítica ou individuação, enfatiza-se a importância da prática da cooperação humana social

- vivida de forma compartilhada, conjunta e recíproca - para o desenvolvimento pessoal e societário.

Em palestras de construção de seu novo livro “The Edge city”³² Sennett ilustra, com exemplos resgatados em diversas cidades e conceitos básicos, alguns pontos chave de sua argumentação sobre como intervenções no meio ambiente construído urbano podem fragilizar a cooperação, moldá-la ou fortalecê-la. Sua argumentação é contextualizada em diversos períodos históricos e cidades de seu país de origem – USA - e além. Sennett (SENNETT, 2015) argumenta que espaços públicos resultantes da proximidade física de atividades privadas diversas podem contribuir para o crescimento do bem-estar e desenvolvimento de dinâmicas urbanas saudáveis na medida em que propiciam espaços relacionais sobretudo quando localizados nas bordas de comunidades distintas onde as possibilidades de intercâmbio e troca por contato são maiores. Essa indicação esclarece de forma objetiva o papel favorável para as interações interpessoais que o ambiente construído na escala urbana pode desempenhar ao evidenciar relações do espaço com o espaço social e pessoal; as características do espaço em si e de sua localização em relação ao contexto urbano imediato propiciam interações interpessoais, muito embora estas resultem, em última instância, da livre decisão de cada pessoa - quanto ao tipo, os termos da troca e o modo de cooperação.

Sendo mais do que uma partilha impensada, a cooperação é uma prática dialógica, onde a atenção e a receptividade aos outros são imprescindíveis. Na prática dialógica, busca-se sobretudo conhecer o próprio ponto de vista e ampliar a compreensão recíproca, na atenção e reconhecimento à outra pessoa em seus próprios termos (SENNETT, 2012). O público da cidade, ator das interações sociais urbanas, é diverso em termos de proveniência, classe social, hábito, símbolos e posturas sociais, éticas, étnicas, sexuais e etárias, e a prática dialógica beneficiar-se-á da ênfase não excessiva do posicionamento de cada pessoa³³ enquanto aprende-se sobre os outros - sem obrigar-se a ser como eles- e a cooperar e interagir. Sennett faz considerações às necessidades emocionais e cognitivas envolvidas e que influenciem positivamente a dialógica entre as pessoas. Esta abordagem fomenta a curiosidade de como o espaço arquitetônico possa contribuir a este respeito.

³² Em palestra na Universidade da Califórnia San Diego, Sennett menciona que está trabalhando para a publicação de seu novo livro em 2016. Palestra disponibilizada em: <http://www.richardsennett.com/site/senn/templates/general.aspx?pageid=11&cc=gb>. Acesso em: 11 mar 2015.

³³ Jane Jacobs, em **Morte e vida das cidades**, expõe que a excessiva abertura ou a não negociabilidade das medidas de cooperação pode se tornar uma prática invasiva e prejudicial à cooperação e sociabilidade.

Pode-se concluir, portanto, que a flexibilidade do espaço seja importantíssima para favorecer espaços de diálogo e cooperação entre as pessoas na medida em que oferece variedade de opções de como salvaguardar e possibilitar expressão das identidades distintas dos participantes envolvidos em interações. Enquanto ambiente da comunicação, o espaço é onde a comunicação não verbal com as pessoas e entre as pessoas ocorre através da linguagem visual, proxêmica e cinestésica³⁴; onde sons, iluminação, estrutura e organização do espaço, favorecem a percepção de intenções, “rastros de ação”, do ritmo do tempo (cronêmica) e favorece a capacidade de observar e de escutar o outro num diálogo em que muita coisa substancial é inferida e subentendida.

Quanto exposto leva a concluir que características do ambiente construído podem incitar ou propagar mensagens que influenciem a sociabilidade de forma positiva ou negativa. Para Sennett (2012) o contato físico possível no ambiente construído propicia uma gama privilegiada de estímulos que permitem ao usuário do espaço explorar as possibilidades de sociabilidade num contexto favorável à reciprocidade; até porque o espaço influencia o exercício da liberdade de cada pessoa articulado em suas escolhas e atitudes - de engajamento, indiferença ou distanciamento da realidade física - qual fator decisivo e constantemente presente no engajamento social.

Neste contexto, a vida vem construída por rituais participativos onde o engajamento do usuário está correlacionado com seu grau de comprometimento, podendo resultar tanto mais ilusória quanto mais indiferente este for diante do fenômeno observado, e tanto mais real quanto mais profundo for sua participação ativa. Uma amostra desta dinâmica gerada pelo espaço, é bem argumentada por Sennett (2012). em quatro atitudes observadas no comportamento social em espaços abertos de uso comum nas cidades contemporâneas, a saber, hibernação, autorreflexão, complacência e apatia.

Segundo este autor, a *hibernação* é uma atitude de “retirada” pessoal não cooperativa em resposta a uma provável ansiedade causada por expectativas do papel que um crer dever desempenhar no contexto social; pode ser causada por situações que despertam sensações de vulnerabilidade e desigualdade em algum aspecto de valor para a pessoa diante indivíduos diversos; podem ser étnicos, raciais, de orientação sexual, ou ainda outros. Estas colocações de Sennett estão muito relacionadas às formas de medo exploradas por Schmidbauer (2008) e à necessidade de espaço para bater em retirada e retornar à situação de stress argumentada por

³⁴ Cinestesia é uma experiência sensorial derivada de sensações mediadas por receptores localizados em músculos, tendões e articulações, estimulados por movimento e tensões corporais.

Hall (1990), e reforça a compreensão da necessidade humana de “espaços e tempo de retirada” + “espaço e tempo para retorno” no processo de vencer o medo provocado por sensações de risco e conflito inerentes do expor-se ao relacionar-se com o outro.

Autorreflexão é outro comportamento antissocial e anti-cooperativo de quem só consegue perceber a realidade externa igual a si próprio de forma narcísica, refletindo a si mesmo como um espelho ao invés de abrir-se à dimensão do outro, como a uma janela que se abre a maiores dimensões existenciais. Um efeito negativo desta linguagem e atitude narcísica é diminuir a imagem e o valor percebidos em outras pessoas.

Complacência é uma forma de demonstrar a intenção de manter o *status quo* ao sentir ausência de “segurança ontológica” interior. Trata-se de uma forma de negação da realidade ligada ao individualismo da sociedade contemporânea, através da indiferença verso aqueles que são semelhantes a si próprios enquanto ignoram-se os demais diversos de si próprios. Este comportamento assemelha-se ao descrito por Schimdbauer como rotação. Segundo Sennett este comportamento está associado à ansiedade que uma pessoa sente ao não identificar as próprias preferências consumistas nos outros, que diversos de si, incomodam podendo gerar ressentimento; o individualismo pode ser uma resposta alternativa diante da diversidade.

E finalmente, apatia é uma tentativa de relaxamento e controle diante do estímulo da ansiedade e preocupação causadas pela diversidade dos outros às quais responde-se preferindo engajar-se em algo que lhes é familiar e evitando surpresas. O autor menciona que crianças de sociedades mais igualitárias, possuem maior confiança recíproca e tendência a cooperação comparado às crianças de sociedades menos igualitárias, que se comportam como adversárias. Sociedades de ordem social frágil e superficial, não inspiram confiança e as pessoas se retiram para a esfera pessoal.

Todas as formas comportamentais descritas acima retratam atitudes antissociais e antiooperativas em resposta a alguma forma de insegurança decorrente de ansiedade correlacionada ao exercício assimétrico de territorialidade por usuários diversos compartilhando mesmo espaço da arquitetura. Quanto exposto prova que a sensação oposta possível, ou seja, é propiciar uma atmosfera na qual as pessoas sintam-se confiantes a baixar suas barreiras e sensibilizar-se ao outro empregando a mínima resistência ao explorar os estímulos experimentados ao relacionar-se com e no ambiente que comunica a diversidade das outras pessoas que compõem a comunidade momentânea. O espaço, enquanto um sistema aberto de comunicação possibilita a incorporação de novas possibilidades formais e de organização. O termo espaço aberto, adotado aqui significa o espaço possível de ser modificado

após sua construção em resposta à várias demandas emergentes ao longo do tempo, ligado ao conceito de sistemas abertos (SENNETT, 2012).

Apresenta-se aqui uma abordagem de espaço cujos objetivos, neste contexto, seria o de possibilitar o reconhecimento de identidades dos usuários, trocas e formas de cooperação entre estes condizentes com a demanda e condições de cada momento histórico; propõe-se que o espaço possibilite preservar nos usuários a apreciação de suas habilidades, competências e contribuição na construção de espaços através de suas singularidades, enquanto atores ativos em contraste com a posição de simples expectador. O espaço pode ser formado através da cooperação para benefício do “bem comum”, a partir da base – isto é, da comunidade usuária do espaço da cidade, cuja participação precisa ser considerada nas práticas de planejamento e gestão. Esta proposta de espaço compartilhada por Sennett (2008, 2012, 2015) tem sido extensamente difundida por ele.

Em *Carne e Pedra*, Sennett, contextualiza a experiência corpórea liminar humana no espaço dos grandes centros urbanos, referindo-se ao psicólogo Mihaly Csikszentmihalyi, segundo o qual, a exposição passiva aumentada a um sentimento simulado como a dor e a violência, na vida real torna as pessoas menos sensíveis e mais passivas a estes fenômenos, enfraquecendo a experiência consciente dos sentidos. A velocidade e ritmo em que as pessoas navegam os ambientes e recebem estímulos produzidos no ambiente construído urbano enfraquece a capacidade perceptiva do usuário. Trafegando veloz, o usuário não terá olhos para apreciar os detalhes, não será receptivo ao espaço, de forma que o aumento da velocidade diminui a conexão com o espaço, diminui o universo percebido (SENNETT, 2008).

Como explicou-se na sessão anterior, o modo como cada pessoa vive sua corporicidade influencia as interações sociais, estas se correlacionam com as formas mútuas na qual os corpos se experienciam. Assim, a sociabilidade depende da corporicidade, e esta é exercitada através da percepção sensorial e da resposta aos estímulos físicos, sonoros, lumínicos, psicológicos, tátil, cenestésico, e olfativo, dentre outros. Conseqüentemente, e exemplificando, entende-se que a forma como um experiencia e responde ao calor corpóreo provocado por alta temperatura ambiente, afeta a percepção que se tem de si e do outro. De fato, experiências empíricas revelam que altas temperaturas provocam irritabilidade que é ser percebida pela pessoa irritada como provocada por outra pessoa da qual esteja próxima. O estado de ânimo irritado influencia a percepção que se tem do outro e as predisposições para interação com o outro (GIFFORD, 2002).

Assim, faz-se necessário considerar o valor absoluto e simbólico dos elementos componentes do espaço, a fim de entender sua influência perceptível. Por exemplo, O valor absoluto de um muro alto, pode ser o de um limite ou obstáculo físico e visual em um percurso, e pode comunicar a mensagem que sua presença corpórea ou seu olhar são não bem-vindos; a ausência de desejo de interação pode simbolizar um repúdio de sua presença por outro, ou simplesmente o encontro com um limite posto por outro à sua experiência, dependendo da experiência de quem percebe. As respostas comportamentais variam: parar, divergir, alertar, esconder, isolar, direcionar; e se considerarmos que a pessoa acima mencionada é um potencial agressor, sua percepção pode simbolizar que a região é vigiada e desestimular sua agressão; poderia significar para outro, que desejasse perseguir seu objetivo, a necessidade de procurar uma porta. A membrana criada pelo muro exemplifica um elemento do espaço que estabelece e representa um limite (ou barreira) impermeável à interação, que vem comunicado de forma não verbal.

Desenvolvendo o conceito de bordas (SENNETT, 2012), e em temas sobre “Open City” (SENNETT, 2013, 2014) através de palestras ministradas em universidades como a Universidade de Califórnia, Nova York e The School of Economics da Universidade de Londres entre 2012-2015, Sennett enfatiza a demanda sempre mais urgente nas cidades contemporâneas por processos de desenho e manutenção de espaços permeáveis, flexíveis aos constantes ajustes solicitados pela dinâmica urbana, e a contribuição e demandas das diversas atividades e usuários, que considerem a dinâmica emergente do espaço e seu entorno; neste contexto, destaca o potencial que espaços em periferias de áreas ou cidades têm de constituir lugares permeáveis a trocas, que como membranas das bordas das células de seres vivos, propiciam encontros entre pessoas e espaços (SENNETT, 2013, 2014). Como parte constituinte do processo de planejamento, evidencia a prática da *autopoiesis*, enquanto ato de observar e aprender de um fenômeno, observando seu resultado, verificando se os resultados obtidos satisfazem às necessidades, ou seja, se correspondem aos resultados desejados, e procedendo aos ajustes necessários para adaptar o fenômeno na tentativa de alcançar os resultados desejados. Isto é possível num sistema aberto. Em contraste, o sistema fechado busca alcançar um objetivo preciso pré-estabelecido na busca do equilíbrio através da soma das partes de forma homogênea, desconsiderando “*desequilíbrios*” na forma de eventos ou resultados não planejados, que emergem da dinâmica do lugar, num processo de autoanálise. A ideia de cidade aberta reconhece que a emergência de fenômenos novos, não previstos ou considerados “caóticos” a constroem e fazem parte de sua natureza.

Assim, onde a relação forma-função assume uma conexão expressa de forma prescritiva, rígida, invariável, que bane soluções de desenho que fujam do padrão define-se um desenho fechado do espaço urbano, que prevê homogeneidade da forma predeterminada provocada pela repetição de padrões e esquemas de desenho e organização do espaço, sem muita variação, como exemplificado pelo uso de torres altas, espaços verdes no terreno, vias largas, da separação de usos e atividades em padrões típicos da arquitetura moderna, e mais atualmente expressa na multiplicação de prédios com panos de vidro. Exemplos são: arquitetura e desenho urbano modernista, o perímetro planejado de Brasília; desenho da cidade com forma de estrela de Palmanova; os modelos de Garden-City (por seu equilíbrio estático) e padrões propostos por Novo Urbanismo em condomínios fechados, onde tudo segue conforme prescrito.

Por sua flexibilidade, sistemas abertos possuem mais constante capacidade de adequação à evolução concomitante de usuários, fenômenos e eventos, favorecendo a evolução do espaço enquanto for continua sua adaptação. Por exemplo, quando pode-se alterar o uso de prédios conforme as necessidades, o aumento de cadeiras nas calçadas de restaurantes, ou de bancas de produtos nas calçadas, ou o mercado informal que emerge em logradouros em certas horas do dia e certos dias da semana (como nas sextas-feiras à noite), ou o comércio de alimentos e a oferta de mobiliário urbano - como cadeiras e guarda-sol ao longo da orla marítima de Boa Viagem. As ruas que acolhem as feiras livres em certos dias da semana, ou ainda as alterações construtivas implementadas pelos residentes, de forma personalizada, nas unidades residenciais populares fornecidas pelo governo, são exemplos de modificações emergentes que podem ser esteticamente e funcionalmente cômodas e bonitas, quando a lógica e processo de desenho se abrem quais instrumentos da dinâmica espacial.

Compreende-se, portanto, que iminência é um aspecto típico dos fatos emergentes, quais os que constroem as dinâmicas urbanas relevantes para o fenômeno e o espaço relacionais. Ou seja, acontecem à medida que a ação evolve, e a consciência de como aconteceu se dá após o ocorrido (BRUNI, 2012; SENNETT, 2013). Assim, a procura por princípios de desenho do espaço que potencializem a capacidade espacial de propiciar estas manifestações relacionais emergentes explora sobretudo características espaciais que se adequem a necessidades emergentes ao longo do tempo, de forma iminente e sustentável, não prescritiva, que possibilite a flexibilidade demandada pela dinâmica da cidade (SENNETT, 2013).

3 COMPREENDENDO A DIMENSÃO EXISTENCIAL DO ESPAÇO

Os conceitos do espaço arquitetônico desenvolvidos na teoria da arquitetura variam com a abordagem e a profundidade através da qual se observa este objeto. A abordagem espacial de Schulz estrutura-se a partir e em função da experiência existencial humana; isto é, as pessoas utilizam-se das características e elementos do espaço ao gerar suas experiências, e estas subsidiam a concretização do espaço da arquitetura. Norberg-Schulz parte do pressuposto que o homem necessita perceber, interpretar e entender algum significado do espaço para poder interpretar o significado das experiências nele vivenciadas e saber como nele posicionar-se (NORBERG-SCHULZ, 1971).

Desenvolvendo seu conceito de espaço da arquitetura em diálogo com o pensamento de Sigfried Giedion, Lynch, Lewin, Rudolph Schwarz, Bollnow, Merlau-Ponty, do historiador Dagobert Frey e do arquiteto Rudolf Schwarz, e citando Piaget³⁵ (NORBERG-SCHULZ, 1971), o autor estrutura sua compreensão do espaço da arquitetura em chaves de leitura ontológica, por ele denominadas *esquemas ou "schemata"*, que cada pessoa incorpora - ao incorporar elementos do espaço - na leitura e significação de situações à medida em que constrói seus padrões de comportamento no espaço (PIAGET, 1950 apud NORBERG-SCHULZ, 1971). Os *esquemas* se desenvolvem principalmente no período de formação do cérebro, contam com a contribuição da experiência humana geneticamente herdada como espécie, e são construídos durante a vida, resultantes da necessidade humana de orientação afetiva no ambiente; os esquemas – que são muitos e as pessoas normalmente possuem mais de um - captam aspectos distintos do ambiente e mediam a experiência humana no sistema de espaços tridimensionais (NORBERG-SCHULZ, 1971).

O *esquema* psicológico de percepção do espaço de cada pessoa é composto por estruturas invariáveis, sendo por isso consideravelmente estável; é formado por estruturas da forma, da cultura, da sociedade e da singularidade de cada pessoa, que juntas possibilitam a toda pessoa construir a imagem estável do seu ambiente como um sistema vinculado à sua

³⁵ Significa uma codificação mental das experiências que inclui uma forma organizada particular de perceber cognitivamente e de responder a situações ou estímulos complexos. Merriam-Webster. Esquema, segundo Piaget, é entendido como reações típicas a uma dada situação, que se formam ao longo do desenvolvimento mental através das interações entre indivíduos e seu meio ambiente definindo o que seria uma ação ou comportamento coerente completo; em sintonia com a compreensão de cultura. Para Piaget os esquemas são processos que implicam uma assimilação e acomodação do meio ambiente pelo sujeito e vice-versa, e que não se trata de submissão passiva do indivíduo ao meio ambiente, mas este também o modifica com seus padrões próprios. A assimilação mental é a incorporação de objetos em padrões de comportamento, e adaptação é o equilíbrio entre assimilação e acomodação (PIAGET, 1950 apud NORBERG-SCHULZ, 1971).

experiência de relações tridimensionais entre objetos significativos no contexto cultural e social. Esta experiência relacional, Norberg-Schulz denominou *Espaço Existencial* (NORBERG-SCHULZ, 1971). A compreensão da experiência humana através dos *schemata* é compartilhada também por Maturana e Varela (2011) e Simmel (2000). Os esquemas conferem significado à imagem do espaço sem o qual Norberg-Schulz crer ser impossível discutir o espaço arquitetônico (NORBERG-SCHULZ, 1971).

O espaço Existencial forma a imagem estável que o homem há do seu meio ambiente, orientando-o como pertencente a uma totalidade não só física mas também social e cultural; consiste em esquemas de reações mentais típicas que o homem desenvolve em resposta a situações resultantes de sua interação com o meio ambiente, durante seu processo de crescimento e desenvolvimento mental. São respostas construídas ao longo do tempo a situações distintas resultantes da necessidade de orientação afetiva no meio ambiente dentro de um contexto sociocultural; possui, assim, propriedades com certa invariabilidade como os arquétipos e as estruturas socioculturais, além de características subjetivas³⁶. Juntas compõem a imagem que cada pessoa forma do seu meio ambiente ao ler as interações entre os objetos significativos para sua experiência.

Norberg-Schulz explora o espaço arquitetônico como concretização da experiência existencial, não obstante considere outras quatro categorias psicologicamente perceptíveis de espaço além do existencial, a saber: espaço pragmático, cognitivo, perceptivo e expressivo. A título de informação, descrevo sucintamente a seguir os graus de abstração da informação inerentes à existência humana nestas quatro dimensões perceptivas do espaço.

Espaço Pragmático: A categoria mais elementar do *espaço*. É o da ação física, onde o homem se relaciona com objetos e continuamente exerce sua capacidade de adaptar-se - num processo que antecede o de percepção e significação - a objetos, pessoas, situações ou significados³⁷ e às suas configuração no espaço.

Espaço Perceptivo imediato: é o espaço da orientação imediata. Enquanto a orientação é instintiva para os animais, para as pessoas esta é uma capacidade aprendida através da experiência existencial durante toda a vida. O espaço perceptivo resulta não só da percepção geométrica, mas também da afetividade comportamental humana (NORBERG-SCHULZ, 1971) que impregna a experiência e as motivações de cada pessoa; este depende do ponto de

³⁶ Amos Rapoport os define como elementos primários (1977).

³⁷ Significados podem ser uma ideia definida, ou aspecto abstrato da realidade transmitidos através da linguagem não verbal das coisas.

vista subjetivo, de estado de espírito e da bagagem experiencial que guiam a reação das pessoas em cada situação³⁸. O espaço perceptivo é essencial para a identidade de cada pessoa.

Norberg-Schulz argumenta que a compreensão do espaço apenas como realidade subjetiva, como a advogada por alguns como Gunther Nitschke e Jurgen Joedicke, é incompleta porque embora considere a pessoa como o centro de observação, de movimento e percepção do espaço, ignora a dimensão mais estável dos *esquemas* da imagem comum a todo ser humano. Por fim, enquanto o espaço perceptivo é subjetivo e varia constantemente com as experiências humanas, o espaço existencial é mais estável, menos variável.

Espaço Cognitivo: constrói-se na identificação e compreensão das relações dos objetos no espaço, possibilitando uma leitura do conjunto, isto é, da totalidade, das relações de proximidade e distância, de dentro e fora, de separação e união, continuidade e descontinuidade. Resulta, portanto, de uma habilidade de pensar sobre o espaço.

Espaço Lógico: é o espaço abstrato das relações puramente lógicas, chave de leitura de outros conceitos de espaço resultantes das relações lógicas.

Para Schulz, a estrutura dos esquemas do espaço existencial constitui a estrutura de construção do espaço concreto, do espaço da arquitetura (NORBERG-SCHULZ, 1971).

O espaço existencial orienta as pessoas em várias escalas do espaço físico em qualquer lugar do mundo tridimensional onde estas se encontrem. Deste, Norberg-Schulz identificou três relações tridimensionais fundamentalmente relacionadas com a experiência existencial; tratam-se de relações que as pessoas universalmente percebem entre objetos significativos do espaço e que já na década de 1960 foram estudadas por Kevin Lynch (1960) como elementos formais do espaço, e que foram adotadas por Norberg-Schulz na estruturação de sua teoria do espaço existencial. De fato, pode-se afirmar que o aprofundamento da compreensão teórica destes elementos e da relação destes com a experiência existencial no espaço foi a grande novidade trazida por Norberg-Schulz para a teoria do espaço da arquitetura que serviu de base norteadora desta investigação. Para ele, *Centro, Caminho e Domínio*, estruturam o espaço construído e se expressam respectivamente como nós e intercessões; eixos, caminhos, ruas, vielas e bulevares; e áreas que compartilham atividades, especificidades ou propriedades em comum. Ou seja, Norberg-Schulz conseguiu expressar uma relação estrutural

³⁸ No espaço Perceptivo, a percepção do espaço depende de suposições, i.e. de uma ideia que se dá por descontada. Porém, as suposições não são necessariamente universais, visto que variam com o ponto de vista de cada pessoa, de como cada pessoa entende/vê sua situação em cada momento presente. Por exemplo, uma rua é do ponto de vista de um motorista algo diferente do ponto de vista de um pedestre (NORBERG-SCHULZ, 1971).

entre o espaço da experiência e referência humana no mundo - *Espaço Existencial* e aquele construído para expressar esta imagem do mundo - *Espaço da Arquitetura*.

3.1 A ESTRUTURA DO ESPAÇO DA ARQUITETURA

A partir desta fundamentação teórica extraiu-se a chave de leitura do espaço com as quais relacionar as variáveis da experiência relacional interpessoal relevante para compreender o espaço relacional investigado nesta dissertação enquanto propiciador de reciprocidade. Explorou-se, assim, os conceitos explicativos da experiência humana de reciprocidade comuns as disciplinas investigadas, a fim de, com estes, buscar construir um diálogo com os conceitos-chave estruturantes do espaço da arquitetura segundo Norberg-Schulz, e compreender o *espaço relacional* enquanto propiciador de interações interpessoais de reciprocidade.

Do que foi exposto até o momento, é possível se afirmar que três relações estruturam a composição do espaço e a experiência existencial consideradas por Norberg-Schulz significativas na experiência existencial: relação de centralidade, de direção e de área definidas por características ou propriedades comuns.

Esta estrutura do espaço arquitetônico existe numa escala pequena e se reproduz em escalas maiores em um sistema de escalas, ou sistema de espaços, cuja estrutura se repete. Assim a realidade em cada escala se comunica com a da escala imediatamente maior, estruturando a totalidade do espaço, que se fundamenta na essência dos relacionamentos que orientam a experiência de ‘ser no mundo’. Assim, expressando a imagem que o homem tem do mundo, da sua *imago mundi*, nas relações de *centralidade, direção e área* que dão sentido e referencial à experiência humana individual e coletiva no mundo tridimensional, o espaço da arquitetura possui uma legibilidade universal, em seus elementos e forma; universal porque sua leitura e identificação são possíveis concomitantemente pelo indivíduo e pelo grupo social ao longo da história. Quando bem-sucedida, a concretização e constante adaptação do espaço pelo homem coopera para sua orientação no mundo e para a beleza de sua experiência existencial; na pior das hipóteses o confunde, desnorreia, e o esvazia de significado; sem o espaço sua existência sadia no mundo é impossível (NORBERG-SCHULZ, 1971).

Faz-se aqui necessário entender como estas propriedades de centralidade, direção e área - ditas topológicas - exprimem a experiência existencial e se concretizam no espaço da arquitetura.

A **Centralidade** exprime foco ou razão de ser e agir, ponto de partida ou de chegada na experiência existencial, e se concretiza nos centros de espaço da arquitetura. Para os usuários do espaço, seu caráter resulta de sua interação com o arredor, e se torna lugar quando se distingue do entorno pelo seu significado e valor, por exercer ação ou função específica diversa do entorno imediato, de caráter centrífugo ou centrípeta. Em última análise este é o significado de centro na existência humana. O lugar possui limites definidos, e exerce uma força centralizadora, ou de foco, se comparado com o espaço entorno (NORBERG-SCHULZ, 1971).

O centro exprime a propriedade topológica de proximidade e similaridade entre os elementos que compõem o espaço definido como espaço-dentro onde si está, diverso do espaço-fora, do entorno ou contexto no qual está situado; desta forma, o centro necessita do contexto arredor para sua identidade.

Concentrando massa ou funções em um recinto, o centro exerce uma força centrífuga no arredor; como ponto de partida, a partir de si este é propulsor de movimento em torno ou para fora de si, exercendo força centrípeta. A centralidade do nó pode resultar de uma concentração ou agrupamento de atividades ou por intercessão de caminhos, por exemplo, e, continua Schulz, significa um lugar de atração comum, compartilhada. O centro é um recinto que possui caráter, que expressa o espaço como lugar e nó onde as forças em interação, centrífuga e centrípeta, podem ser acentuadas pela forma do espaço, pelas formas de seus elementos. Sua força dominante pode ser acentuada pela forma convexa ou côncava, por exemplo, indicando concentração para onde os elementos tendem horizontalmente ou verticalmente em um espaço física ou psicologicamente “fechado” ou contido,

Um espaço pode expressar centralidade e distinguir-se de seu entorno limitante através de uma superfície/membrana real ou simbólica, ou através da relação entre elementos dispostos com continuidade e ritmo bem específicos – pelo ritmo de colunas, por exemplo. Este limite passa a mensagem de proteção e distinção não só física, mas também psicológica (NORBERG-SCHULZ, 1971). A finitude percebida no fechamento dá ao homem a ideia de domínio, de posse, onde poder estar, e afirma ao usuário do espaço o seu posicionamento dentro ou fora. Na prática, o lugar promove uma mensagem de posicionamento em relação à proteção física e psicológica.

Sentir-se fisicamente e psicologicamente dentro de uma área que contém um caráter com algum grau de continuidade sensorialmente e mentalmente identificável, satisfaz a

necessidade humana física e psíquica de identificação, independente do juízo de valor que se dê à experiência do lugar. No centro, o caráter pode dar-se pelo agrupamento de características psicologicamente identificadas pelo princípio da similaridade, características propiciadas por elementos como textura, forma, luz ou sua ausência, escala, detalhes, uso, atividade, vegetação, topografia e inclusive seus usuários ou habitantes. Elementos de transição entre a realidade interna e externa do espaço compõem e conferem permeabilidade à membrana delimitante do espaço, que pode ser obtida por aberturas - através de portas, portões, arcos ou arcadas, por exemplo. A **Figura 13** exemplifica estas centralidades características em espaços abertos como a Piazza del Campo, em Siena (alto à esquerda) e Praça São Marcos em Veneza (centro) que exercem uma potente força centrífuga. À direita, parque em Verona com uso potencialmente contemplativo.

Figura 13 - Exemplo de centralidades



Fonte: A autora. Março de 2014

A **continuidade** da direção, na compreensão do espaço de Norberg-Schulz (NORBERG-SCHULZ, 1971), é uma propriedade básica da existência humana, que no seu aspecto abstrato indica hierarquia nas relações de coisas e acontecimentos; a direção vertical está relacionada com a distinção entre níveis, com uma conquista, o alcançar algo a mais; enquanto horizontalmente, a continuidade revela sequência num platô hierárquico; e nestas duas dimensões vincula coisas, fatos e eventos num movimento no tempo e no espaço, revelando relações para frente e para trás: no que há de vir de toda atividade e compreensão humana, e do que foi, na observação de um caminho já percorrido, respectivamente.

Topologicamente, caminho é uma sucessão linear de eventos, condução a uma meta; escolher caminhar um caminho pressupõe uma decisão da parte do homem em relação a algo e em direção a algo, o caminho convida a uma posição não estática diante da realidade, o que não impede pausas para sentar, por exemplo. As possibilidades de movimento e direção

combinadas constroem o caráter de um espaço, e ajudam a seu usuário distinguir o que é interior e exterior quando visto em sua totalidade.

O caminhar pode ter sua forma liberada do condicionamento formal geométrico do espaço, quando resulta muito mais de uma preferência psicológica do homem decorrente de características do espaço (dimensão hodológica, citando Kurt Lewis), motivada por aspectos como segurança, conforto, comodidade, prazer, ou simplesmente pelo estado de espírito do homem no momento em que este vivencia o espaço.

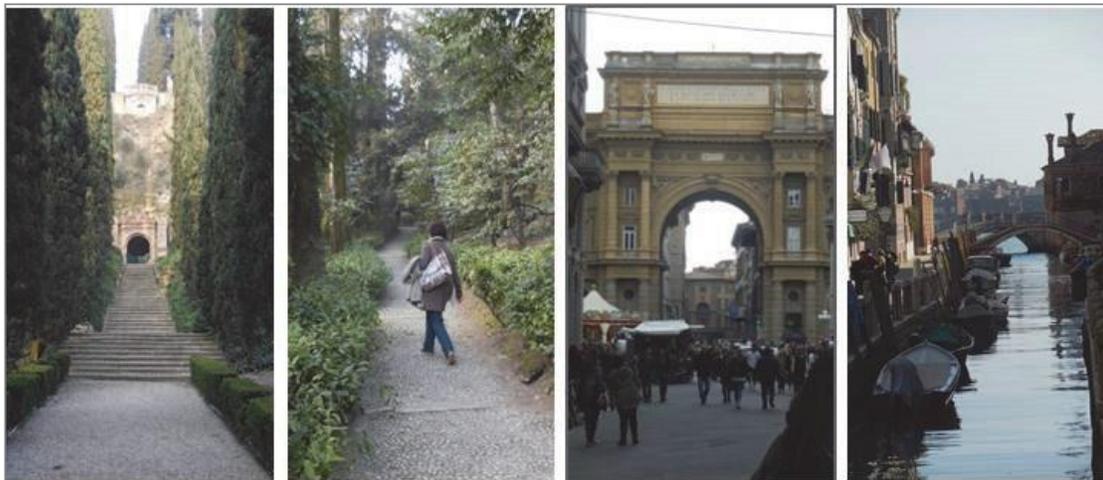
Segundo Norberg-Schulz, quanto mais definidos os pontos de partida e de chegada (que são intercambiáveis, dependendo do ponto de vista e da vivência no espaço), mais definida é a força da imagem e da identidade do caminho; disto pode-se inferir o caráter conferido ao caminho pela conexão *usuário-acontecimento/lugares* que este propicia nas suas extremidades e ao longo do espaço. Quanto maior o equilíbrio das forças e significados em relação gerados em sua origem e destino, e ao longo de suas bordas numa sucessão linear de elementos e eventos, maior a capacidade espacial de propiciar ao usuário orientar-se e realizar-se (NORBERG-SCHULZ, 1971), isto porque estas relações - apoiando-se na teoria Gestalt de continuidade - expressam a necessidade humana por definição de metas a serem alcançadas, indicam um caminhar em direção ao desconhecido (futuro) ou ao passado historicamente experienciado e registrado na forma que evoca a memória.

No contexto espacial no qual se inserem, caminhos podem constituir lugares de transição, de diálogo ou de separação (torna-se eixo quando divide) entre elementos, massas e realidades em composição, e concretiza-se em pontes, rios, escadarias, ruas, corredores, e literalmente caminhos.

Segundo Norberg-Schulz, o caminho natural, seja rio ou terra, é um espaço constante em perene movimento que psicologicamente pode expressar ao homem do local, como ele se relaciona e posiciona-se, ou seja, pergunta ao homem como ele se posiciona no mundo: rio acima, ou rio abaixo? Nas igrejas cristãs, o caminho leva ao altar, numa residência, o caminho inicia-se ao entrar na residência e progride ao longo dos cômodos, colocando-os numa disposição específica que define valores e a especificidade cultural do habitar. Na escala urbana sua significação é definida pelo seu relacionar-se com os demais espaços, ao colocá-los em relacionamento define hierarquia e valores caracterizantes da interação de espaços, e tal constrói a totalidade do espaço, por exemplo, a casa pode ser considerada uma meta da qual se

parte ou para onde um se direciona, ou ambos. A Figura 14 ilustra detalhes de continuidade definida por caminhos e direção, de um parque em Verona, outrora parte de uma residência, nas duas fotos à esquerda; e no suceder-se de arcos comuns nas ruas de Firenze, Itália (ao centro); e ainda na separação definidas por elementos naturais e construídos, na foto à direita, de um de Veneza, Itália.

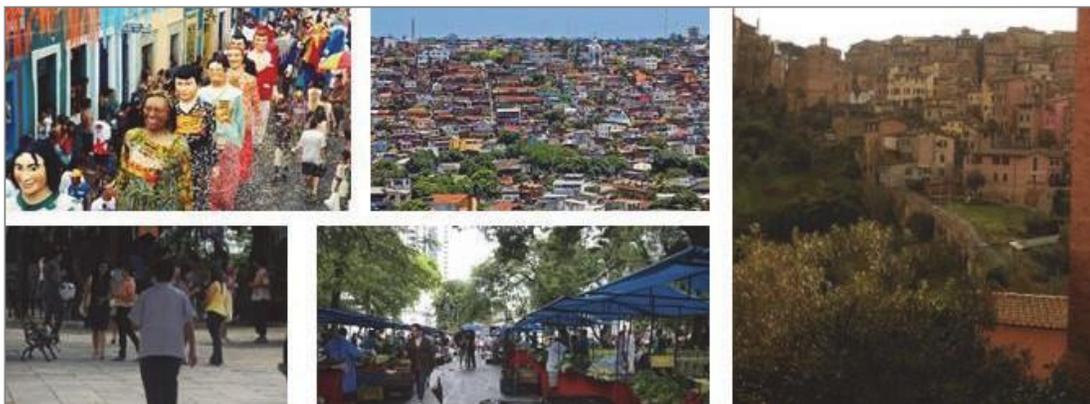
Figura 14 - Elementos de Continuidade



Fonte: A autora. Março de 2014

O domínio, por sua vez, é definido por uma realidade definida por características espaciais semelhantes, bem menos estruturados que os lugares, nele o senso de pertencimento e memória, segundo Schulz, são menos específicos que os experimentados no lugar, e não possuem a centralidade de uma meta a ser alcançada, embora possam sê-lo em potencial. Distritos, regiões, mares, lagos, campos são exemplos, destes espaços que completam o espaço total, dando-lhe um senso de unidade; é no contexto destes, que se fortalece o caráter dos lugares e caminhos conhecidos. O domínio define uma totalidade do espaço dependente do diálogo e da continuidade entre as partes: caminhos e lugares, os quais dele obtêm o referencial de orientação na experiência do usuário. Topologicamente, sua forma, dimensão ou limites são relevantes sobretudo como referencial definindo o que está dentro ou fora de um universo comum no sistema de espaços (NORBERG-SCHULZ, 1971). A **Figura 15** ilustra áreas concretizadas em várias formas, escalas e composições: No canto alto esquerdo, rua em Olinda-PE durante celebrações carnavalescas; detalhe de morro em Casa Amarela, em Recife-PE (alto centro); uma praça em Igarassu-PE (canto esquerdo abaixo); praça em Casa Forte, Recife-PE (baixo centro); área residencial em Siena, Itália.

Figura 15 - Exemplo de áreas em espaço da arquitetura



Fonte: Olinda e morro em casa amarela –Google. Demais fotos: A autora

Infere-se assim, fundamentando-se na compreensão do espaço da arquitetura de Norberg-Schulz adotada nesta investigação, que a experiência existencial humana constantemente cria e explora relações funcionais, locacionais, métricas, geométricas e iterativas que se concretizam em características espaciais estruturadas em centro, caminho e domínio definidos na proporção entre cheios e vazios, entre as massas e superfícies que se reconhecem de forma sensível (visível, tátil, auditiva, cinestésica, psicológica, etc.) possibilitando uma leitura do espaço e de suas potencialidades, ou *affordances*, que constroem a identidade do espaço da arquitetura.

Arquétipos comunicam *affordances*, na medida em que permitem ao usuário do espaço presumir que tipos de conteúdo encontrar em determinadas formas ou características espaciais; e o desafio implícito na concretização do espaço arquitetônico é encontrar um sistema cuja articulação de forças se dê adequadamente e apto a conter a diversidade do espaço existencial de forma legível. A articulação permite mudança de densidade, de distribuição e escala, aumentando a capacidade do espaço, enquanto espaço aumentado, de acolher vários conteúdos, aproximando o espaço de seu papel de concretizar imagens e sonhos, ajudando o homem a encontrar um ponto de apoio existencial. Quando ao invés, o espaço é concebido pela forma através de matéria rígida, esta já estabelece as limitações de conteúdo.

Centro, caminho e domínio são elementos estruturantes do espaço, nas suas várias escalas, capazes de formar uma imagem significativa que possibilita aos usuários identificar coisas, pessoas e acontecimentos, e apreender um sentido da experiência em construção individualmente (na dimensão do espaço perceptivo) e coletivamente (no espaço existencial)

ao compartilhar valores e experiências próprias ou de um grupo. O espaço possibilita o meio através do qual o ser humano se situa, si posiciona e se desenvolve e se relaciona no mundo “para ser o que ele quer com sua vida”. O espaço arquitetônico é composto por um sistema de lugares com flexibilidade para as experiências de cada momento que se refletem na sua forma, ordem, disposição e qualidade.

Pode-se concluir que espaços são mais ricos quanto mais variadas sejam as possibilidades possíveis de interpretá-lo, enquanto nele constroem-se relacionamentos e integração social. Por sua própria natureza, ele resulta e expressa o constante fluxo de forças inerentes da vida na esfera privada e pública, e mais ricos quanto mais sua materialização refletir os valores sociais, artísticos, políticos e econômicos que o concretizam. E como ilustrado por Bollnow (NORBERG-SCHULZ, 1971), o espaço da arquitetura é “espaço da vida comum amorosa” que se concretiza da forma como a sociedade vive.

Na compreensão do autor, o espaço contido na edificação indica o âmbito privado da existência; a essência da casa é o espaço interior, embora sempre em contato com o ambiente exterior, do qual precisa para estabelecer sua imagem de centro necessário à identidade de cada pessoa. O equilíbrio do espaço contido na edificação é resultado da interação entre as forças internas e externas, da articulação dos elementos estruturantes do espaço nas dimensões horizontais e verticais, utilizando-se de massa e superfície, em padrões de continuidade, repetição, interdependência e interpenetração, aberturas, proporção, textura, cor e iluminação. Os usos são contidos em recintos segundo centralidades ou continuidade e integrados através das superfícies das paredes, por exemplo. A disposição dos ambientes na edificação e a das coisas nela contida, expressa a hierarquia de valores da identidade da unidade mais básica da cultura à qual pertence (NORBERG-SCHULZ, 1971).

Esta investigação infere que o mesmo possa ser experienciado em espaços abertos, onde a experiência existencial geralmente é coletiva. Nestes espaços, quando as atividades são regidas por centralidades, como as que regem nos cômodos de uma edificação, outras são as superfícies delimitantes ao invés das paredes; no caso de praças e parques, septos visíveis e invisíveis como vegetação, paredes externas das edificações, ou vias tornam-se as membranas delimitantes da experiência espacial coletiva.

A identidade de espaços urbanos, ainda segundo o autor, revela-se nas relações de interação possibilitadas por distritos, caminhos, centros e nós, e expressa formalmente os

relacionamentos compartilhados e as dinâmicas urbanas importantes para a identidade da cidade revelada na relação dos espaços com o todo. Densidade é uma forte força determinante de seu caráter revelando sua relação social com a escala da paisagem, por um lado, e do outro, na relação do privado (edificação) com a dimensão pública e coletiva da existência; o nível urbano revela a estrutura da existência coletiva; seu caráter permanente revela a existência em sua história cronológica e cultural e orienta o observador em relação à identidade de um passado coletivo compartilhado.

A paisagem revela principalmente a interação do homem com a topografia, vegetação e clima (NORBERG-SCHULZ, 1971), mas não só com o meio ambiente; a paisagem revela as interações do homem como sociedade materializadas no espaço. Lugares, caminhos e domínios expressam as propriedades da paisagem em sua escala específica, e constroem sua identidade na imagem do lugar.

Conseqüentemente, compreende-se que a totalidade de um nível de espaço existe na relação e no diálogo entre suas partes e no diálogo com seu entorno que está numa escala maior do que a própria; nesta lógica, a totalidade do espaço dos objetos está em diálogo com a escala do edifício; a deste último se completa na escala urbana, e a do espaço urbano na escala da paisagem. Assim a paisagem compõe a totalidade do espaço arquitetônico e, conseqüentemente, a totalidade do espaço existencial.

Uma vez compreendido que o diálogo do espaço concretiza-se no jogo de forças entre espaço e massa, superfícies e volumes, cheios e vazios que definem o caráter do espaço arquitetônico, pode-se dizer que a continuidade de massa visualmente e fisicamente permeável (cheios e vazios das portas, janelas, arcos e aberturas diversas) ao redor de um espaço, pode torná-lo foco de atenção e caracterizar a sua centralidade espacial, como pode ocorrer com praças e ruas. Até a essência do edifício, qual seja o espaço interior que possui uma estrutura própria, necessita da continuidade da escala urbana do espaço para a totalidade de seu sentido existencial, o espaço da casa resulta do jogo de equilíbrio entre as forças internas e externas (NORBERG-SCHULZ, 1971). A articulação das direções vertical e horizontal, de dentro e fora permite a integração da totalidade do espaço, utilizando-se de espaço, massa e superfície, dispostos em continuidade, repetição, interdependência e interpenetração.

A escala da cidade permite uma enorme variedade de escolha de espaços, conseqüentemente, de experiências existenciais. De fato, a presença humana na cidade dá-se de

forma dinâmica e sensível, e se concretiza no caráter simultaneamente permanente e dinâmico da cidade. Ao percorrer e relacionar inúmeros espaços, as ruas prestam-se à identificação de imagens da cidade cuja composição e leitura servem-se de elementos como texturas, superfícies e membranas, atividades e escala das edificações ao longo de seu eixo, dispostos nos planos verticais e horizontais, de forma sistemática, rítmica, em eixos e ângulos e em densidades várias. Porque a velocidade de movimento que permite a leitura e identificação destes elementos define a velocidade da experiência humana no espaço, espaços urbanos minimalistas e com texturas definidas para serem experienciadas a uma velocidade muito mais alta que a pedestre, esvaziam a leitura e experiência sensorial do usuário pedestre dos estímulos e símbolos necessários a composição de espaços ricos, comunicativos e permeáveis, onde a comunicação poderia ocorrer por excelência.

Por exemplo, caminhos podem ser elementos que circundam uma área, que servem de transição ou que unem e complementam lugares e domínios, possibilitando, orientando ou propiciando direções e de orientação da percepção espacial, definindo uma hierarquia dentro do espaço e deste em referência a uma realidade maior do que a própria localização. Estas relações podem dar-se através da integração entre espaços dentro e fora, entre movimentos de entrar e sair, subir e descer, através de aberturas - através das quais se percebe a natureza e a existência de outros espaços - de caminhos e da interpenetração recíproca que permite ao observador experimentar o espaço em sua dimensão aumentada e una (NORBERG-SCHULZ, 1971). Conclui-se que da relação entre os espaços nas várias escalas se constrói a totalidade do espaço arquitetônico enquanto concretização do espaço existencial privado e coletivo.

O jogo de interação entre estas propriedades topológicas expressas através da estrutura básica do espaço (centro, caminho e domínio) oferece mensagens que indicam a história e o futuro, indicam as possibilidades passadas e as possibilidades ou *affordances do presente* que retratam uma imagem, uma experiência compartilhada no passado e que talvez ainda o seja no presente por uma coletividade. A sensação de pertencimento de muitos a um mesmo espaço visível pode ocorrer na escala da paisagem-reflexo das experiências de integração ou desconstrução, de continuidade ou ruptura, dinâmica ou estática, de fluidez e abertura ou de exclusão e barreira, experiências legíveis nas expressões não só euclidianas, geométricas e topológicas do espaço, mas também simbólicas.

Nesta compreensão do espaço da arquitetura os elementos que definem a paisagem expressam uma realidade social dinâmica constantemente modificada pelo homem, num ato

criativo, adaptativo e existencial perene (NORBERG-SCHULZ, 1971). Nele cada pessoa posiciona-se cotidianamente, como pessoa e como sociedade, e assim, a compreensão do espaço como realidade subjetiva apenas, é incompleta porque ignora a dimensão mais estável dos esquemas da imagem - ou Schemata (NORBERG-SCHULZ, 1971) - comum a todo ser humano, e que conferem à imagem do espaço possibilidades experienciais – *affordances* - e significados compartilhados, sem os quais seria impossível discutir o espaço arquitetônico.

A apreensão do espaço físico relacional por estas lentes da arquitetura, possibilitou construir a compreensão do espaço relacional em sua capacidade comunicativa considerando as relações entre seus elementos numa abordagem da experiência pessoal e coletiva que transcende aquela apenas subjetiva, e aquela referente apenas às relações geométricas e euclidianas do que está contido no espaço. À luz desta compreensão, optou-se por considerar as variáveis de composição do espaço agrupando-as em quatro capacidades comunicativas reconhecidas segundo a) a natureza e forma do arranjo dos elementos estruturantes da experiência no espaço; b) segundo suas atividades e funções; c) seu potencial comunicativo, através das possibilidades de emissão e percepção de estímulos dos usuários e do espaço e suas bordas; e d) sua relação com o contexto urbano no qual está inserido. A natureza dos elementos estruturantes foi considerada nos aspectos formal e liminar, isto é, segundo a ocorrência e arranjo de centros, nós, caminhos e áreas; e segundo o tipo, escala e densidade dos estímulos que estes favorecem ou proporcionam.

A **Figura 16** expressa uma primeira tentativa de sintetizar a compreensão do espaço relacional construída nesta dissertação, elencando os componentes e estímulos da comunicação não verbal produzidos pelo espaço da arquitetura (através de seus elementos), pelas pessoas que experienciam o espaço, pelo outro com o qual se interage, e pelo próprio contexto físico-espacial. Ressalta-se, porém, que se trata de uma primeira tentativa que precisa ser melhorada para evitar equívocos de compreensão do objeto de estudo.

Denominou-se como *Propriedades compositivas* das partes de do todo, aquelas definidas pelos elementos materiais (naturais e ou construídos) que compõem fisicamente o espaço construindo-o em um específico arranjo das partes no espaço estruturantes (centro, nó, caminho e área e suas membranas). Optou-se por classificar sua influência no espaço relacional segundo a dimensão, configuração, quantidade, forma e escala dos elementos e segundo as quais os estímulos são produzidos e impactam as pessoas afetando as *RIRs*.

Considerou-se *Propriedades funcionais* materiais e imateriais aquelas desenvolvidas pelo e no espaço, que podem ser desempenhadas por seus elementos que desempenham funções estética, emocional, de segurança, ou de controle do meio ambiente (térmico, acústico e lumínico, por exemplo), e mediante atividade no espaço.

As *Propriedades comunicativas* – possibilitadas na permeabilidade expressa em diversos graus e fluxos de informação possíveis através de seus elementos e bordas do espaço e subespaços envolvendo o que está no espaço e delimitando o que está fora dele. No processo comunicativo considera-se relevante o tipo e sentido (de dentro para fora e vice-versa) do fluxo de estímulos, informações e usuários que podem ocorrer entre o espaço e o que se encontra no contexto no qual este está inserido; e ainda entre o que se encontra dentro dos subespaços do espaço. O grau de permeabilidade e o material da membrana que define as bordas ou limites do espaço - comunicam uma miríade de significados. O fluxo de informação possibilita a comunicação entre pessoa e o espaço e entre pessoas no espaço. Por exemplo, imagine-se o espaço entre duas margens de um rio, as formas de comunicação entre pessoas e fenômenos possíveis dependem do elemento comunicante e do significado que estes comunicam: sejam águas correntes ou ponte onde um, ou dois sentidos de fluxo podem ocorrer. Este via-e-vai comunica uma normalidade associada à ponte, e os dois sentidos na ponte são percebidos simbolicamente como uma normalidade, e podem ser percebidos sensorialmente de inúmeras maneiras com implicações emocionais decorrentes da percepção cenestésica do fenômeno: rápido, lento, denso, rarefeito, alegre, triste, agressivo, defensivo, convidativo, etc. (SIMMEL, 2000). As *Propriedades comunicativas* perceptivas sensoriais correspondem à capacidade sensorial das pessoas e do processo de comunicação ao se experienciar o espaço, cujos estímulos, uma vez percebidos, suscitam respostas comportamentais específicas.

Denominou-se propriedades do contexto, aquelas que influenciam a acessibilidade ao espaço e ao seu entorno, as dinâmicas relacionais em segurança e harmonia com usos (principais e secundários), atividades, fluxos e ritmo da vida entornos dinâmicas do espaço e seu entorno. A influência do espaço no entorno pode ocorrer em escalas e modos diversos e em si, já justificaria um estudo que, porém, ultrapassa o escopo desta dissertação, visto que alarga a escala do fenômeno relacional investigado.

Figura 16 - Propriedades e características do espaço da arquitetura relevantes para as RIRs

Categoria de variáveis	Características espaciais	Exemplo de variáveis
Compositivas	Estrutura ou desenho do arranjo	<ul style="list-style-type: none"> - Estrutura do espaço total; - Centros, nós e caminhos: o que hospedam e como se relacionam/conectam, suas dimensões euclidianas; - Segundo a dimensão, configuração, quantidade, frequência, forma, densidade de ocorrência e escala dos elementos do espaço; - Organização, tipo e grau de conectividade dos subespaços do ambiente;
Funcionais	Atividades e funções	<ul style="list-style-type: none"> - Tipo – Necessária ou Opcional; ativa ou passiva; - Quantidade, localização no contexto ambiental total e se permanente ou temporária; - Fluxo dos usuários; - Acessibilidade, limpeza, manutenção, segurança incluindo riscos aos quais expõe os usuários, adequação do tamanho do ambiente às atividades nele desenvolvidas; conforto térmico, acústico, lumínico, e ventilação do ambiente entre outros; e estética.
Comunicantes e comunicativas	Estimulantes e perceptivas	<ul style="list-style-type: none"> - Propriedades funcionais dos canais e elementos de estímulo e de percepção de estímulos do espaço (incluindo os usuários); - Membranas e barreiras: Tipologia (s), características semióticas e materiais (constituição material) e localização; - Aspecto formal; - Estimulo: Tipologia e fontes de estímulos; - Eventos relacionais: tipo, quantidade e frequência; - Legibilidade do espaço- revelado através das respostas comportamentais às affordances que o usuário lê no espaço através de suas: a) Membranas e barreiras – Tipologia (s), características e localização; b) Comportamento de territorialidade dos demais usuários.
Inserimento no urbano	Relação com o contexto urbano	<ul style="list-style-type: none"> - Acessibilidade; - Harmonia com usos (principais e secundários); - Segurança; - Usuários dominantes e secundários;

Fonte: A autora

4 COMPREENDENDO O ESPAÇO RELACIONAL

Neste capítulo apresenta-se a compreensão apreendida do fenômeno pessoa-espço-pessoa caracterizando o que se propõe aqui denominar como *Espaço Relacional*, explicado em termos de correlações teoricamente identificadas entre dois fenômenos relacionais investigados e que ocorrem no espaço da cidade, a saber: interação de pessoas com o espaço, e interação entre pessoas no e mediadas pelo espaço.

O espaço relacional vem primeiramente explicado em termos de atributos e propriedades espaciais, qual variáveis identificadas como relevantes na construção do fenômeno comunicativo não verbal das *RIRs*. Estas componentes do espaço relacional foram então esquematicamente agrupadas em 4 matrizes de variáveis consideradas contribuições-chave do espaço para a ocorrência das *RIRs*. Espera-se com isso, e através da Tese de Doutorado, poder-se articular uma estrutura ou padrão de ocorrência de grupos de variáveis, qual fatores associados às *RIRs*, que possam ser considerados como princípios de desenho do espaço relacional.

Tendo-se compreendido a relevância de considerar as práticas de sociabilidade, aqui denominadas *RIRs*, no processo contemporâneo de planejamento e desenho de espaços abertos na escala urbana, tendo aprofundado a compreensão do comportamento relacional, nas cinco dimensões da existência humana aqui consideradas -economia, psicologia, antropologia, sociologia e arquitetura- e de aspectos espaciais que o influenciam, o presente estudo identificou um grupo de sensações e atributos do espaço que se destacam, qual conjunto em relação dinâmica, correlacionados à confiança necessária às *RIRs*. Os conceitos encontrados e explorados no capítulo 2 evidenciam que a sensação de *confiança* no fenômeno relacional é favorecida por sensações de *conforto*, abrangendo o exercício da *territorialidade e sensações de pertencimento e segurança*. A análise do espaço da arquitetura no capítulo 3 evidenciou que, de forma geral, características espaciais *compositivas, funcionais, comunicantes e comunicativas* veiculam estímulos mediante elementos dispostos no espaço em arranjos estruturados em *centros, caminhos e áreas* que, em sinergia, podem oferecer possibilidades fenomênicas favoráveis às sensações de *conforto, territorialidade, pertencimento e segurança* relevantes para a confiança necessária para o fenômeno relacional.

As contribuições das áreas de conhecimento consultadas para o aprofundamento da compreensão da experiência existencial vinculada às *RIRs*, estudadas no segundo capítulo,

possibilitaram a compreensão das *RIRs* como uma experiência sensível que se inicia com estímulos através sua capacidade perceptiva, é potencializada por intenções dos envolvidos e alcança um destinatário através de seus canais de percepção, numa experiência liminar mediada por canais de estímulo e comunicação do espaço, cujo ciclo se conclui e renova-se com a resposta comportamental do outro.

Conclui-se, portanto, que as *RIRs* se constroem como uma experiência pessoal e coletiva mediada por um processo de comunicação não verbal facilitada pelo espaço da arquitetura, onde sentimentos, impressões, sensações e vontades são percebidos e influenciados por condições espaciais do lugar onde a experiência ocorre. Esta experiência perceptiva e comunicativa influencia positiva ou negativamente cada pessoa na percepção da realidade e no exercício de livre arbítrio sobre como posicionar-se e construir a realidade que lhe toca, escolhendo, por exemplo, prestar atenção ao outro e com ele interagir, ou não.

O espaço da experiência relacional mostrou-se ser uma concretização fenomênica predominantemente comunicativa e suas características evidenciam a potência da influência das *affordances* do espaço para o fenômeno relacional. A investigação teórica apontou ainda que a experiência e o grau de orientação do usuário no espaço dependem muito das condições sensíveis de conforto liminar porque estas influenciam o processo de percepção do outro e do espaço, da percepção das *affordances* do espaço e, em última instância, a tomada de decisões dos usuários do espaço. Esta conclusão leva a considerar as condições de *conforto* uma lente através da qual observar o espaço, e como este pode influenciar a experiência das *RIRs*. Optou-se por agrupar os atributos do espaço que contribuem para a ocorrência destas condições de conforto em quatro categorias, sinteticamente explicadas na Erro! Fonte de referência não encontrada., que proporcionam ao usuário a) orientar-se e experienciar o espaço mediante sua *composição* que, adotando a abordagem de Norberg-Schulz, aqui se propõe definir em termos de estrutura e arranjo do espaço; b) desempenhar atividades, aqui abordada como *funcionamento do espaço*; c) construir sua *comunicação* não verbal mediante a percepção e emissão de estímulos; e d) experienciar o espaço graças ao *contexto* no qual está inserido.

4.1 CORRELAÇÕES ENTRE ESPAÇO DA ARQUITETURA E RIRS

No processo comunicativo da experiência existencial no espaço identificou-se três propriedades básicas do espaço, que em dinâmica sustentam o fluxo de estímulos e informação

que influenciam a ocorrência das *RIRs* mediante um outro grupo de variáveis própria dos usuários do espaço e que se denominou *receptoras de estímulos*.

Decidiu-se agrupar as componentes do espaço pela semelhança de suas características, o que resultou em *propriedades propiciadoras de estímulos, geradoras de estímulos, e veiculadoras de estímulos*.

Classificou-se então os estímulos identificados como relevantes no processo comunicativo estudado em *propiciados pela estrutura e ordenação físico-espacial* do próprio espaço; os *gerados no espaço*, por usuários e atividades no espaço (*funcionais*), no contexto onde está inserido (*contextual*), por condições ambientais (*ambiente da comunicação*), por *atmosfera social*, e ainda aqueles gerados pelos envolvidos na interação em estudo. A estrutura do espaço, nas quatro classificações de Norberg-Schulz (centro, caminho, áreas e bordas) propicia estímulos gerados na experiência existencial humana, e ao mesmo tempo veicula (ou impede a veiculação) os estímulos; por exemplo: o nível de claridade pode afetar a percepção de tamanho de um lugar, o mesmo pode-se dizer do nível de ruído, da variação térmica, e da lotação de um espaço; ou ainda, a ausência de caminhos que levem a um coreto pode inibir a potência experiencial possível de ser gerada mediante o coreto. Concorrendo também neste sentido, a permeabilidade material e imaterial do espaço e de seus elementos é determinante na veiculação de estímulos e foi aqui denominada uma *propriedade comunicante* do espaço; e a forma que os estímulos adquirem através dos elementos (de natureza material e imaterial) do espaço foram aqui denominadas suas *propriedades comunicativas*. A capacidade liminar, ou seja, sensível dos usuários do espaço, definem sua propriedade receptora.

Observou-se que a natureza, quantidade, densidade e variedade com a qual cada variável ocorre no espaço é determinante na construção da experiência relacional e no seu processo comunicativo não verbal; através destes fatores constroem-se as mensagens mais diversas, que, atrelados a padrões de normalidade distintos de cada lugar, tempo e cultura (SONESSON, 2014) *adquirem valor simbólico* também distintos.

O exercício da *territorialidade* é outra influência - direta e indireta - na produção de estímulos por usuários do espaço, e na sua percepção destes e do ambiente (incluindo a percepção da presença dos outros usuários). A territorialidade pode impactar inclusive a ocorrência das *RIRs*, visto que influencia a capacidade comunicativa propiciada pela própria estrutura, ordenação e atividades no espaço.

Agrupadas em categorias, as variáveis do espaço relevantes para o fenômeno relacional resultaram em quatro matrizes de variáveis-chave: *Estruturantes* (Figura 17), *Funcionais* (Figura 18), *Comunicantes* (Figura 19) e *Comunicativas* (Figura 20), que aqui se explicam em **termos de função, natureza e forma** (as linhas horizontais de cada matriz), e segundo possíveis escalas nas quais cada categoria ocorre (colunas). As escalas refletem condições espaciais e de ação, ou ainda o nível ou veículo de conforto (como o caso das variáveis funcionais, comunicantes e comunicativas) que uma variável-chave pode propiciar.

Figura 17 - Matriz de variáveis compositivas geométricas do espaço

VARIÁVEIS ESTRUTURANTES			
Função:	Arranjo dos elementos que estruturam a experiência física/concreta e existencial do e (físico-espacial)		
Natureza:	<i>Formal</i> Nó, Eixo, Distrito e Bordas	<i>Sensível</i> à visão, olfato, audição, movimento e tato	<i>Escala e Densidade</i>
Forma:	Largo x Estreito Longo x Curto Alto x Baixo Côncavo x Convexo	Ilimitada	Ilimitada

Fonte: A autora

Figura 18 - Matriz de variáveis funcionais do espaço

VARIÁVEIS FUNCIONAIS			
Função:	Atividades		
Natureza	Iminentes	Necessárias	Opcionais
Forma da atividade	Podem permitir ou impedir relações interpessoais de reciprocidade; atividades culturais e especialmente as de observação de atividades esportivas favorecem as <i>RIRs</i> .		

Fonte: A autora

Figura 19 - Matriz de variáveis comunicantes do espaço – refere-se ao processo de comunicação

VARIÁVEIS COMUNICANTES- ESTIMULANTES do processo de comunicação		
Membranas		
Função	Podem influenciar, positiva ou negativamente, a legibilidade do espaço através de seu grau de permeabilidade possibilitado por sua natureza e aspectos formais	
Natureza	Semiótica e Comunicativa dos elementos e eventos do espaço	Material/substancial constituinte do espaço A matéria dos componentes do espaço
Aspecto formal	O aspecto formal do agente e do processo de interação (exclusão - inclusão) com e no espaço pode estimular ou desencorajar os relacionamentos interpessoais	Elementos e material dos elementos de vedação, transição, separação, de entradas e saídas.

Fonte: A autora

Figura 20 - Matriz de variáveis comunicativas

COMUNICATIVAS -PERCEPTIVAS			
Função	Produzir estímulos mediante a natureza sensível dos elementos do espaço (material e imaterial)		Permitir a percepção dos estímulos através dos instrumento de captação ou chaves de leitura
Natureza	Construída fixos ou móveis	Natural fixa ou móvel	Sensorial Simbólico
Aspecto formal	Matéria - Som Textura – Imagem Cheiro - temperatura	Olfato Paladar Tato Audição Cinestesia	Depende do contexto

Fonte: A autora

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teórica possibilitou identificar características sensoriais e espaciais que estão de alguma forma e intensidade relacionadas com a ocorrência de *RIRs*. Agrupadas em categorias, as características aqui destacadas descrevem atributos que sugere-se sejam observados e investigados com mais profundidade durante a fase da pesquisa de Doutorado, a fim de melhor compreender suas correlações no fenômeno relacional, atribuir uma ordem do grau no qual estas influenciam as *RIRs* e, se possível, identificar um padrão na ocorrência destas relações que possibilite definir princípios norteadores do desenho de espaços relacionais.

Para tanto sugere-se submeter as conclusões desta dissertação para consideração por especialistas e, uma vez por estas validadas, sugere-se aprofundar a compreensão do comportamento das múltiplas variáveis identificadas mediante observação e verificá-las através de uma modalidade de análise estatística multivariável que permita alcançar um posicionamento quanto à existência de um padrão que exprima correlações entre as variáveis do espaço e as *RIRs*, e que este possa ser proposto como princípio de desenho do *espaço relacional*, que é a hipótese da Tese que originou o estudo, do qual esta investigação é uma sua primeira etapa.

E por fim, sugerem-se alguns aprofundamentos teóricos:

Aprofundar a contribuição que a hodologia e topologia podem concretamente trazer na elaboração da matriz de elementos do espaço relacional a ser construída na tese, uma vez que se constatou na dissertação a relevância destas dimensões da experiência humana no espaço para o comportamento humano e percepção espacial;

Aprofundar os estudos de Kevin Lynch e da Sintaxe espacial que estão vinculados com a dimensão hodológica, topológica e euclidiana do espaço, como já previstos no projeto de tese; Aprofundar a contribuição da semiótica para a compreensão dos efeitos das propriedades e elementos do espaço no significado perceptível pelos seus usuários; Durante esta investigação identificou-se que a semiótica tem desenvolvido estudos a respeito da territorialidade que podem trazer uma contribuição significativa para a compreensão dos fenômenos investigados. Devido às restrições de tempo dentro desta dissertação, esta propõe que tal aprofundamento seja levado a diante durante a tese. Sugere-se por enquanto, como subsídio, as abordagens do semiólogo sueco Goren Sonesson e do arquiteto e semiólogo sírio, atualmente professor e diretor de pesquisas da École de Hautes Études em Sciences Sociales de Paris, Amar Hammad, que focam sobre o comportamento humano e a dinâmica das cidades nos espaços públicos e nos espaços da arquitetura, respectivamente.

Aprofundar a compreensão de sistemas abertos para entender como aplicar esta matriz em espaços concretos, isto é, já existentes em centros urbanos. O sistema aberto de espaços exprime realidades que estão em constante adaptação, e permite um número de variações em oposição ao sistema fechado no qual as possibilidades diminuem à medida que se enrijecem as especificidades espaciais e temporais.

REFERÊNCIAS

- BAGGIO, A. M. et al. **O Princípio esquecido/1: A fraternidade na reflexão atual das ciências políticas**. São Paulo: Cidade Nova, 2008.
- BERTHOZ, A. **Le sens du mouvement**. Paris: Odile Jacob, 1997. Tradução de Britto Leite, Maria de Jesus; Miranda, Gilson.
- BERTHOZ, A. The Human Brain “Projects” upon the World, Simplifying Principles and Rules for Perception. In: ____. **Neurobiology of "Umwelt"**. How Living Beings Perceive the World. Berlin: Springer - Verlag, 2009. Cap. 3, p. 17-27. Disponível em: <<http://www.springer.com/us/book/9783540858966>>. Acesso em: 10 fev. 2014.
- BERTHOZ, A.; VIAUD-DELMON, I. Multisensory integration in spatial orientation. **Current Opinion in Neurobiology**, v. 9, p. 708-712, Dec. 1999.
- BLESSI, G. T. et al. Cultural participation, relational goods and individual subjective well-being: Some empirical evidence. **Review of Economics & Finance**, v. 4, ago. 2014. p. 33-46. disponibilizado em <<http://econpapers.repec.org/article/bapjournal/140303.htm>>. Acesso em: 4 ago. 2014.
- BOISIER, S. El Desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v. 2, Novembro 1999. p. 39-53.
- BRUNI, L. The Happiness of sociality. Economics and eudaimonia: A necessary encounter. **Rationality and Society**, New York: SAGE, 2010, v. 22, n.4, p. 383–406.
- ____. **The Wound and the blessing**. Hyde Park, N. Y.: New City Press, 2012.
- BRUNI, L.; GILLI, M. R.; PELLIGRA, V. Reciprocity: Teory and facts. **International Review of Economics**, 2008. p. 1-11.
- BRUNI, L.; STANCA, L. Watching alone: Relational goods, television and happiness. **Journal of Economic Behavior and Organization**. v. 65, p. 506–528, 2008. Disponível em: <<http://dems.unimib.it/repec/pdf/mibwpaper90.pdf>>. Acesso em: 15 Mar 2014.
- CASTELLS, M. A Sociedade em rede. Da informação: Economia, sociedade e cultura. In: _____. **A Sociedade em rede. Da informação: Economia, sociedade e cultura**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, v. I, 1999. Cap. 6, p. 467-518.
- COUNCIL., U. N. E. A. S. **Commission for Social Development. Report on the fifty-third session**. New York: United Nations. 2015. 46 p.
- DAWSEY, J. C. Victor Turner e antropologia da experiência. **Cadernos de campo**, 2005. p.163-176.
- GIESEKING, J. J. et al. **The People, place and space reader**. 1. ed. New York: Routledge, 2014.
- GIFFORD, R. **Environmental psychology: Principles and practice**. 3. ed. Canada: Optimal Books, 2002.

GORDON, R. *et al.*. Non-Verbal behaviour as communication. In: HARGIE, O. **The Handbook of Communication Skills**. 3. ed. Sussex: Routledge, 2006. Cap. 3, p. 73-82.

GUI, B. **From transactions to encounters: The Joint generation of relational goods and conventional values**. University of Padova. Dipartimento di Scienze economiche. Padova, 23 p. 2003.

GUI, B.; STANCA, L. Happiness and relational goods: well-being and interpersonal relations in the economic sphere. **International Review of Economics**, v. 57, n. 2, p. 105-118. 18 May 2010.
Disponível em: <http://link.springer.com/article/10.1007/s12232-010-0099-0>. Acesso em: 10 jun. 2010

HALL, E. T. **The Hidden dimension**. New York: Anchor Books, 1990.

HARGIE, O. **The Handbook of communication skills**. 3. ed. [S.l.]: Routledge.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes. Do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Editora Livraria Ltda, 2014.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. D. S. **Minidicionário da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

IRVINE, M. **Bakhtin: Main Theories. Dialogism, Polyphony, Heteroglossia, Open Interpretation. A Student's Guide**. Communication, Culture & Technology Program (CCT). Georgetown University. Washington D.C. USA. 2004-2012. Disponível em:
<<http://faculty.georgetown.edu/irvinrm/theory/Bakhtin-MainTheory.html>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

KAUFMANN, D.; KRAAY, A. **Governance Indicators: Where are we, where should we be going?** The World Bank: World Bank Institute and the Macroeconomics and Growth Team, Global Governance Group, and Research Development Group. Washington, DC, 45 p.. 2008.

KNAPP, M. L.; HALL, J. A.; HOGAN, T. G. **Nonverbal communication in human interaction**. 8. ed. Boston: Wadsworth Cengage Learning, 2014. Disponível em:
<https://books.google.com.br/books?id=g7hkSR_mLoC&printsec=frontcover&dq=knapp,+hall+and+Hogan+2013,+nonverbal+communication+in+human+interaction&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiqweuCn6jQAhWDiZAKHSEmCcMQ6AEIKTAA#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 4 abr. 2015.

KUO, F. E.; SULLIVAN, W. C. Environment and crime in the inner city. Does Vegetation reduce crime? **Environment and behavior**, 33, Maio 2001. 343-367.

LEITE, F. B. Mikhail Mikhailovich Bakhtin: Breve biografia e alguns conceitos. **Revista Magistro**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 43-63, 2011. Disponível em:
<<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro/article/viewFile/1240/741>>. Acesso em: 31 julho 2015.

LYNCH, K. **The Image of the City**. Cambridge: MIT Press, 1960.

MAGARI, S.; CAVALIERI, P. A. Il senso di se, l'incontro con l'altro e l'accettazione del limite. **Nuova Umanità**. Roma, v.3, n.183, p. 379-394, 2009.

MARCUS, C. C.; FRANCIS, C. **People Palces: Design guidelines for urban open space**. 2. ed. New York: John Wiley & Sons, Inc., 1998.

MATURANA, H. R.; VARELA, F. G. **A Árvore do conhecimento**. 9. ed. São Paulo: Palas Athena Editora, 2011.

MORAES, A. **A dialética da alteridade**. Recife: [s.n.], 2012.

NORBERG-SCHULZ, C. **Existence, space and architecture**. New York: Praeger Publishers, 1971.

OECD. **OECD Insights: Human capital. A bigger picture**. [S.l.]. 20-02-2007.

____. **OECD Guidelines on Measuring Subjective Well-being**, OECD Publishing. [S.l.]. 2013.

____. **Society at a Glance 2014: OECD Social indicators**. OECD Social indicators. [S.l.]. 2014.

ONU-HABITAT. **Carta de Medellín: Sobre o porvir humano das urbes do mundo**. Sétimo Fórum Urbano Mundial. Medellín: Instituto Social de Vivienda y Hábitat, Alcaldía de Medellín (Isvimed), em convênio com a Corporación para el Pensamiento Complejo (Complexus). 2014.

PELLIGRA, V. Intentions, trust and frames: A note on sociality and the theory of games. **Review of Social Economy**, v. 69, p.163-188, Junho 2011.

PUTNAM, R. D. Bowling Alone: America's Declining Social Capital. **Journal of Democracy**, v. 6, p. 65-78, January 1995.

____. Social capital: Measurement and consequences. **Canadian Journal of Policy Research**, v. 2, n. 1, p. 41-51, 2001. Disponível em: <www.oecd.org/edu/innovation-education/1825848.pdf>. Acesso em: Jul. 2014.

PUTNAM, R. D.; FELDMAN, L. M.; COHEN, D. **Better Together: Restoring the American Community**. New York: Simon & Schuster, 2003.

RAPOPORT, A. **Human Aspects of Urban Form**. Oxford: Pergamon Press Ltd., 1977.

SCHMIDBAUER, W. **Sensação de Medo. Qualquer um tem. Ninguém quer. O que fazer?** São Paulo: Cidade Nova, 2008.

SENNET, R. Public Lectures from the Faculty of Law. **The Edge: Borders and boundaries**, Cambridge, University of, 10 março 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1VM9wqovghE>>. Acesso em: 1 abril 2015

____. **Carne e pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

____. Esfera pública. **RichardSennett.com**, p. 11, 22 agosto 2008. Disponível em: <<http://www.richardsennett.com/site/senn/templates/general2.aspx?pageid=16&cc=gb>>. Acesso em: 01 jun. 2015.

____. **Juntos. Os rituais, os prazeres e a política da cooperação**. Tradução de Clóvis Marques. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

____. The Open City. **Open Lectures Series**, Cambridge, 21 Set 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eEx1apBAS9A>>. Acesso em: 1 dez. 2014.

____. The Open City. **Stockholmia's conference**, Stockholm, 16 dez 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=u1YFfPANJPC>>. Acesso em: 19 dez. 2014.

SIMMEL, G. **Simmel on culture**. London: SAGE Publications, 2000.

SONESSON, G. Spaces of urbanity. From the village square to the boulevard. In: SARAPIK, V. A. T. K. **Place and location III: The city - topias and reflection**. Talinn: Estonian Academy of Arts, 2003. p. 25-54. Disponibilizado em <http://lup.lub.lu.se/record/540265>.

____. New Rules for the Spaces of Urbanity. **International Journal for the Semiotics of Law**, 27, n. 1, 5 mar. 2014. 7-26. Primeira publicação online: 05 de março de 2013.

SOUZA, S. J.; PORTO E ALBUQUERQUE, E. D. A pesquisa em ciências humanas: uma leitura Bahktiniana. **Bakhtiniana**, São Paulo, 7, n. 2, Jul-Dez 2012. p.109-122.

STANCA, L. With or without you? Measuring the quality of relational life throughout the world. **The Journal of socio-economics**, v. 38 n.5, n. Electronic Edition, p. 834-843, 2009.

____. The Geography of economics and happiness: spatial patterns in the effects of economic conditions on well-being. **Social Indicators Research**, 99, n. 1, 9 Jan 2010. 115-133. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007/s11205-009-9571-1>>. Acesso em: 19 Abril 2014.

STANCA, L.; BRUNI, L.; MANTOVANI, M. **The Effect of Motivations on Social Indirect Reciprocity: an Experimental Analysis**. Milano. 2009.

TAVERNIER, J.-L.; PLATEAU, C.; CUNEO, P. Measurement of quality of life and well-being in france: the drivers of subjective well-being. **Review of Income and Wealth**, Paris, 2014.

TERRES, M. D. S.; DOS SANTOS, C. P. Exame da confiança interpessoal baseada no afeto. **REGE Revista de Gestão**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 425-447, jul./set. 2011.

TIBERGHEIN, G. A. Hodológico. **Revista-Valise**, Porto Alegre, v. 2, n.3, ano 2, p. 161-176, julho 2012.

UNITED NATIONS. **ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL. Commission for Social Development. Report on the fifty-third session**. New York: United Nations. 2015. 46 p..

WORLD BANK. **Worldwide governance indicators**, 2014. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=Worldwide-Governance-Indicators>>. Acesso em: 29 Set 2014.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Global Risks 2015, 10th Edition**. World Economic Forum. Geneva, p. 69. 2015.

____. **Global risks report 2015**. World Economic Forum. Geneva, p. 69. 2015.

GLOSSÁRIO

Bordas: A borda separa o que está dentro e fora do espaço; na sua dimensão hodológica, sua imagem e material identificam qual a direção da comunicação que ocorre nas bordas; esta é possibilitada pela membrana (se permeável) ou barreira (se impermeável), isto é, entrar ou sair. Este elemento do espaço é importante para o espaço relacional na medida em que influencia a capacidade do usuário de exercer controle e domínio sobre o fluxo comunicativo e os níveis de comunicação; e por consequência, bordas influenciam a confiança.

Caminhos são rotas de fluxo no espaço que interferem em quais tipologias de fluxo o espaço pode possibilitar. Por sua natureza, também podem ser espaços onde atividades se desenvolvem, e distinguir funções – funcionando como bordas- (GIFFORD, 2002; LYNCH, 1960; NORBERG-SCHULZ, 1971). São tipicamente lugares onde o usuário faz uma tomada de decisão, pois sua natureza relaciona-se com o percurso mental que leva uma pessoa a uma tomada de decisão e o caráter hodológico de suas dimensões, como extensão, influencia o comportamento humano (GIFFORD, 2002); por exemplo, investigações da psicologia ambiental revelam que um caminho reto ligando dois pontos geralmente parece mais curto muito embora possa ser mais longo que um caminho curvo (GIFFORD, 2002).

Centros: Elementos cuja tipologia e características exercem forças centrípeta e centrífuga (Norberg-Schulz, Lynch, Gifford, Sennett).

Comunicação não verbal é um fenômeno abordado por todos os autores estudados nesta dissertação, exceto aqueles do campo da Economia. O olhar é uma das formas de comunicação não verbal que por primeiro penetram as fronteiras do espaço pessoal e uma das mais fortes, ao lado da audição, na construção e fortalecimento da cultura. O olhar é um dos primeiros modos de convidar, pedir permissão e penetrar o espaço pessoal do outro, é também o modo mais frequentemente utilizado e um dos fatores mais determinantes do fenômeno relacional interpessoal. Atravessar as **fronteiras ou bordas** do espaço (espaço pessoal e espaço físico) em suas várias escalas é um ato de relevante importância para o processo comunicativo entre pessoas, inclusive ao procurar-se compreender a contribuição que o espaço arquitetônico possa oferecer para a ocorrência e o desempenho deste fenômeno (HALL, 1990; GIFFORD, 2002; SENNETT, 2008, 2012, 2015; SIMMEL, 2000)³⁹. Na maioria das culturas o olhar permite a comunicação não verbal entre pessoas de gêneros, classes e culturas diferentes além de outras

³⁹ A presença constante deste tópico nas abordagens de autores ao longo períodos históricos denota sua relevância recorrentemente confirmada por estes estudiosos de diversas disciplinas.

diferenças sócio-econômico-demográficas. Muitos aspectos referentes às distâncias e preferências na comunicação interpessoal⁴⁰ e da influência das características topológicas do espaço arquitetônico dependem e variam com a cultura, pois esta, por exemplo, influencia o significado do espaço (como conjunto e em seus elementos componentes).

Escalas do espaço existencial se conectam possibilitando ao ser humano orientar-se no espaço, construir sua identidade e sua visão do mundo. Janelas, portas, colunas, caminhos e centros são exemplos de elementos do espaço que possibilitam esta comunicação. Estes encontros entre espaços - que segundo Lewin, em cada contexto cultural e circunstancial podem ser mais ou menos significativos (GIFFORD, 2002; SENNETT, 2012, 2015; SONESSON, 2014) - possibilita uma comunicação com mesma direção e sentidos recíprocos, cujo valor (enquanto bem relacional) e significado é gerado pelos envolvidos na interação. Sonesson (2013, 2014) e Simmel (1999) exploram a dimensão significativa dos vários modos como se dá a comunicação não verbal através das fronteiras espaciais definidas por elementos arquitetônicos, como portas e janelas, faixas de pedestre, pontes e etc. Sonesson descreve as direções com termos como “para fora” e “para dentro”, referindo-se ao doar e receber algo durante a interação. Assim, por exemplo, é normal que sobre uma ponte as pessoas circulem em ambas as direções, porém atravessar um ambiente de fora para dentro através de uma janela, comunica invasão de espaço, de privacidade, comunica sabotar indevidamente o controle desempenhado por alguém sobre um determinado espaço, infração de conduta normalmente aceitável em qualquer cultura que gera desconfiança.

As pessoas tendem a comportar-se comodamente em espaços onde o comportamento é parte de sua normalidade. Conseqüentemente, sentem-se cômodas para relacionar-se em espaços onde a interação é parte de sua normalidade, isto implica perceber uma mensagem de normalidade através do espaço. Esta mensagem é transmitida através de atributos de objetos e do espaço, e quando esta é compartilhada por muitos (culturalmente), seu significado é automaticamente percebido e coletivamente compartilhado resultando em comunicação clara entre o usuário e o espaço ou objeto - pense no exemplo de espaços como quartos e banheiros, e de objetos como telefone, ou cadeira, ou da escova de dente. Ao “lê-se” a mensagem não verbal do espaço, imediatamente identifica-se sua função e as possibilidades de ação pelo usuário. Quem o desenha, necessita conhecer de antemão as necessidades do usuário e coordená-las a fim de desenhar um espaço que as satisfaça. Um espaço desejável possibilita ao usuário sentir-se bem,

⁴⁰ Esta investigação embasa-se no pressuposto que toda comunicação interpessoal não virtual implique uma penetração recíproca de espaços pessoais e do espaço arquitetônico.

cômodo, confiante, ter a liberdade e flexibilidade de escolha de como usá-lo a seu modo, ao mesmo tempo em que o convida a relacionar-se ou engajar-se com o que nele acontece. Desta leitura, que constrói o fenômeno relacional pessoa-espço, cada pessoa compreende as *affordances* do espaço. As *affordances* de um espaço bem desenhado podem ser compreendidas por qualquer de seus usuários, não importa como ou quem o lê, com significados semelhantes porque estão mergulhados nas pistas ontológicas e culturais de seus usuários. Embora o processo de desenho do espaço da arquitetura não equivalha exatamente àquele dos produtos de consumo, a validade desta abordagem de desenho do espaço procede de alguns pressupostos básicos de desenho, comuns ao de produtos pensados para o perfil do consumidor padrão. O exemplo dos que são comercializados em várias nações como computadores, telefones, cadeiras, automóveis e bacias sanitárias, armários de cozinha e quartos atestam a aceitação universal destes produtos que respondem a necessidades humanas comuns ao consumidor de qualquer contexto cultural atual.

Espaço pessoal é uma área invisível imediatamente entorno ao corpo de cada pessoa. É estabelecida para sua proteção em um conjunto de círculos concêntricos com graus variados de permeabilidade a fim de filtrar e permitir ou não a saída de algo de si para o outro (ação doadora) e a penetração do outro em suas próprias fronteiras (ação receptiva). O grau de permeabilidade máximo e mínimo pode caracterizar fronteiras abertas ou fechadas, respectivamente. Esta abertura, porém, só tem significado quando posta em relação ao outro com quem, na liberdade permite-se ou deseja-se relacionar-se.

Legibilidade do espaço é a facilidade com a qual um ambiente pode ser reconhecido e mentalmente organizado pelas pessoas, isto é, as pessoas se orientam ao identificar as possibilidades 'affordances' do espaço (LYNCH, 1960; NORBERG-SCHULZ, 1971; RAPOPORT, 1977; SONESSON, 2013). Entre elementos do espaço que contribuem para sua legibilidade, encontram-se os caminhos, bordas, centros/distritos e nós.

Membranas: uma de suas características relevantes para a comunicação não verbal é a separação de realidades e propriedades espaciais ou experienciais, ou de ambas. Esta característica é relevante para a comunicação entre o espaço e a pessoa - estando está dentro ou fora do espaço⁴¹ - e entre pessoas situadas em espaços distintos ou não. Por pessoa entende-se aqui como uma pessoa ou grupo de pessoas. A separação dá-se em grau e maneiras diversas, variando segundo

⁴¹ Trata-se da dimensão hodológica do espaço

seu grau de porosidade e segundo o canal de percepção através do qual esta estimula a pessoa ao permitir a comunicação de algo no ou do espaço. O grau de porosidade propicia comunicação maior ou menor entre o que está dentro e o que está fora⁴² do espaço, propicia também isolamento ou comunicação entre pessoas envolvidas em uma experiência existencial e outras que, por exemplo, as podem observar, estando cada uma delas em uma realidade espacial distinta. Desta forma através do grau de permeabilidade e dos canais de percepção, pode-se propiciar privacidade ou exposição. Cada um destes canais comunicam estímulos diversos à pessoa que percebe algo, este penetrar o espaço pessoal⁴³ do outro pode comprometer ou fortalecer o nível de confiança. Considerando-se que o nível de confiança influencia o quanto se quer comunicar de si ao outro, algumas membranas podem diminuir ou aumentar o grau de controle que se pode exercer sobre o quê e quanto comunicar. A confiança pode diminuir quando a membrana propicia comportamento invasivo pelo (s) outro (s), (com o olhar, ou com o movimento de entrar ou sair do espaço, por exemplo), e pode diminuir quando impede qualquer tentativa de comunicação considerada normal. Nestes casos, além dos componentes da experiência existencial de cada pessoa e das propriedades euclidianas do espaço, o grau de confiança propiciado por uma membrana, que é mais um fator que depende da atividade desenvolvida no espaço e na sua região limítrofe, do material que a constitui, e de sua relação com/no espaço enquanto conjunto de elementos em relação (GIFFORD, 2002; HALL, 1990; NORBERG-SCHULZ, 1971; SENNETT, 2012; SIMMEL, 2000; TIBERGHEIN, 2012).

Nós: Enquanto pontos de chegada, encontros e ou partida, as características dos nós influenciam como atividades relacionais podem desenvolver-se no espaço. São tipicamente lugares onde o usuário faz uma tomada de decisão (GIFFORD, 2002), o que pode acontecer em qualquer momento e distância entre um nó e um observador. Sua percepção como pontos de referência é típica, bem como sua correlação com a memória de lugar, na medida em que é um diferenciador de lugar, contribui para a construção da especificidade de cada lugar (GIFFORD, 2002; LYNCH, 1960).

Organização do espaço compreende a dimensão perceptiva e a geométrica de sua estruturação em nós, caminhos, limites (no sentido de suas bordas), distritos e marcos. O conceito de espaço topológico define a dimensão comunicativa das relações das coisas no espaço, isto é, como as coisas relacionam-se entre si no conjunto que é o espaço, e se estão dentro ou fora de um espaço delimitado.

⁴² Trata-se da dimensão hodológica.

⁴³ Considerem-se os 4 níveis de espaço definidos por Edward Hall.

De consequência, em cada contexto faz-se necessário investigar os atributos do espaço que simbolizem e/ou provoquem emoções propiciadoras, ou ao menos favoráveis, de relacionamentos interpessoais, como os que instigam a confiança (MAGARI; CAVALIERI, 2008; PELLIGRA, 2011; PUTNAM, 1995, 2003; SENNETT, 2008, 2012; SCHMIDBAUER, 2008) e a presença de espírito necessária para que o usuário -estando, na medida do possível, plenamente no momento presente (MAGARI; CAVALIERI, 2008; SENNETT, 2012; SCHMIDBAUER, 2008) perceba o outro, favorável à possibilidade de experimentar empatia pelo outro, permita espaço pessoal permeável dos envolvidos nas interações (MAGARI; CAVALIERI, 2008; PELLIGRA, 2011; PUTNAM, 1995, 2003; SENNETT, 2008, 2012; SCHMIDBAUER, 2008) que possibilite iniciar, corresponder e manter entre si uma comunicação recíproca de dom de si mesmos caracterizadores do bem relacional (BRUNI, 2012).

Espaços públicos urbanos atendem uma audiência muito variada e seu desenho precisa satisfazê-la ao máximo possível, considerando o contexto social no qual este se insere. A sociedade do século XXI, de modo geral, demanda do ambiente construído urbano uma flexibilidade e ritmo de adaptação maior que em períodos históricos anteriores, que possibilite implementação de mudanças em sua configuração, atributos e funções ou novos modos usá-los e nele de exercer atividades decorrentes das demandas atuais.

Constata-se que resultaria insustentável produzir e dispor de espaços urbanos da mesma forma que a sociedade o produziu até o momento (SENNETT, 2012; UNITED NATIONS, 2015; OECD, 2014; ONU-HABITAT, 2014). Como então desenhá-los de forma que correspondam adequadamente a estas necessidades? Como explorar as *affordances* em modo que a maioria das pessoas as percebam hoje e ao longo do tempo? O processo de desenho necessita olhar e explorar as possíveis necessidades e demandas dos usuários em longo prazo, e considerar as necessidades ontológicas dos usuários possibilita evidenciar as alternativas possíveis de desenho para uma estrutura de espaço que permita-se adequar-se ao longo do tempo.

Faz necessário então olhar os atributos do espaço arquitetônico de forma que possibilitem espaços abertos às transformações necessárias. Esta visão, compartilhada, por especialistas de desenho, da sociologia e de planejamento urbano, bem como de organizações e instituições que atualmente orientam na formulação de políticas urbanas, como UN-Habitat, The World Bank, OECD entre outras.

Perceber o espaço Segundo a dimensão cognitiva da percepção do espaço, desconsiderando a influência de aspectos culturais, o cérebro permite às pessoas perceberem o espaço e apreendê-

lo sob perspectivas diferentes. Esta é uma capacidade cerebral ontológica, inerente à cada espécie vivente, isto é, o cérebro de todos seus membros de uma dada espécie possuem as mesmas características. Para esta investigação é relevante considerar duas perspectivas da capacidade ontológica humana de perceber o espaço, a saber, egocêntrica e allocêntrica. A perspectiva do espaço que o cérebro de um observador “desenha” à medida que este se move ao longo do tempo num determinado espaço difere não somente conforme a localização do observador, mas também conforme a lente focal que este escolhe (consciente ou inconscientemente) ao observar o espaço. Se o foco está num objeto ou pessoa, este é o ponto referencial que a ação cerebral fixa ao fazer uma leitura dos elementos, estrutura e organização do espaço à medida que o observador desenvolve um trajeto. É como se o ponto de “fuga” que define a leitura e avaliação das várias perspectivas do espaço correspondesse ao objeto foco de sua atenção. O objeto pode ser uma pessoa, uma coisa, ou um conjunto de coisas na visão allocêntrica. Ao invés, na visão egocêntrica, o foco da atenção do observador é si próprio, o referencial de percepção - leitura e apreensão - é o próprio observador (BERTHOZ, 2009), o seu eixo ou uma parte de seu corpo.

Sob cada uma destas duas perspectivas o observador obtém duas leituras diferentes de um mesmo espaço. Estas leituras feitas por regiões específicas do cérebro informam a percepção e conseqüentemente a experiência e o comportamento do observador usuário de um dado espaço. Conseqüentemente, e devido à capacidade cerebral de prever a provável sucessão de eventos à medida que uma situação “*takes place*” ou acontece (BERTHOZ, 2009), o ser humano projeta no mundo sua percepção do mundo. Assim, o comportamento e intenção de uma pessoa em resposta a cada previsão é influenciado pela sua percepção do mundo, isto é sua percepção de lugar, do espaço experiencial. Segundo Berthoz (2009) a visão não egocêntrica do mundo que foca no que o espaço tem de significativo para quem o percebe, possibilita ao usuário observador perceber as possibilidades ou “*affordances*” do espaço, como definidas por Gibson (GIFFORD, 2002).

Permeabilidade do espaço pessoal: para que exista permeabilidade é necessário que exista confiança. A confiança, por sua vez estimula o vínculo e sua recorrência, estimula que haja um retorno do outro em resposta à confiança demonstrada através da comunicação, verbal ou não, iniciada pelo outro. O espaço pode propiciar ou favorecer o clima para que tal fenômeno ocorra. Quanto mais fortes as ligações sociais maiores são as possibilidades de recorrência. Esta recorrência é importantíssima em espaços onde as interações dão-se basicamente por estranhos. Vê-se aqui a correlação entre o espaço, nível de confiança e a força das interações sociais.

O construto cognitivo, afetivo e comportamental da confiança está correlacionado com a experiência sensorial do usuário e não necessariamente verbal. A cognição do espaço, por exemplo, dá-se através do olhar, cheiro, sensações do tato, e a afetiva através também da sensação cinestésica da própria pessoa e dos demais usuários. Encontra-se assim a correlação entre a comunicação não verbal propiciada e percebida sensorialmente senso, a permeabilidade do espaço pessoal, e o espaço da arquitetura.

Permeabilidade das fronteiras do espaço da arquitetura varia com a cultura, com a função à qual o espaço é dedicado, com a natureza dos elementos que constituem as fronteiras dos espaços e com atmosfera que um dado espaço propicia (o posicionamento de Gibson, Hall, Lewin, e Sennett nos trabalhos consultados nesta dissertação convergem para esta abordagem). Ao articular-se o conceito de espaço de Lewin, Sennett, Norberg-Schulz, Hall, Gibson e Berthoz, entende-se que a permeabilidade e a influência do espaço nas chances de interações não dependem somente de um ou outro elemento, nem da soma destes mas depende da correlação destes elementos. O significado e a “permeabilidade” das fronteiras e do espaço dependem não só das chaves de leitura culturais, mas também de como estas são percebidas pelas capacidades sensoriais dos usuários⁴⁴, ou seja, o olhar, toque, movimento, som, cheiro, entre outros. Esta capacidade perceptiva ontológica, seguindo a argumentação multidisciplinar construída nesta investigação, apreende propriedades que influenciam fenômeno relacional de todo ser humano, através das quais se avalia o espaço mediante os filtros experienciais, subjetivos e culturais.

Permeabilidade das membranas e a necessidade de controle do que acontece no espaço imediatamente ao redor das pessoas, pode impulsioná-las a convidar ou expulsar alguém de suas esferas de proteção. Gibson e Lewin (GIFFORD, 2002) conseguiram articular que a troca que constitui a comunicação que se dá através da penetração das ‘fronteiras espaciais’ ‘das pessoas envolvidas é veiculada através de suas capacidades perceptivas no momento do encontro de seus espaços. E este controle pessoal que define o grau e tipo de permeabilidade das fronteiras do espaço. A permeabilidade para o fluxo de saída do espaço não é necessariamente a mesma para a comunicação do que entra pela membrana. A permeabilidade ainda limita a natureza dos agentes comunicantes, isto é: quem entra por ela. Por exemplo, a permeabilidade do espaço pessoal de uma mulher pode ser maior para acolher o abraço de outra mulher e menor para o abraço de um homem. Os usuários de uma área de pic-nic num parque

⁴⁴ Para saber mais, ver classificação das capacidades sensoriais por Edward Hall.

podem sentir-se cómodos com a entrada de novos usuários que vêm desfrutar de um pic-nic (a entrada destas pessoas comunica algo normal = confiança); o mesmo grupo de usuários pode sentir-se agredidos diante da entrada de novos usuários em skate ou que venham desfrutar de música considerada agressiva para crianças. Este desconforto pode ser aliviado se o espaço oferece possibilidade de aumentar a distância entre os espaços pessoais, ou pode ser exacerbado por poucas possibilidades de distanciamento entre as esferas de espaço pessoal dos grupos de usuários.

Processo de desenho destinado ao consumidor ‘normal’ do espaço da arquitetura é muito idêntico ao de desenho de produtos destinados ao consumidor em geral; este também responde a mecanismos de percepção, conexão, comportamento e necessidades ontológicas, estas variáveis de desenho justificam o porquê são desenhados ‘deste’ modo e não ‘daquele’. Para tanto se consideram os vários atributos relevantes do produto. As chances que um espaço seja ‘bem sucedido’ são maiores quando seu processo de desenho considera como as pessoas conectam-se com este, com sua função. Quando o desenho é bom, esta conectividade é quase inevitável, imediata, natural, as pessoas se localizam, se orientam nele e em como comportar-se (Norberg-Schulz), porque entendem a razão de ser dele/do espaço.

Uma vez conhecidos os atributos comuns a todos os usuários (dimensão ontológica), considera-se os atributos do público específico (especificidades locais), isto é, quais são seus desejos e necessidades e como este muito provavelmente pode nele comportar-se, conscientemente ou não, (NORBERG-SCHULZ, 1971; SONESSON, 2014) antecipando-se suas exigências e necessidades hoje e futuras. O desenho do espaço requer considerar as variáveis tangíveis -solo urbano disponível- na oferta atual e projetada nos centros urbanos, suas possibilidades de construção, manutenção, adequação e disposição ao passo com o ritmo da vida local; bem como as variáveis intangíveis -perfil do usuário reflexo da sociedade- para que possam refletir suas necessidades e desejos (emocionais, estéticos e funcionais) e possibilitar uma constante conexão pessoa-espaço ao longo do tempo, pois o espaço, assim como os bens, tem valor quando seus usuários, de alguma forma, conectam-se com estes e se identificam com a mensagem que deles percebem.

Espaços que estabelecem uma conexão significativa subjetiva e coletivamente são espaços de valor para os usuários de uma mesma cultura, e que são ensopados de significado fornecido pelo comportamento. Projetar um espaço que satisfaça as necessidades atuais e futuras requer do arquiteto

e planejador fundamentar sua perspectiva em “pontos de fuga” espacial e temporal contemporâneo e futuro⁴⁵.

Relacionamentos de reciprocidade: No relacionamento de reciprocidade o bem produzido é resultante do relacionar-se. São relacionamentos que requerem um ato direto e participativo de todas as partes envolvidas, e todas necessitam da garantia ou permissão do outro para exercer o direito de dar e de receber, a fim de estabelecer o vínculo. A permissão vem expressa através do grau e tipo de permeabilidade com a qual cada pessoa envolvida comunica algo e permite ao outro dar, entrando em seu espaço pessoal.

Significado dos fenômenos. Quando um dado fenômeno acontece regular e corriqueiramente, ele passa a ser considerado uma normalidade (SONESSON, 2014) encaixando-se em uma tipicidade generalizável porque invariavelmente “as coisas acontecem assim”. O invariável é normal dentro de certos limites, categorias ou dimensões do fenômeno inter-relacional. Se a troca de olhares, por exemplo, permite penetrar o espaço do outro em padrões fora da normalidade ontológica e cultural, rompe-se a confiança e conseqüentemente não há interação. Esta tipicidade pode ser, por exemplo, o nascer do sol, o atravessar de pessoas na faixa de pedestres, carros parados diante do semáforo vermelho, assaltos em uma esquina do bairro, ou ataques aéreos. O acontecer destes fenômenos comunica normalidade, com significado positivo ou negativo e destes decorrem ainda outras significações relevantes para a experiência humana no espaço - como, por exemplo, segurança, tranquilidade- e abre um leque de possibilidades, *affordances*, ou seja, que outros fenômenos possivelmente decorrem de um fenômeno corriqueiro. Um dia ensolarado numa praia é convidativo para um banho de mar, porém a existência de tubarões comunica os riscos inerentes a esta possibilidade.

Territorialidade implica uma relação intencional de controle e quase de domínio entre a pessoa e uma porção de espaço ao seu redor, definida conscientemente ou não e que abrange o espaço pessoal mas não limita-se a este, podendo incluir objetos como uma cadeira ou mesa, um lugar na mesa ou sala, um móvel. O espaço pessoal e seus mecanismos de defesa influenciam a distância e o modo e com quem quer-se estabelecer interações.

No espaço da arquitetura observa-se um exemplo de territorialidade no bloqueio do trânsito de automóveis em uma rua residencial; nota-se que isto pode aumentar a sensação de:

⁴⁵ Por Exemplo: É a criança que não vê a hora de ir ao playground para encontrar e fazer novos amigos, ou o avô que se anima para encontrar ou re-encontrar parceiros de domínio na praça, ou para relembrar momentos da infância.

a) controle (de quem entra e sai da rua, da velocidade e frequência com a qual este fluxo acontece); b) Segurança (diminui os riscos de acidentes envolvendo crianças e idosos, e as chances de assaltos); e c) Identidade (aumenta a atmosfera social local comum) por seus usuários.

Vulnerabilidade é posta pelo risco sobre o qual a confiança é construída, tende a inibir a interação com estranhos com consequente diminuição da permeabilidade das membranas do espaço pessoal.